



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Relatório de Gestão Consolidado da 2ª Região

Exercício de 2009

Março/2010



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Relatório de Gestão Consolidado da 2ª Região

Exercício de 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Rio, 13/03/2010

Março/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAMS - Coordenadoria de Assistência Médica e Social
CCDE - Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento
CCJF - Centro Cultural da Justiça Federal
CF - Constituição Federal
CFTV - Circuito Fechado de Televisão
CJ - Código do "Cargo em Comissão" - art. 5º da Lei 11416/2006
CJF - Conselho da Justiça Federal
CLPF - Coordenadoria de Lotação e Progressão/Promocão Funcional
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CPD - Centro de Processamento de Dados
CCPA - Coordenadoria de Cadastro e Pagamento
CCS - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional
DETRAN - Departamento de Trânsito
DIPRA - Divisão de Programação e Acompanhamento Orcamentário
DIRFO - Diretor do Foro
DIFIN - Diferença Individual Nominalmente Identificada
D.J - Diário da Justiça
D.O.U - Diário Oficial da União
EMARF - Escola de Magistratura Regional Federal
FC - Função Comissionada
FRGPS - Fundo do Regime Geral da Previdência Social
GAB-PRFN - Gabinete da Procuradoria Regional de Fazenda Nacional
GATA - Gratificação de Atividade de Técnico Administrativa
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN - Instrução Normativa
INFOJUD - Sistema de Informações do Judiciário
JF - Justiça Federal
JF/ES - Justiça Federal do Espírito Santo
JF/RJ - Justiça Federal do Rio de Janeiro
JF/SC - Justiça Federal de Santa Catarina
JF/DF - Justiça Federal do Distrito Federal
JF-1ºGrau - Justiça Federal de 1ª Grau
JF-2ªGrau - Justiça Federal de 2ª Grau
L. ACID. SERV - Licença por acidente em serviço
LAS - Licença por acidente em serviço
LIC. À GESTANTE - Licença à gestante
LDO - Lei de Diretrizes Orcamentárias
L. MATER - Licença Maternidade
LOA - Lei Orcamentária Anual
LTPF - Licença por motivo de doença em pessoal da família
LTS - Licença para tratamento de saúde
NGP - Núcleo de Gestão de Pessoas
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
P.A - Processo Administrativo
PGD - Portaria do Gabinete da Direção do Foro
PPA - Plano Plurianual

PRES TRF2R - Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
RENAJUD- Restrições Judiciais de Veículos Automotores
RJU - Regime Jurídico Único
RP - Restos a Pagar
RPV - Requisitório de Pequeno Valor
SECAD - Seção de Cadastro
SECAP - Seção de Capacitação
SECOG - Seção de Comportamento Organizacional
SEFIP - Secretaria de Fiscalização de Pessoal (TCU)
SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas
SELOT - Seção de Lotação
SEPRF - Seção de Progressão e Promoção Funcional
SESAU - Seção de Serviços de Saúde
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIJUS - Sistema de Informática da Justiça Federal
SIDOR - Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento
SISAC - Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão
SJES - Seção Judiciária do Espírito Santo
SJRJ - Seção Judiciária do Rio de Janeiro
SPO - Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento
STF - Supremo Tribunal Federal
STJ - Superior Tribunal de Justiça
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TJ/RJ - Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TRF - Tribunal Regional Federal
TRF-1ª Região - Tribunal Regional Federal da 1ª Região
TRF-2ª Região - Tribunal Regional Federal da 2ª Região
TRF 5ª Região - Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TRT - 1ª Região - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
VPI - Vantagem Pecuniária Individual

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Distribuição das Varas e Juizados Especiais da Justiça Federal da 2ª Região	12
Quadro 1- Identificação das UJ	15
Figura 1 - Mapa Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região	17
Tabela 2, 3 e 4 - Programas e Ações sob a responsabilidade das Unidades.....	22
Tabela 5 – Metas Físicas e Financeiras – Ações de Informática – JF 1º Grau.....	23
Tabela 6 - Metas Físicas e Financeiras – Ações de Informática – TRF- 2ºR.....	24
Tabela 7 - Metas Físicas e Financeiras – Assistência Méd. e Odontológica – JF 1º Grau.....	25
Tabela 8 - Metas Físicas e Financeiras – Assistência Méd. e Odontológica – TRF- 2ºR	26
Tabela 9 - Metas Físicas e Financeiras – Assistência Pré-Escolar – JF 1º Grau	27
Tabela 10 - Metas Físicas e Financeiras – Assistência Pré-Escolar – TRF- 2ºR	27
Tabela 11 - Metas Físicas e Financeiras – Auxílio Transporte – JF 1º Grau	28
Tabela 12 - Metas Físicas e Financeiras – Auxílio Transporte – TRF- 2ºR.....	28
Tabela 13 - Metas Físicas e Financeiras – Auxílio Alimentação – JF 1º Grau	29
Tabela 14 - Metas Físicas e Financeiras – Auxílio Alimentação – TRF- 2ºR.....	29
Tabela 15 - Metas Físicas e Financeiras – Capacitação de Rec. Humanos– JF 1º Grau	30
Tabela 16 - Metas Físicas e Financeiras – Capacitação de Rec. Humanos – TRF- 2ºR	30
Tabela 17 - Metas Físicas e Financeiras – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – JF 1º Grau....	31
Tabela 18 - Metas Físicas e Financeiras – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – TRF- 2ºR	31
Tabela 19 - Metas Físicas e Financeiras – Julgamento de Causas – JF 1º Grau	32
Tabela 20 - Quantidade de Processos Julgados na JF 1º Grau	32
Tabela 21 - Metas Físicas e Financeiras – Julgamento de Causas – TRF- 2ºR.....	32
Tabela 22 - Metas Físicas e Financeiras – Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal	33
Tabela 23 - Metas Físicas e Financeiras – Modernização de Instalações da JFRJ.....	34
Tabela 24 - Metas Físicas e Financeiras – Modernização de Instalações do TRF- 2ºR.....	35
Tabela 25 - Metas Físicas e Financeiras – Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Vitória.....	35
Tabela 26 - Metas Físicas e Financeiras – Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro.....	37
Tabela 27 - Metas Físicas e Financeiras – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Macaé	38
Tabela 28 - Metas Físicas e Financeiras – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional	39
Tabela 29 - Metas Físicas e Financeiras – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – JF 1º Grau	41
Tabela 30 - Metas Físicas e Financeiras – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais– TRF- 2ºR	41
Tabela 31 - Metas Físicas e Financeiras – Pagt. de Aposentadorias e Pensões – JF 1º Grau	41
Tabela 32 - Metas Físicas e Financeiras – Pagt. de Aposentadorias e Pensões – TRF- 2ºR.....	42
Tabela 33 - Metas Físicas e Financeiras – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios).....	42
Tabela 34 - Metas Físicas e Financeiras – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pequeno Valor).....	43
Tabela 35 - Movimentação Orçamentária das UJ	44
Tabela 36 - Identificação da UO 12103 responsável pela programação das UJ	45
Tabela 37 - Programação das Despesas Correntes (UO 12103).....	45

Tabela 38 - Programação das Despesas de Capital (UO 12103).....	45
Tabela 39 - Quadro Resumo da Programação das Desp. e Reserva de Contingência (UO 12103) ..	46
Tabela 40 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, exclusive Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	48
Tabela 41 - Despesas por Modalidade de Contratação (UO 12103)	49
Tabela 42 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (UO 12103).....	50
Tabela 43 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (UO 12103).....	51
Tabela 44 e 45 - Despesas por Modalidade de Contratação (UO 12101)	52
Tabela 46 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (UO 12101).....	53
Tabela 47 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (UO 12101).....	53
Tabela 48 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	54
Tabela 49 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO 12103) PRECATÓRIOS	55
Tabela 50 - Programação das Despesas Correntes e de Capital (UO 12103) PRECATÓRIOS	55
Tabela 51 - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência (UO 12103) PRECATÓRIOS	56
Tabela 52 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	57
Tabela 53 - Créditos Originários da UJ - Precatórios.....	57
Tabela 54 - Créditos Originários da UJ - RPV	57
Tabela 55 - Créditos recebidos pela UJ por Movimentação - Precatórios	58
Tabela 56 - Créditos recebidos pela UJ por Movimentação RPV – FRGPS.....	59
Tabela 57 - Movimentação Processual - SJRJ.....	59
Gráfico 1 - Movimentação Processual - SJRJ.....	60
Tabela 58 - Movimentação Processual - SJES	60
Gráfico 2 - Movimentação Processual - SJES	60
Tabela 59 - Movimentação Processual - TRF- 2R	61
Gráfico 3 - Movimentação Processual - TRF- 2R	61
Tabela 60 - Movimentação Processual na Justiça Federal da 2ª Região	62
Tabela 61 - Indicador Média de processos Julgados por Juiz	62
Tabela 62 - Indicador Composição da despesa total da Região	62
Tabela 63 - Taxa da execução da despesa em relação ao orçamento disponibilizado.....	63
Tabela 64 - Indicador Composição da despesa total da Região por grupo de despesa (exclusive precatórios)	63
Tabela 65 - Indicador Composição da despesa total da Região por grupo de despesa (inclusive precatórios)	64
Tabela 66 - Indicador Despesa da Região (exceto precatórios e RPV) por habitante.....	64
Tabela 67 - Indicador Composição da despesa total licitável da Região por Modalidade de Licitação	65
Tabela 68 - Indicador Despesa com Assistência Judiciária Gratuita.....	65
Tabela 69 - Indicador Despesa da Região (exceto precatórios e RPV) sobre a despesa total da Justiça Federal	65
Tabela 70 - Composição do Quadro de Recursos Humanos (UO 12101).....	66
Tabela 71 - Composição do Quadro de Recursos Humanos (UO 12103).....	66
Tabela 72 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 (UO 12101)	67
Tabela 73 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 (UO 12103).....	68
Tabela 74 - Indicador Absenteísmo médico SJES.....	69
Tabela 75 - Indicador Absenteísmo por acidente em serviço SJES	69

Tabela 76 - Total de dias não trabalhados em 2009 SJES	70
Tabela 77 - Indicador Rotatividade SJES	70
Tabela 78 - Indicador Educação Continuada SJES	70
Tabela 79 - Indicador Formação Acadêmica SJES	71
Tabela 80 - Indicador Periódico SJES	71
Tabela 81 - Indicador Perfil Etário SJES.....	71
Tabela 82 - Indicador Distribuição dos recursos humanos nas áreas administrativa (meio) e judiciária (fim) da SJRJ	72
Tabela 83 - Indicador Rotatividade – mudança de lotação SJRJ.....	72
Tabela 84 - Indicador Ocupação dos cargos em comissão SJRJ	73
Tabela 85 - Indicador Ocupação das funções comissionadas SJRJ.....	73
Tabela 86 - Indicador Absenteísmo decorrente de Faltas Injustificadas ao Serviço SJRJ	73
Tabela 87 - Licenças Médicas SJRJ	74
Tabela 88 - Indicador Absenteísmo decorrente de Licenças para Tratamento da Própria Saúde, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família e Licença à Gestante SJRJ	74
Tabela 89 - Indicador Absenteísmo decorrente de Licenças por Acidentes em Serviço e por Doenças Ocupacionais SJRJ.....	74
Tabela 90 - Indicador Não aprovação na Avaliação Formal de Desempenho (AFD) SJRJ	75
Tabela 91 - Indicador Educação continuada - Certificação em desenvolvimento gerencial SJRJ ..	75
Tabela 92 - Indicador Educação continuada - Atingimento da meta do total de servidores capacitados por período SJRJ	75
Tabela 93 - Indicador Educação continuada - A avaliação de reação dos participantes SJRJ	76
Tabela 94 - Perfil Etário dos Servidores SJRJ.....	76
Tabela 95 - Formação Acadêmica Dos Servidores SJRJ.....	77
Tabela 96 - Evolução do quantitativo de servidores pós-graduados SJRJ	77
Tabela 97 - Indicador Absenteísmo médico TRF- 2R	77
Tabela 98 - Indicador Absenteísmo por acidente em serviço TRF- 2R.....	78
Tabela 99 - Total de dias não trabalhados em 2009 TRF- 2R	78
Tabela 100 - Indicador Rotatividade TRF- 2R	78
Tabela 101 - Indicador Educação Continuada TRF- 2R.....	79
Tabela 102 - Indicador Formação Acadêmica TRF- 2R.....	79
Tabela 103 - Indicador Periódico TRF- 2R	80
Tabela 104 - Indicador Perfil Etário TRF- 2R.....	80
Tabela 105 - Passivos Por Insuficiência De Créditos Ou Recursos	89
Tabela 106 - Pagamento de Restos a Pagar Exercício 2009 <u>Exclusive</u> Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (UO 12101).....	89
Tabela 107 - Pagamento de Restos a Pagar Exercício 2009 <u>Exclusive</u> Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (UO 12103).....	90
Tabela 108 - Pagamento de Restos a Pagar Exercício 2009 Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	92
Tabela 109 - Cumprimento das Deliberações do TCU.....	93
Tabela 110 - Informações Relativas aos Atos de Admissão e Desligamento de Pessoal, Concessão de Aposentadoria e de Pensão Estatutária	98
Declaração 1 - Contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no SIASG - SJES.....	99
Declaração 2 - Contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no SICONV - SJES	100
Declaração 3 - Contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG no SICONV - SJRJ	101

Declaração 4 - Contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no SIASG – TRF-2R	102
Declaração 5 - Contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no SICONV – TRF-2R.....	103
Declaração 6 - Declaração dos Contadores Responsáveis pelas UJ.....	111
Gráfico 4 - Resultado da Pesquisa de Satisfação de Usuários	108
Tabela 111 - Arrecadação da Justiça Federal da 2ª Região	109
Tabela 112 - Total das Despesas de Operação e Manutenção da Justiça Federal da 2ª Região	109
Tabela 113 - Convênios e/ou congêneres sem repasse de recursos vigentes em 2009.....	110
Tabela 114, 115 e 116 - Quantidade Percentual das Funções Comissionadas e dos Cargos em Comissão ocupados por Servidores Integrantes das Carreiras Judiciárias da União - SJES.....	112
Tabela 117, 118 e 119 - Quantidade Percentual das Funções Comissionadas e dos Cargos em Comissão ocupados por Servidores Integrantes das Carreiras Judiciárias da União - SJRJ	113
Tabela 120, 121 e 122 -Quantidade Percentual das Funções Comissionadas e dos Cargos em Comissão ocupados por Servidores Integrantes das Carreiras Judiciárias da União – TRF-2R.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS	13
2 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	15
2.1 – Responsabilidades Institucionais das Unidades:.....	15
2.1.1 – Competência Institucional:	15
2.1.2 – Objetivos Estratégicos:	16
2.2 – Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais:	16
2.2.1 – Análise do Plano Estratégico da Unidade:	16
2.2.2 – Plano de Ação referente ao exercício de 2009:.....	18
2.3 – Programas sob a responsabilidade das Unidades:.....	20
2.3.1 – Relação dos Programas, suas Ações e Responsáveis:.....	20
2.3.2 Considerações sobre o atingimento das Metas Físicas e Financeiras:	23
2.4 – Desempenho Operacional:.....	43
2.4.1 – Evolução das Receitas e Despesas, exclusive Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado:.....	44
2.4.1.1 - Programação Orçamentária	44
2.4.1.1.1 Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ	45
2.4.1.1.2 Programação das Despesas Correntes	45
2.4.1.1.3 Programação das Despesas de Capital	45
2.4.1.1.4 Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência.....	46
2.4.1.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, exclusive Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado:	47
2.4.1.2 - Execução Orçamentária.....	49
2.4.1.2.1 - Créditos originários da UJ.....	49
2.4.1.2.1.1- Despesas por Modalidade de Contratação	49
2.4.1.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	50
2.4.1.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	51
2.4.1.2.2 - Créditos recebidos pela UJ por Movimentação.....	51
2.4.1.2.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	51
2.4.1.2.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	52
2.4.1.2.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	53
2.4.1.2.3 - Execução Orçamentária por Programa de Governo	54
2.4.1.2.3.1 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	54
2.4.2 – Evolução das Receitas e Despesas -- Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado:	55
2.4.2.1 – Programação Orçamentária	55
2.4.2.1.1 – Identificação da Unidade Orçamentária (UO).....	55
2.4.2.1.2 – Programação das Despesas Correntes e de Capital	55
2.4.2.1.3 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência.....	55
2.4.2.1.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado:	56
2.4.2.2 - Execução Orçamentária.....	57
2.4.2.2.1 - Despesas Correntes/Capital por Grupo e Elemento de Despesa	57
2.4.2.2.1.1 - Créditos originários da UJ	57
2.4.2.2.1.2 - Créditos recebidos pela UJ por Movimentação	58
2.4.3 - Indicadores de Avaliação.....	59
2.4.3.1 - Indicadores da área judicial:.....	59
2.4.3.2 - Indicadores Orçamentários-Financeiros:.....	62
3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS:	66
3.1 – Composição dos Recursos Humanos	66
3.1.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009	66
3.1.2 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	67
3.1.3 – Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009	68
3.2 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	68
3.3 – Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos.....	80

4. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS – EXERCÍCIO DE 2009.	88
5. INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	89
Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	89
5.1 -Exclusive Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	89
5.2 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado.....	92
6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.....	92
7. INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	92
8- DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	93
9- INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	93
10- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS	93
11- INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	93
12- INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	98
13 – DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SIASG SJES.....	99
13 – DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SICONV SJES	100
13 – DECLARAÇÕES ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV SJRJ	101
13 – DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SIASG TRF – 2ª REGIÃO	102
13 – DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS NO SICONV TRF – 2ª REGIÃO	103
14 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	104
01 – DECLARAÇÃO DOS CONTADORES RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES JURISDICIONADAS SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI.....	111

01- QUANTIDADE PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS E DOS CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS POR SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO.....	112
C O N C L U S ã O.....	116

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão Consolidado da 2ª Região, referente ao exercício de 2009, retrata as atividades desenvolvidas no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, com destaque para as ações implementadas com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração, oferecer aos jurisdicionados uma justiça ágil e eficiente, sendo elaborado em estrita observância ao disposto na Instrução Normativa nº 57, de 27/08/2008, na Decisão Normativa nº 100 e na Portaria nº 389, de 21/12/2009, todas do Tribunal de Contas da União,

A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região é composta por dois órgãos de 1ª Instância, que são as Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, órgão de 2ª Instância, com sede na cidade do Rio de Janeiro, nos termos definidos pela Resolução nº 001, de 06 de outubro de 1988, do extinto Tribunal Federal de Recursos, expedida em obediência ao disposto no § 6º do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Jurisdição de 1º Grau da Justiça Federal da 2ª Região é exercida por 124 Juizes Federais e 88 Juizes Federais Substitutos, distribuídos em 95 Varas, 56 Juizados Especiais Federais e 03 Turmas Recursais.

A distribuição das Varas de dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região é demonstrada na tabela abaixo:

	VARAS FEDERAIS		JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS		TURMAS RECURSAIS
	Capital	Outros Municípios	Autônomo	Adjunto	Capital
SJRJ	47	31	26	20	02
SJES	12	05	03	07	01
TOTAL	59	36	29	27	03

Tabela 1

A Jurisdição de 2º Grau é exercida por 27 Desembargadores Federais que compõem o TRF-2ª Região, estruturado, até dezembro de 2008, em 08 Turmas Especializadas, 03 Seções Especializadas e o Tribunal Pleno, integrando-o, ainda, a Escola de Magistratura Regional Federal – EMARF, destinada a promover cursos de preparação e aperfeiçoamento de Magistrados, e o Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, vinculado à Presidência do Tribunal.

A composição e a competência dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais estão previstas nos arts. 107 a 109 da Constituição Federal de 1988.

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

Quadro 1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Justiça Federal – Conselho da Justiça Federal		Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora		
Denominação completa: Tribunal Regional Federal da 2ª Região		
Denominação abreviada: TRF 2ª Região		
Código SIORG:	Código LOA: 12103	Código SIAFI: 090034 (UNIDADE GESTORA ORÇAMENTÁRIA)
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Justiça Federal		Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato:	(021) 3261-8000	(021) 3261-8681
Endereço eletrônico: gerente.internet@trf2.jus.br		
Página da Internet: http://www.trf2.jus.br		
Endereço Postal: Rua Acre, nº 80 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.081-000		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo	ativa	-
Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro	ativa	-
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
<p>Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo: Lei nº 5.010, de 30/05/66, disciplina a organização da Justiça Federal de Primeira Instância.</p> <p>Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro: Lei nº 5.010, de 30/05/66, disciplina a organização da Justiça Federal de Primeira Instância.</p> <p>Tribunal Regional Federal da 2ª Região: Artigo 27, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e CF/88, arts. 106 a 108; Lei 7.727, de 05/1/1989, Lei nº 8.915, de 12.07.1994; Resoluções nº 009 e 14, de 26.10.1995 e 30.6.1998 (instalação da 4ª e 5ª Turmas, respectivamente); Lei nº 9.967, de 10.5.2000, que gerou a Resolução nº 17, de 19.12.2000 (instalação da 6ª Turma); Resolução nº 36, de 25.11.2004, (implantação de Turmas Especializadas, com a criação da 7ª e 8ª Turmas). Resolução nº 21, de 18.09.1998 (Dispõe sobre a estrutura organizacional do Tribunal, cria as 1ª e 2ª Seções Especializadas); Resolução nº 36, de 25.11.2004 c/c Resolução nº 02, de 31.01.2005 (Cria as 3ª e 4ª Seções Especializadas); Artigo 13, do Regimento Interno, alterado em 15.12.2008, que trata das competências da 1ª, 2ª e 3ª Seções Especializadas que passam a compor a estrutura do Tribunal.</p>		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
<p>Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo: Resolução nº 23, de 30 de setembro de 1997, publicada em 8 de outubro de 1997; Resolução nº 13, de 5 de julho de 1999, publicada em 13 de julho de 1999; Resolução nº 17, de 12 de junho de 2001, publicada em 18 de junho de 2001; Resolução nº 34, de 07 de novembro de 2003, publicada em 17 de novembro de 2003; Resolução nº 10, de 16 de março de 2004, publicada em 24 de março de 2004; Resolução nº 24, de 3 de junho de 2004, publicada em 18 de junho de 2004; Resolução nº 11, de 11 de abril de 2005, publicada em 15 de abril de 2005; Resolução nº 25, de 12 de setembro de 2005, publicada em 19 de setembro de 2005; Resolução nº 03, de 16 de janeiro de 2006, publicada em 25 de janeiro de 2006; Resolução nº 8, de 5 de abril de 2006, publicada em 11 de abril de 2006; Resolução nº 22, de 30 de agosto de 2006, publicada em 27 de setembro de 2006;</p>		

Resolução nº 3, de 9 de abril de 2007, publicada em 17 de abril de 2007;
Resolução nº 9, 14 de setembro de 2007, publicada em 24 de setembro de 2007;
Resolução nº 11, de 19 de maio de 2008, publicada em 03 de junho de 2008;
Resolução nº 2, de 16 de janeiro de 2009, publicada em 2 de fevereiro de 2009 e
Resolução nº 17, de 9 de junho de 2009, publicada em 15 de junho de 2009.

Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro:

Resolução Nº 01/2009 – PRES TRF2R de 16/01/2009 Altera a estrutura organizacional da SJRJ.

A Resolução nº 01 remaneja, extingue, cria e altera a denominação de unidades administrativas e funções comissionadas da capital e das

Subseções Judiciárias, bem como das Varas e Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

RJ-PGD2009/00041 de 5/5/09 - Constitui Comissão de Gestão Administrativa e de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária

do Rio de Janeiro - CGATI/SJRJ.

RJ-PGD2009/00054 de 18/6/09 - Aprova novo Regulamento relativo ao Protocolo Judicial.

RJ-PGD2009/00063 de 17/7/09 - Atualiza Regulamento para tramitação dos autos eletrônicos no âmbito da Seção Judiciária do

Rio de Janeiro.

RJ-PGD2009/00065 de 20/7/09 - Torna obrigatório o uso do sistema Assistência Judiciária Gratuita (AJG) pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais.

RJ-PGD2009/00074 de 17/8/09 - Dispõe sobre primeiro atendimento dos jurisdicionados e nomeação de advogados voluntários e dativos nos Juizados Especiais Federais.

RJ-PGD2009/00075 - Constitui Grupo Gestor do Sistema Informatizado de Processamento Judicial (GGSIP) e dá outras providências.

RJ-PGD2009/00089 de 2/10/09 - Aprova Regulamento que trata dos critérios, normas e procedimentos das unidades de controle de mandados.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

Regimento Interno aprovado em Sessão Plenária realizada em 15/12/2008 e publicado no Diário da Justiça da União de 29/1/2009, páginas 3/13;

Resolução nº 3, de 16/1/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 27/1/2009, às fls. 67/70;

Resolução nº 4, de 16/1/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 27/1/2009, às fls. 71/72;

Resolução nº 10, de 6/3/2009, publicada no Diário da Justiça, em 10/3/2009, às fls. 62/63;

Resolução nº 13, de 6/4/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 7/4/2009, à fl. 93;

Resolução nº 17, de 9/6/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 15/6/2009, à fl. 159;

Resolução nº 18, de 18/6/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 24/6/2009, à fl. 67;

Resolução nº 23, de 6/7/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 10/7/2009, à fl. 143;

Resolução nº 25, de 20/7/2009, publicada no Diário da Justiça, em 23/7/2009, à fl. 10;

Resolução nº 28, de 21/8/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 26/8/2009, à fl. 100;

Resolução nº 29, de 25/8/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 31/8/2009, à fl. 110;

Resolução nº 33, de 28/9/2009, publicada no Diário Oficial, Seção II em 29/9/2009, à fl. 38;

Resolução nº 34, de 8/10/2009, publicada no Diário Oficial, Seção II em 19/10/2009, à fl. 63;

Resolução nº 37, de 26/10/2009, publicada no Diário Oficial, Seção I em 28/10/2009, à fl. 88;

Resolução nº 41, de 6/11/2009, publicada no Diário da Justiça, em 18/11/2009, às fls. 10/11;

Resolução nº 44, de 26/11/2009, publicada no Diário da Justiça, em 1/12/2009, às fls. 178/179;

Resolução nº 47, de 17/12/2009, publicada no Diário da Justiça, em 21/12/2009, às fls. 183/184;

Resolução nº 48, de 18/12/2009, publicada no Diário da Justiça, em 29/12/2009, às fls. 78/79.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo:

Boletim Interno, com periodicidade mensal; Mural, informativo destinado ao público interno e externo, com periodicidade

semanal e JF Digital, na página da internet e destinada ao público externo.

Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro:

Manual para Correções Administrativas, aprovado pela Portaria RJ-PGD2009/00060 de 14/7/09.

Manual de Procedimentos para Gerenciamento de Crises, aprovado pela Portaria RJ-PGD2009/00072 de 4/8/09.

Manual de Orientação para Comissões Anuais de Inventário Físico de Patrimônio, aprovado pela Portaria RJ-PGD2009/00091 de 7/10/09.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

Provimento nº 52, de 12/3/2009 (D.J., de 19.3.2009, p. 107);

Provimento nº 53, de 20/4/2009 (D.J., de 4.5.2009, p. 15);

Provimento nº 54, de 20/4/2009 (D.J., de 4.5.2009, p. 15);
Provimento nº 55, de 20/4/2009 (D.J., de 4.5.2009, p. 15 - Republicado no D.J. de 18.5.2009 p. 6.);
Provimento nº 56, de 30/4/2009 (D.J., de 8.5.2009, p. 88);
Provimento nº 57, de 19/5/2009 (D.J., de 28.5.2009, p. 72);
Provimento nº 58, de 16/6/2009 (D.J. de 22.6.2009, p. 60);
Provimento nº 59, de 19/6/2009 (D.J. de 24.6.2009, p.18);
Provimento nº 60, de 8/9/2009 (D.J. de 14.9.2009, p.25);
Provimento nº 61, de 9/9/2009 (D.J. de 16.9.2009, p. 11);
Provimento nº 62, de 11/9/2009 (D.J. de 17.9.2009, p. 22/23 - Alterado pelo Provimento 70/2009);
Provimento nº 63, de 18/9/2009 (D.J. de 23.9.2009, p.18);
Provimento nº 64, de 24/9/2009 (D.J. de 30.9.2009, p.6);
Provimento nº 65, de 13/10/2009 (D.J. de 20.10.2009, p.68);
Provimento nº 66, de 17/11/2009 (D.J. de 25.11.2009, p.9);
Provimento nº 67, de 3/12/2009 (D.J. de 11.12.2009, p.28);
Provimento nº 68, de 14/12/2009 (D.J. de 17.12.2009, p.62);
Provimento nº 69, de 17/12/2009 (D.J. de 13.01.2010, p.10);
Provimento nº 70, de 18/12/2009 (D.J. de 13.01.2010, p.10).
Informativo Biblios
Revista Hábeas Data, disponibilizada no sítio do Tribunal
Infojur

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
090014	Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo
090016	Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro
090028	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
090034	Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Orçamentário
090048	Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Precatórios e RPV
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI das Unidades Gestoras	Código SIAFI da Gestão
090014 – 090016 – 090028 – 090034 – 090048	00001

Quadro 1

2 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – Responsabilidades Institucionais das Unidades:

2.1.1 – Competência Institucional:

Ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região cabe exercer a atividade judiciária no limite territorial de sua jurisdição, que abrange os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, de modo a proporcionar o pleno acesso à Justiça a todos os jurisdicionados, em todas as fases do processo, além de processar e julgar os juízes federais, as revisões criminais, as ações rescisórias, os mandados de segurança e os *habeas data* dos atos do Tribunal ou de seus Juízes Federais, os conflitos de competência entre juízes vinculados, bem como as causas em grau de recurso, decididas pelos juízes subordinados.

As Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro têm por finalidade julgar causas em que estejam envolvidos a União Federal, suas instituições e as autoridades que as representam, o Estado estrangeiro, o organismo internacional, os direitos indígenas, os direitos

humanos, os crimes contra a organização do trabalho, dentre outros, com competência territorial no âmbito dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos:

Alinhados ao cumprimento de suas atribuições, definidas em função de suas respectivas competências institucionais, a Justiça Federal da 2ª Região estabeleceu objetivos estratégicos por áreas de atuação, determinando onde devem ser concentrados os seus maiores esforços para cumprir sua missão (garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida, efetiva e independente) e, assim, alcançar sua visão de futuro (ser reconhecida perante à sociedade como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica).

Como resultado desse trabalho, foram traçados, inicialmente, 15 (quinze) objetivos estratégicos, relacionados a seguir, que serão perseguidos pela Administração:

- Agilizar os trâmites judiciais e administrativos;
- Otimizar a gestão dos custos operacionais;
- Otimizar os processos de trabalho;
- Facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região;
- Promover a efetividade no cumprimento das decisões;
- Promover a cidadania;
- Incentivar e promover a responsabilidade ambiental;
- Garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 2ª Região;
- Fortalecer as relações da Justiça Federal da 2ª Região com outros órgãos e instituições;
- Fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região;
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados;
- Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores;
- Garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais;
- Garantir o acesso e funcionamento de sistemas essenciais de tecnologia da informação; e
- Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

2.2 – Estratégias de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais:

2.2.1 – Análise do Plano Estratégico da Unidade:

O Planejamento Estratégico foi constituído ao longo do exercício de 2009, de acordo com diretrizes normativas emanadas do Conselho Nacional de Justiça, tendo como mediador e coordenador dos trabalhos o Conselho de Justiça Federal.

Para a sistematização do plano, foram criados comitês nos níveis técnico, nacional e regional. Os comitês consolidaram os projetos existentes e organizaram o Mapa Estratégico e o

Planejamento Estratégico da 2ª Região, aprovados em sessão do Plenário deste Tribunal, em 18/12/2009.

Com a participação das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que elaboraram a “Estratégia da Justiça Federal” de cada Seccional, o documento contemplou a Missão e a Visão da Justiça Federal da 2ª. Região, bem como todas as diretrizes de Planejamento para os próximos cinco anos. Além disso, foram definidas, no documento, metas de desempenho, a serem aferidas através de indicadores específicos. A realização dos projetos foi prevista para o quinquênio 2010-2014, de acordo com a alocação de recursos orçamentários necessários à execução das ações.

O Mapa Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região está alinhado ao Mapa Estratégico da Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 073, de 26 de agosto de 2009, do Conselho da Justiça Federal, e ao Mapa Estratégico do Poder Judiciário, constante da Resolução nº 070, do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de março de 2009.

É uma representação gráfica elaborada para permitir a visualização simplificada da estratégia Regional, garantindo coerência e facilitando o processo de divulgação e apresentação da estratégia para a Organização.

Assim, os órgãos da 2ª Região seguirão alinhados para realizar a missão e alcançar a visão de futuro, sem prejuízo de suas peculiaridades e características organizacionais.

Em alinhamento com os mapas da Justiça Federal e do Poder Judiciário, o mapa estratégico da Justiça Federal da 2ª Região contém as seguintes perspectivas: sociedade, procedimentos internos e recursos. Está sintetizado em 3 (três) perspectivas, 8 (oito) diretrizes estratégicas e 15 (quinze) objetivos estratégicos, conforme ilustrado no diagrama a seguir:



Figura 1

Ao final do trabalho, foram definidos 28 (vinte e oito) indicadores (sendo 6 de efetividade, 12 de eficácia e 10 de eficiência) e suas respectivas metas. Para atingimento dessas metas, o Tribunal Regional Federal estabeleceu 40 projetos e subprojetos estratégicos, a Seção

Judiciária do Rio de Janeiro 20 projetos e a Seção Judiciária do Espírito Santo, por sua vez, 22 projetos estratégicos.

2.2.2 – Plano de Ação referente ao exercício de 2009:

Metas Nacionais de Nivelamento instituídas pela Resolução nº 70/2009/CNJ

Meta1. Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial;

Avaliação da Meta: meta foi atingida no final do exercício de 2009, com aprovação em Plenário do Tribunal, na sessão de 18 dezembro, do Planejamento Estratégico para o período 2009-2014, consolidado no anexo da Resolução n. 48, contendo os projetos considerados estratégicos, bem como os indicadores de desempenho para os objetivos propostos.

Setor Responsável: Coordenadoria de Gestão Estratégica

Meta 2. Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou Tribunais Superiores) até 31/12/2005;

Avaliação da Meta: A meta não foi atingida na sua integralidade, por conta de alguns aspectos a serem considerados. Em fevereiro de 2009, mês do 2º Encontro Nacional do Judiciário, o acervo de processos deste Tribunal distribuídos até 2005 e sem julgamento era de 19.362 (dezenove mil, trezentos e sessenta e dois) processos.

O acervo total de processos do Tribunal, nesse mesmo período, era de 92.847 (noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e sete) processos, para uma composição de 8 Turmas, com 24 desembargadores e 8 juízes convocados, ou seja, mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) processos por magistrado.

A sobrecarga de serviço é a principal razão para o não cumprimento da Meta 2 até 31 de dezembro de 2009.

Não obstante tal situação, os membros desta Corte, com o apoio dos servidores, estão envidando todos os esforços para a eliminação do acervo de processos incluídos na Meta.

A Presidência, conforme já noticiado, tem implementado medidas efetivas para o aumento do número de julgados, através da reformulação de setores estratégicos e da manutenção de um grupo de apoio diretamente ligado à atividade judicante.

Todo este esforço permitiu a redução em 68,46% (sessenta e oito vírgula quarenta e seis por cento) do acervo de processos distribuídos até 2005 sem julgamento. Atualmente, este acervo representa 6.106 (seis mil, cento e seis) processos. Foram considerados os processos que não tiveram qualquer julgamento nesta Corte.

Verifica-se que foi atingida, no ano de 2009, a média de 1.205 (um mil, duzentos e cinco) processos da Meta 2 julgados por mês, sendo que, no último quadrimestre, a média subiu para 2.370 (dois mil, trezentos e setenta), mesmo considerando o período de recesso.

Desta forma, mantida a mesma produção, deverá o Tribunal, em breve, alcançar a Meta estabelecida no Encontro Nacional do Judiciário.

Setor Responsável: Presidência

Em documento em que apresenta breve avaliação dos resultados atingidos pelas Seções Judiciárias no cumprimento meta 2 (Ofício Circular nº T2-OFI-2009/00320), o Senhor Corregedor da Justiça Federal da 2ª Região, destaca que foi alcançada mais de 70% da Meta 2 na primeira instância da 2ª Região, tendo a Seção Judiciária do Rio de Janeiro solucionado cerca de 70% dos processos ajuizados até 31 de dezembro de 2005, enquanto que a Seção Judiciária do Espírito Santo superou a marca de 80% de solução dos processos ajuizados até aquela data; e que o acervo inicial de 35.262 processos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro incluídos na Meta 2 foi reduzido a pouco mais de 10.000 processos e os iniciais 2.743 processos da Seção Judiciária do Espírito Santo foram reduzidos a cerca de 500 processos.

Meta 3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet);

Avaliação da Meta:

A meta já havia sido atingida em momento anterior à publicação, pelo CNJ, das metas de nivelamento para o Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução n. 70, deste Conselho.

Setor Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Meta 4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos;

Avaliação da Meta: A meta já havia sido atingida em momento anterior à publicação, pelo CNJ, das metas de nivelamento para o Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução n. 70, deste Conselho.

Setor Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Meta 5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;

Avaliação da Meta: A meta não foi atingida, por conta da necessidade de priorização e direcionamento de todos os esforços da equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação na expansão do uso de autos digitais em toda a 2ª Região.

Setor Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Meta 6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas;

Avaliação da Meta: A meta foi atendida em 50%. Houve cursos de gestão de pessoas para todos os administradores das unidades judiciárias; porém, não foi apurado treinamento na área de gestão de processos, porque o estabelecimento dessa meta foi posterior ao planejamento do programa de capacitação.

Setor Responsável: Secretaria de Recursos Humanos.

Meta 7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o sigilo de justiça;

Avaliação da Meta: A meta já havia sido atingida em momento anterior à publicação, pelo CNJ, das metas de nivelamento para o Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução n. 70, deste Conselho.

Setor Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Meta 8. Cadastrar todos os magistrados nos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud);

Avaliação da Meta:

Embora os dados coletados com relação à utilização dos referidos sistemas possam indicar que a meta não foi atingida, isto se deve ao fato de que o cadastramento de usuários não se traduz diretamente no número de usuários ativos, em função do fato de que, após um determinado período sem utilizar o sistema, o magistrado fica com seu acesso bloqueado, necessitando realizar novo pedido de inclusão/cadastramento.

Setor Responsável: Presidência

Meta 9. Implantar núcleo de controle interno;

Avaliação da Meta: A meta já havia sido atingida em momento anterior à publicação, pelo CNJ, das metas de nivelamento para o Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução n. 70, deste Conselho.

Setor Responsável: Secretaria de Controle Interno

Meta 10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

Avaliação da Meta: A meta já havia sido atingida em momento anterior à publicação, pelo CNJ, das metas de nivelamento para o Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução n. 70, deste Conselho.

Setor Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação.

2.3 – Programas sob a responsabilidade das Unidades:

2.3.1 – Relação dos Programas, suas Ações e Responsáveis:

O orçamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (UG 90028 – UG 090048) é alocado na **Unidade Orçamentária 12.103.**

O Desembargador Federal Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região é o ordenador de despesas das unidades gestoras 090028 e 090048, esta última específica para pagamento de precatórios e requisitório de pequeno valor (RPV).

O orçamento da Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (Seção Judiciária do Espírito Santo - UG 90014 e Seção Judiciária do Rio de Janeiro - UG 90016) é

alocado na **Unidade Orçamentária 12.101 (Justiça Federal de 1º Grau)**, a qual é composta pelas 27 Seções Judiciárias (uma em cada capital dos Estados) e o Conselho da Justiça Federal.

Nas Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, o ordenador de despesas é o Juiz Federal que exerce a função de Diretor do Foro.

As metas constantes a Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Unidade Orçamentária 12.103 são específicas para o Tribunal Regional da 2ª Região. As metas estabelecidas na LOA para a Unidade Orçamentária 12.101 são nacionais, destinadas às 27 Seções Judiciárias e ao Conselho da Justiça Federal.

Os créditos orçamentários disponibilizados para Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, no exercício de 2009, foram distribuídos em 03 (três) Programas: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal; 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais, **sendo que apenas o primeiro desses Programas (Prestação Jurisdicional na Justiça Federal) está sob a responsabilidade da Justiça Federal.**

O **Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal**, é composto de 15 ações, sendo **09 Atividades** (2003 – Ações de Informática; 2004 – Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, Empregados e Dependentes; 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados; 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; 4091 – Capacitação de Recursos Humanos; 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; 4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal; 8417 – Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal), **01 Operação Especial** (09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais) e **05 Projetos** (1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal; 1834 – Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Vitória – ES; 11S0 – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Macaé; 1890 – Reforma de Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro – RJ; 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional).

O Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais, é composto de 02 ações (0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações e 0625 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações), cujos recursos, além da Dotação Autorizada na LOA, são oriundos de Destaques Recebidos de Autarquias e Fundações Públicas. Este programa tem por finalidade o pagamento de débitos judiciais devidos pela União, em cumprimento ao art. 100 da Constituição Federal e art. 28 da lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009).

Por fim, o Programa 0089 – Pagamento de Inativos e Pensionistas, destinado ao pagamento de proventos e pensões estatutárias.

Por intermédio da Resolução nº 013, Anexos I e II, de 19 de maio de 2008, foram identificadas as Unidades responsáveis pela gestão do programa e coordenação de ações do Plano Plurianual 2008 – 2011 no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Ao **Presidente do Conselho da Justiça Federal - CJF** cabe a responsabilidade da gestão do programa **“Prestação Jurisdicional na Justiça Federal”**:

PROGRAMA		ÓRGÃO	RESPONSÁVEL
0569	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	12.000	Presidente do CJF

Tabela 2

Obs.: Órgão 12.000 (JUSTIÇA FEDERAL)

Ao **Presidente do Conselho da Justiça Federal - CJF** e aos **Presidentes dos Tribunais Regionais Federais - TRF** cabe a coordenação das seguintes ações do Programa **“Prestação Jurisdicional na Justiça Federal”**:

AÇÕES		Unidade Orçamentária	RESPONSÁVEL
02061056942240001	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	12.101	Presidente do CJF
02061056942240107	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02126056920030001	AÇÕES DE INFORMÁTICA	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02061056942570001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02122056909HB0001	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02128056940910001	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02122056984170101	FUNCIONAMENTO DO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL	12.103	Presidente do TRF-2ª Região
023001056920040001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02306056920120001	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02331056920110001	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02365056920100001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	12.101	Presidente do CJF
		12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02122056911360001	MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL	12.101	Presidente do CJF
02122056911360101	MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL – (RIO DE JANEIRO)	12.103	Presidente do TRF-2ª Região
02126056937570001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	12.101	Presidente do CJF

Tabela 3

E aos **Diretores de Foro das Seções Judiciárias** cabe a coordenação das seguintes ações desse Programa **“Prestação Jurisdicional na Justiça Federal”**:

AÇÕES		Unidade Orçamentária	RESPONSÁVEL
02122056918340101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM VITÓRIA - ES	12.101	Diretor do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo
02122056918900101	REFORMA DE EDIFÍCIO SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA NO RIO DE JANEIRO - RJ	12.101	Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
02122056911S00101	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM MACAÉ - RJ	12.101	Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Tabela 4

Além dessas ações, destacamos que a ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional – ISIGI do Programa de Trabalho Prestação Jurisdicional também foi executada pela Unidade Jurisdicionada Tribunal Regional Federal da 2ª Região (UO 12.103), com dotação disponibilizada às Unidades Jurisdicionadas da Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (UO 12.101).

2.3.2 Considerações sobre o atingimento das Metas Físicas e Financeiras:

Apresenta-se, a seguir, de **forma individualizada por Unidade Orçamentária**, os demonstrativos com as metas físicas previstas e realizadas para as Atividades, Projetos e Operações Especiais executadas pelas Unidades Jurisdicionadas “Tribunal Regional Federal da 2ª Região” (UO 12.103) e “Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro” (UO 12.101), bem como as principais ações adotadas e, quando cabível, uma avaliação sobre o desempenho final no atingimento das metas, acompanhado de um sucinto informativo sobre os aspectos relacionados à execução orçamentária e financeira ocorrida ao longo do exercício.

PROGRAMA: 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL ATIVIDADES

2003 – Ações de Informática

Compreende as despesas realizadas com produtos e serviços da área da tecnologia da informação, tais como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção de equipamentos de informática; desenvolvimento de aplicações; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos, compra de materiais de consumo e softwares.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	126	0569	2003	A	4	-	-	-	-

Tabela 5

Fonte das metas: SIGPLAN

➤ **Justiça Federal de 1º Grau no Espírito Santo:**

No exercício de 2009, faz-se necessário dar ênfase à aquisição de scanners da alta velocidade (50ppm) e servidor IBM RISC Modelo P570.

Essas aquisições visam à implementação das Varas Federais Eletrônicas

➤ **Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro:**

Os contratos vigentes no exercício de 2009, relativos às despesas de natureza continuada para as quais foram empregados os recursos dessa Ação, totalizaram o valor de R\$ 2.290.600,89 (dois milhões, duzentos e noventa mil e seiscentos reais e oitenta e nove centavos).

Para o atendimento das demais demandas, foram realizadas aquisições de equipamentos e softwares, no valor de R\$ 591.456,00 (quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinqüenta e seis reais).

Foram adquiridos, com tal montante, softwares de segurança (para proteção contra vírus e outros malwares, com o objetivo de dar continuidade ao serviço de antivírus, antispymware e outros malwares nas estações de trabalho e servidores) e softwares de produtividade (para implementar soluções mais adequadas ao ambiente de TI existente com o regular licenciamento), além de equipamentos, a saber: impressoras autenticadoras do tipo matricial, para protocolização de documentos no Sistema Processual; servidores de arquivo para armazenamento de dados em compartilhamento de rede, de forma centralizada e, ainda, microcomputadores e monitores.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 5.336.095,00, dos quais foram empenhados R\$ 5.320.974,43 (com uma liquidação efetiva de R\$ 3.460.437,93).

Dos recursos autorizados foram executados 99,71%.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	126	0569	2003	A	4	-	-	-	-

Tabela 6

Fonte das metas: SIGPLAN

Foram realizadas ações voltadas para a modernização do parque de computadores (aquisição de licenças de softwares da linha AltoQI; DreamWeaver CS4; Adobe Creative 4 Master Collection; Corel Draw Suíte X4, e de 193 microcomputadores e 01 equipamento de videoconferência) e para as soluções de segurança e contingência de dados (aquisição de unidades de expansão de discos e gavetas para storage EMC, de console gráfica e de 1200 licenças do software Antivírus Clear Swift), todas relacionadas ao subprojeto **“Inclusão Digital do Poder Judiciário”**

Ligado ao subprojeto **“Sistemas Administrativos, Gerenciais e Orçamentários”**, foi adquirido o módulo de biblioteca digital do software Sophia. Enquanto que para o subprojeto **“Sistemas de Controle Processual”** foi adquirida uma licença do software EZT Wain Pro, que será utilizado na digitalização de documentos integrada ao sistema processual eletrônico.

Por fim, para continuação das ações relacionadas ao subprojeto **“Criação e Implantação do Portal de Justiça”** as despesas compreenderam a aquisição do Software Visual Studio e a atualização do software DUNDAS, responsável pela geração de gráficos estatísticos.

Ainda relacionados à Tecnologia da Informação – TI, cabem destacar as seguintes atividades executadas no exercício de 2009, **sem o dispêndio direto de créditos orçamentários**:

- **Implantação do Serviço de Assistência Jurídica Gratuita – AJG**, Sistema desenvolvido pelo CJF em caráter nacional, visando padronizar a administração dos recursos destinados à assistência judiciária gratuita na Justiça Federal;

- Instalação do protocolo estendido, convênio entre o TRF-2ª Região e os advogados para poderem protocolar suas petições nas subseccionais da OAB;
- Ajustes de Sistemas para a Instalação de Novos Quiosques para modernização do auto atendimento de consulta processual;
- Serviço de Recursos Especiais do STE, para o envio dos feitos inteiramente por meio eletrônico. Serviço disponibilizado em fase de experimentação;
- Agregação de Serviços ao Portal de Estatística, com a conclusão do módulo de acervo das Turmas Recursais (SJRJ e SJES), do painel de acompanhamento da Meta 2 e a Publicação da Estatística Oficial;
- Implantação do Sistema de Cálculo Monetário, a fim de facilitar às partes e aos advogados o cálculo da correção monetária e os juros de valores em processos judiciais que tramitam na Justiça Federal;
- Participação nos Projetos eJud (Escola Judicial) e Sig-Jus (Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal), na área de TI, com a avaliação do repositório de documentos eletrônicos elaborados pelo TRF-1ª Região para utilização em toda a Justiça Federal, e, por fim, Solução de ECM - Enterprise Content Management, para armazenamento e gerenciamento de arquivos em disco que agregarão novas funcionalidades ao sistema

Ao final do exercício verificamos um comprometimento de R\$ 3.913.671,97 (com uma liquidação efetiva de R\$ 2.903.817,72), para uma dotação final de R\$ 4.402.000,00.

Ressaltamos, ainda, o comprometimento de R\$ 744.911,00 (com uma liquidação efetiva de R\$ 732.550,11) do orçamento disponibilizado das Seções Judiciárias vinculadas para atender despesas com contratos gerenciados por este Tribunal (R\$ 745.000,00).

Dos recursos autorizados foram executados 88,90 %.

2004 – Assistência Médica e Odontológica

Em cumprimento ao art. 230, da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97 foram alocados recursos nessa Ação visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes uma perfeita saúde física e mental, para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento na qualidade e capacidade laborativa. Envolve despesas com serviços especializados de assistência médico-hospitalar, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, odontologia, serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	301	0569	2004	A	4	Servidor beneficiado	5.000	5.193	2.405

Tabela 7
Fonte das metas: SIGPLAN

Os recursos alocados nesta ação atenderam, no exercício, a 5.193 beneficiários (Juizes, servidores e dependentes), média dos 12 meses de execução.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ R\$ 7.366.400,00, dos quais foram empenhados R\$ 7.338.718,61 (com uma liquidação efetiva de R\$ 6.887.275,25). Estão incluídos nesses montantes, respectivamente, os valores de R\$ R\$ 4.041.200,00 (crédito recebido) e R\$ 4.041.180,26 (empenhado e liquidado) utilizados pela Unidade Jurisdicionada Tribunal Regional Federal da 2ª Região (UO 12.103) para atender às despesas das Unidades Jurisdicionadas da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região (UO 12.101) com a contratação do Plano de Saúde.

Dos recursos autorizados foram executados 99,62%, os quais possibilitaram a superação da meta física estipulada inicialmente em 3,86 %

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	301	0569	2004	A	4	Servidor beneficiado	2.778	2.304	772

Tabela 8

Fonte das metas: SIGPLAN

Os recursos alocados nesta ação atenderam, no exercício, a 2.304 beneficiários (Juizes, servidores e dependentes), média dos 12 meses de execução.

A meta prevista não foi alcançada, haja vista que na data da elaboração da Proposta Orçamentária para 2009 (abril/2008), ainda, não havia sido implantado o Auxílio Saúde e também existia a expectativa de que, após a contratação do novo Plano de Saúde, em maio de 2008, haveria grande adesão de servidores e dependentes, o que não ocorreu.

Registre-se que o Gestor colocou os benefícios à disposição dos servidores estimando de forma compatível com a quantidade de nossa força de trabalho. Nesse sentido, embora formalmente a meta tenha sido inferior, foram adotadas todas as medidas gerenciais ao pleno atendimento dos benefícios sociais.

Além disso, no campo da valorização do servidor e no investimento nos aspectos motivacionais, foram desenvolvidos vários programas voltados para o bem-estar físico e psicossocial.

Em cumprimento ao disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90, introduzido pelo artigo 317, da Lei 11.907/09, que acrescentou a exigência de Exame Médico Periódico - EMP para os servidores, o Tribunal deu início ao trabalho. Foram atendidos, em 2009, os servidores com idade igual ou superior a 45 anos, bem como aqueles que exercem atividades insalubres, totalizando 434 servidores.

Essa ação se conjuga a outras que objetivam proporcionar condições para o acompanhamento e a valorização do bem maior do ser humano, a saúde. Dessa forma, cabe destacar as seguintes medidas: Campanha de Vacinação contra o vírus Influenza, Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia, Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Crônicas e Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Agudas. Essa preocupação do legislador

encontra ressonância também no fomento do clima organizacional adequado, contando com servidores motivados, satisfeitos e produtivos.

Ao final do exercício, verificamos um comprometimento de R\$ 2.797.892,64, com uma liquidação de R\$ 2.693.832,35, para uma dotação de R\$ 3.087.240,00 (execução orçamentária de 90,62%).

Registra-se a inscrição de R\$ 104.060,29 em Restos a Pagar, sendo R\$ 68.000,00 relativos ao Auxílio-Saúde, em contrapartida a uma estimativa de 772 beneficiários não considerados no cálculo da meta realizada em 2009, por força do disposto na Resolução nº 2/2008, do Conselho da Justiça Federal, que determina o pagamento no mês subsequente ao de competência.

Além disso, foram gerenciados por este Tribunal recursos das Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (UO 12.101) no valor de R\$ 4.041.200,00 (dotação final), com um comprometimento e liquidação de R\$ 4.041.180,26, para atender serviço de Plano de Saúde, contratado com a empresa Brasil Saúde Companhia de Seguros.

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes

Em cumprimento à Constituição Federal e à Lei nº 8.069/90, a atividade proporcionou a assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária de zero até os seis anos de idade, bem como aos portadores de necessidades especiais, cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa a essa mesma faixa etária, em creches e pré-escolas, de forma a contribuir de forma direta para a formação educacional dos dependentes dos servidores.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	365	0569	2010	A	4	Criança atendida	569	725	-

Tabela 9

Fonte das metas: SIGPLAN

A execução desta Ação proporcionou o atendimento assistencial a uma média mensal de 725 crianças.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 1.962.569,00, dos quais foram empenhados R\$ 1.945.088,00 (com uma liquidação efetiva de R\$ 1.899.688,00).

Dos recursos autorizados foram executados 99,10%, os quais possibilitaram a superação da meta física estipulada inicialmente em 27,41%.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	365	0569	2010	A	4	Criança atendida	172	197	-

Tabela 10

Fonte das metas: SIGPLAN

A execução desta Ação proporcionou o atendimento assistencial a uma média mensal de 197 crianças.

Considerando uma dotação final de R\$ 578.088,00, registramos um comprometimento e uma liquidação efetiva de R\$ 515.994,00 (incluindo R\$ 1.540,00 pagos a título de exercício anterior), para um universo de 197 crianças atendidas na média do exercício (superação da meta em 14,53%).

Correspondendo a uma execução orçamentária de 89,25%.

A média corresponde a um número maior que a meta estabelecida na LOA, em decorrência de nascimentos, novas posses e requisições de servidores, ocorridas no período.

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores

Aplicação de recursos para concessão aos servidores, em pecúnia e em caráter indenizatório, do benefício do auxílio-transporte para o custeio de suas despesas com transporte coletivo nos deslocamentos diários da residência ao local de trabalho, conforme previsto na Lei nº 8.112/90 e na Resolução nº 04/2008-CJF.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	331	0569	2011	A	4	Servidor beneficiado	886	787	-

Tabela 11

Fonte das metas: SIGPLAN

A Atividade beneficiou, em média, durante o exercício, a 787 servidores.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 1.297.231,00, dos quais foram empenhados R\$ 1.291.791,52 (com uma liquidação efetiva de R\$ 1.188.657,06).

Dos recursos autorizados foram executados 99,58%.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	331	0569	2011	A	4	Servidor beneficiado	321	279	-

Tabela 12

Fonte das metas: SIGPLAN

Considerando a dotação final de R\$ 393.736,00, houve um comprometimento e uma liquidação efetiva de R\$ 373.320,37 (execução orçamentária de 94,81%), para um contingente de 279 servidores, na média do exercício.

Nas Unidades Jurisdicionadas da Justiça Federal da 2ª Região, o quantitativo final apurado foi inferior à meta prevista na LOA, sobretudo, em virtude de exclusões ocorridas no período em decorrência da implantação, em dezembro/08, da última parcela do Plano de Cargos e Salários (Lei nº 11.416/06), que acarretou aumento no vencimento tornando o auxílio desvantajoso, uma vez

que o desconto de 6% ficou acima do gasto mensal com passagens, bem como de exclusões voluntárias em virtude de os valores devidos serem ínfimos

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores

Em atendimento ao art. 22 da Lei nº 8.460/92, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97 esta atividade tem por objetivo conceder ao servidor o benefício do auxílio-alimentação na forma de pecúnia e em caráter indenizatório para cobrir suas despesas diárias com alimentação.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	306	0569	2012	A	4	Servidor beneficiado	3.097	3.081	-

Tabela 13

Fonte das metas: SIGPLAN

A atividade beneficiou, no exercício, a uma média mensal de 3.081 servidores, alcançando, praticamente, a totalidade da meta prevista .

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 22.784.400,00, dos quais foram empenhados R\$ 22.724.400,00 (com uma liquidação efetiva de R\$ 22.524.683,06).

Dos recursos autorizados foram executados 99,73%.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	306	0569	2012	A	4	Servidor beneficiado	1.071	1.079	-

Tabela 14

Fonte das metas: SIGPLAN

Registrou-se uma dotação final de R\$ 7.926.480,00, para um comprometimento e liquidação efetivos de R\$ 7.906.125,38, para o atendimento de 1.079 beneficiários (média mensal), ultrapassando a meta prevista para o exercício, tendo em vista a inclusão de servidores requisitados.

Dos recursos autorizados foram executados 99,74%.

4091 – Capacitação de Recursos Humanos

Os recursos alocados nessa Atividade destinam-se à execução de despesas com a qualificação dos magistrados e servidores através da compra de livros e outros materiais didáticos e da reciclagem e aprimoramento de seus conhecimentos, envolvendo a realização e participação em cursos, seminários, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos do gênero, nas áreas jurídica, administrativa, tecnológica, comportamental e afins.

O desenvolvimento dessa atividade, que tem como objetivo promover de forma integrada a qualificação de pessoal, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, de modo que se obtenha melhores condições de trabalho e mais altos índices

de produtividade na prestação jurisdicional, foi realizado com o investimento de recursos para capacitação de magistrados e servidores. Foram realizadas ações de capacitação e desenvolvimento, por meio de contratação externa e pagamento de gratificação por encargo de curso a magistrados e servidores do Quadro de Pessoal, que atuaram como instrutores.

Ao proceder à análise da meta legal para Capacitação de Recursos Humanos, compete destacar os esforços envidados pela Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, em consonância com o espírito da redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, ao disposto no artigo 39, § 2º, da Constituição Federal.

As ações de treinamento, desenvolvidas no exercício, objetivaram ainda, cumprir o estabelecido na Lei nº 11.416/2006 e no Programa Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	128	0569	4091	A	4	Servidor capacitado	1.286	1.975	-

Tabela 15

Fonte das metas: SIGPLAN

No escopo dessa atividade, verifica-se a capacitação de 1.975 servidores nas modalidades presencial e à distância, superando a meta inicialmente prevista em 53,57%, correspondendo a 689 servidores capacitados a mais do que o inicialmente previsto.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 670.883,00, dos quais foram empenhados R\$ 668.395,34 (com uma liquidação efetiva de R\$ 547.861,05).

Dos recursos autorizados foram executados 99,62%.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	128	0569	4091	A	4	Servidor capacitado	602	873	-

Tabela 16

Fonte das metas: SIGPLAN

Ao final do exercício, houve um comprometimento de R\$ 519.264,64, com uma liquidação de R\$ 517.044,64, para uma dotação final de R\$ 647.000,00, significando uma execução orçamentária de 80,25% o que possibilitou que o número de treinandos atingidos em 2009 (873), ficasse 45% superior à meta prevista.

4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A Ação visa assegurar o acesso da população carente à assistência jurídica integral e o pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da

Constituição Federal e envolve despesas com pagamento de honorários a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para a prestação desses serviços.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	(*) Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	061	0569	4224	A	4	Pessoa assistida	16.219	16.521	8.225

Tabela 17

Fonte das metas: SIGPLAN

(*) Meta Prevista extraída da coluna “Previsão Corrigida – FÍSICO” do SIGPLAN DEZ/2009

A execução da atividade assegurou a assistência jurídica integral e gratuita a 16.521 pessoas carentes que buscaram a proteção da Justiça Federal de 1º da 2ª Região.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 5.979.978,00, dos quais foram empenhados R\$ 5.979.975,21 (com uma liquidação efetiva de R\$ 3.604.346,61).

Foram executados aproximadamente 100% dos recursos autorizados, o que possibilitou a superação da meta física estipulada inicialmente em 1,86%.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	061	0569	4224	A	4	Pessoa assistida	40	19	-

Tabela 18

Fonte das metas: SIGPLAN

Ao final do exercício verificou-se um comprometimento e liquidação de R\$ 2.880,17 para uma dotação final de R\$ 15.000,00, garantindo a assistência jurídica integral e gratuita a 19 pessoas carentes que buscaram a proteção da Justiça Federal no âmbito deste Tribunal.

A meta projetada foi superior, o que não significa que a Administração tenha deixado de prestar atendimento. Na verdade, trata-se de uma perspectiva meramente técnico-operacional, já que não há como prever a variável de demanda dos jurisdicionados

O objetivo da ação foi cumprido, uma vez que todas as demandas apresentadas foram atendidas, embora a meta projetada tenha sido superior.

4257 – Julgamento de Causas

Os recursos alocados nesta atividade asseguraram as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária dos órgãos, forneceram suporte operacional no desempenho da atividade fim da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, garantiram a continuidade da prestação jurisdicional e otimizaram o atendimento aos jurisdicionados.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	061	0569	4257	A	4	Processos julgados	334.600	289.601	-

Tabela 19

Fonte das metas: SIGPLAN

A execução dessa Atividade possibilitou o alcance de 86,55% da meta de processos julgados previstos para o exercício de 2009, ou seja, foram julgados **289.601** processos, sendo 32.935 na SJES e 256.666 na SJRJ, cujas metas eram, respectivamente, 31.500 e 303.100.

Fator que, em parte, pode ter prejudicado o atingimento da meta física prevista foi a convocação de juízes pertencentes à 1ª instância para atuação na 2ª instância com perda total de jurisdição.

PROCESSOS JULGADOS				
	VARAS FEDERAIS	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	TURMAS RECURSAIS	TOTAL
SJRJ	91.016	117.736	47.914	256.666
SJES	14.990	11.410	6.535	32.935
TOTAL	106.006	129.146	54.449	289.601

Tabela 20

Fonte: Portal de Estatísticas – TRF-2ª Região

O quadro demonstrativo acima evidencia que do total dos processos julgados no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região, aproximadamente 45% referem-se aos Juizados Especiais Federais (129.146 processos).

O crédito total recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 533.950.036,00, dos quais foram empenhados R\$ 533.898.298,61 (com uma liquidação efetiva de R\$ 519.540.482,35). Sendo que, o final do exercício, verificamos um comprometimento na categoria “pessoal” de R\$ 473.929.466,93, com uma liquidação efetiva de R\$ 472.421.407,81, para uma dotação final de R\$ 473.932.980,00, nessa categoria.

Foram executados aproximadamente 100% dos recursos autorizados.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	061	0569	4257	A	4	Processos julgados	77.000	73.000	-

Tabela 21

Fonte das metas: SIGPLAN

O número de processos julgados no exercício foi de **73.000**, correspondendo a **95%** da meta estabelecida na LOA (**77.000** processos).

Não obstante a sobrecarga de serviço, os membros desta Corte envidaram todos os esforços para o cumprimento da meta estabelecida na Lei Orçamentária, o que tem proporcionado uma sensível redução do acervo e o aumento do número de julgados.

Em comparação com o ano anterior, tivemos um aumento de 6,71% no número de julgados, passando de 68.405 para 73.000 processos, bem como uma redução do acervo da ordem de 2,84% (2.655 processos).

Por sua vez, se em 2008 ficamos 9,64% aquém da meta estabelecida na LOA, fechamos este ano com uma diferença de somente 5,48% de tal meta.

Desta forma, não obstante o grande volume de serviço, através de medidas concretas, bem como do empenho de magistrados e servidores, estamos, a cada ano, reduzindo o acervo e aumentando o número de julgados.

Ao final do exercício verificamos um comprometimento na categoria “pessoal” de R\$ 172.228.516,44, com uma liquidação efetiva de R\$ 171.672.762,00, para uma dotação final de R\$ 172.228.520,00

Nas demais despesas, da dotação final de R\$ 24.476.900,00 foram comprometidos R\$ 22.390.093,90, para uma liquidação de R\$ 16.873.090,02. Representando uma execução orçamentária total de 98,93%.

Além disso, foram gerenciados por este Tribunal recursos das Seções Judiciárias no valor de R\$ 4.827.101,00 com o comprometimento de R\$ 4.827.073,39 e uma liquidação de R\$ 4.155.350,05 para atendimento do programa de estágio, do sistema de acompanhamento processual e do sistema de folha de pagamento das Seções Judiciárias a cargo desta Corte.

8417 – Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal

A Ação tem por finalidade manter em funcionamento as instalações do Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF e assegurar o desenvolvimento de suas atividades sócio-culturais, tendo em vista a natureza peculiar de suas atividades.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	8417	A	4	Centro cultural mantido	1	1	-

Tabela 22

Fonte das metas: SIGPLAN

Por conta dos recursos disponibilizados nessa ação, além das despesas de caráter continuado relacionadas à manutenção e ao funcionamento das atividades do Espaço Cultural, foram realizadas restaurações dos pórticos de entrada de veículos do CCJF e da SJRJ; de rachaduras e de deterioração dos muros frontal e lateral do prédio; de revestimentos descascados e com infiltrações; do guardacorpo da escadaria central em ferro fundido (conclusão prevista para o exercício de 2010); e, ainda, dos mármores de carrara e ladrilhos hidráulicos danificados.

Convém destacar que o Centro Cultural realizou, ao longo de 2009, 22 exposições, 55 apresentações musicais, 10 apresentações cinematográficas, 15 peças teatrais, 23 palestras, debates e mesas redondas, 11 seminários e fóruns, 39 cursos e oficinas, bem como o lançamento de 24 livros.

Sobressaem os seguintes eventos: “Estado, Poder e Indivíduo – Kafka e o Direito”; “Violência, Participação Popular e Defesa dos Direitos Humanos”; “Mídia e Ação Afirmativa: A Construção de uma Opinião Pública”; “20 anos da Queda do Muro de Berlim”; “Evolução das Leis Federais e Mecanismos de Fomento à Área da Cultura no Brasil: o setor audiovisual”; “Brasil-Angola: Estado, Direito e Sociedade”, “Direito Comparado e Patentes”, “Direito Administrativo e seus novos Paradigmas” e “Gógol – 200 anos”.

A visitação em 2009 registrou, aproximadamente, 93 mil visitantes/ano. O *site* do CCJF consolidou-se definitivamente como um instrumento de comunicação efetiva entre o público e o CCJF, com 32.221 acessos.

No ano de 2009, a empresa que explora uma cafeteria nas dependências do CCJF depositou nos cofres públicos o valor de R\$ 8.544,05, em contrapartida pela concessão de um espaço para exercer uma atividade comercial

Ao final do exercício verificamos um comprometimento de R\$ 3.624.527,31 e uma liquidação de R\$ 2.768.096,11, para uma dotação final de R\$ 3.937.000,00. Representando uma execução orçamentária total de 92,06%.

PROGRAMA: 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL PROJETOS

1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal

O projeto tem por finalidade reformar, ampliar e modernizar as instalações do complexo predial onde tem sede o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com área construída de 49.255,64 m2, além de outras edificações da Justiça Federal de 1º Grau, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços judiciários.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	1136	P	4	Instalação modernizada	1	0	1

Tabela 23

Fonte das metas: SIGPLAN

Em 2009, por conta dos recursos destinados a este Projeto, foram adquiridas persianas e divisórias para a nova Sede da Subseção Judiciária de Resende, no Estado do Rio de Janeiro.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 30.180,00. Atrasos na realização da contratação dos serviços impediram a liquidação nesse exercício, ficando inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 29.704,28.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	1136	P	4	Instalação modernizada	1	0	1

Tabela 24

Fonte das metas: SIGPLAN

No exercício de 2009, a execução física das duas ações relacionadas a esse Projeto restou prejudicada devido – no caso da modernização do sistema de detecção e alarme de incêndio – a imposição de ordem legal para reelaboração do projeto básico; e – no caso da modernização dos elevadores – à necessidade de prorrogação do prazo para entrega do objeto principal que, por conseguinte, ocasionou a prorrogação do prazo para a conclusão dos serviços.

Estão previstas para serem concluídas no exercício de 2010 a modernização dos elevadores, com a substituição do sistema de comando de relés por microprocessado, o que permitirá melhoria no funcionamento dos elevadores do prédio sede com a diminuição de defeitos e a redução substancial do consumo de energia elétrica; e, ainda, a modernização do sistema de detecção e alarme de incêndio, que facilitará não só a manutenção de sua eficiência, mas também a segurança das pessoas e do patrimônio.

Registre-se, por fim, que apesar da não aplicação total dos recursos, foi possível a Administração dar continuidade aos processos voltados à modernização das instalações do Tribunal, dotando-as das condições ambientais adequadas ao pleno exercício das atividades.

Ao final do exercício, foram comprometidos R\$ 869.415,00 para uma dotação final de R\$ 900.000,00, permanecendo este valor integralmente inscrito em Restos a Pagar para liquidação no próximo exercício.

1834 – Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Vitória – ES

O Projeto compreende a construção de edificação, com 18.873 m², onde se instalará a nova sede da Seção Judiciária do Espírito Santo no município de Vitória, com capacidade para o funcionamento de 24 Varas Federais, além de toda a estrutura administrativa.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	1834	P	4	% de execução física	14%	4,76%	6,00%

Tabela 25

Fonte das metas: SIGPLAN

Previsto no Plano Plurianual, para ser realizado no período de 2003 a 2009, o Projeto compreende a construção de edificação em terreno com 13.226,46 m². A área construída, de acordo com a previsão inicial, seria 18.873m², mas com a possibilidade de construção de mezaninos, elevou-

se para 19.080m², e terá capacidade para a instalação de 24 Varas Federais, além de toda a estrutura administrativa.

De forma a compatibilizar os recursos destinados no PPA e o planejamento da construção, a obra da sede definitiva foi dividida em 6 etapas:

Serviços de movimento de terra, canteiro de obras e estrutura, bem como todas as instalações que interferem com a estrutura.

Restante das obras civis.

Instalações de Ar condicionado.

Instalações de Cabeamento Estruturado.

Instalações de Automação e Segurança.

Construção dos mezaninos do prédio anexo.

No exercício de 2008 estava em andamento a execução da 2ª Etapa da Obra (obras civis), com término inicialmente previsto para 08/04/2009. Além disso, já haviam sido contratadas as empresas construtoras responsáveis pela realização da 3ª Etapa (Instalação de Ar Condicionado) e da 4ª Etapa (Instalação de Cabeamento Estruturado).

Ocorre que, ao final do exercício de 2008, o ritmo de execução física da 2ª Etapa da Obra foi “quebrado” em função da situação de irregularidade fiscal da construtora, o que impedia o pagamento e, conseqüentemente, o prosseguimento dos serviços contratados.

Estando as obras praticamente paralisadas, a situação se agravou no início do exercício de 2009, culminando com a rescisão do contrato com a contratada Tomazelli Engenharia, confirmada em 20/03/2009.

A rescisão do contrato da 2ª Etapa da Obra ensejou uma série de conseqüências graves para a Administração, dentre as quais o cancelamento de créditos orçamentários inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores e impedimentos para o avanço dos serviços objeto de outros contratos.

De forma a minimizar os efeitos dessas conseqüências e viabilizar a conclusão do projeto, foram adotadas as seguintes medidas: reforço à segurança - com o objetivo de preservar a integridade das obras concluídas e pagas até o momento da rescisão em face do risco de depredação ou furto; consulta às demais licitantes classificadas - quanto ao interesse em dar prosseguimento à obra nas mesmas condições contratadas com a Tomazelli; contratação imediata de obras emergenciais – afastada a hipótese de assunção da obra por outra licitante nas condições da vencedora, foi identificada a necessidade de contratação emergencial de serviços essenciais à preservação da integridade das obras concluídas e à manutenção da uniformidade no padrão de acabamento. As obras envolveram, basicamente, a conclusão do revestimento das fachadas e a execução da cobertura do prédio principal; ajustes nos demais contratos - a relação de dependência existente entre as etapas exigiu algumas alterações nos contratos em vigor, tais como: a suspensão temporária dos serviços de climatização e a postergação do início do cabeamento estruturado, além da prorrogação do contrato de Fiscalização de forma a abranger os novos contratos.

Por conta disso, na 3ª Etapa da Obras, está previsto para ocorrer em 2010 os testes dos equipamentos instalados em 2008. Enquanto que a 4ª Etapa das Obras teve início apenas no mês de junho de 2009.

Tomadas essas providências imediatas, a próxima medida foi planejar a licitação e a contratação parcial do remanescente da 2ª Etapa da Obra, denominada “obras civis 2009”, compreendendo as obras necessárias à continuidade das demais etapas já contratadas e priorizando itens de valor total relevante.

Tais obras, que compreendem basicamente a conclusão de pisos, forros, esquadrias em fachadas e parte das instalações elétricas, estavam com cerca de 35% de sua execução física concluída no término do exercício.

Essa contratação, além de viabilizar a utilização integral dos créditos referentes à LOA 2009, possibilitou o reinício dos serviços de climatização (3ª Etapa da Obra) e a continuidade dos serviços de cabeamento estruturado (4ª Etapa da Obra).

Em 2009, a fabricação e a montagem dos mezaninos metálicos do prédio anexo (6ª Etapa da Obra) foi licitada, contratada com a empresa Art Metal e concluída.

Já se encontra em andamento a licitação para a conclusão das obras civis em 2010. E, em momento oportuno, será licitada a 5ª Etapa da Obra – Automação e Segurança.

Os prejuízos causados pela rescisão do contrato com a Tomazelli Engenharia, foram apurados e estão sendo objeto de providências para o devido ressarcimento.

O total do crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009 (R\$ 4.632.100,00) foi integralmente empenhado, ocorrendo uma liquidação efetiva de R\$ 2.247.411,24. Ficando, entretanto, inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 2.384.688,76.

1890 – Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro – RJ

O Projeto compreende a reforma das instalações físicas do Edifício localizado na Av. Almirante Barroso nº 78, Centro, com 10.136 m2.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	1890	P	4	% de execução física	18%	-	18%

Tabela 26

Fonte das metas: SIGPLAN

A continuação das obras no exercício de 2009 teve que aguardar a conclusão das imprevistas e imprescindíveis intervenções estruturais ocorridas no prédio, ainda no exercício de 2008, o que prejudicou sobremaneira o alcance das metas previstas para aquele ano e que, como consequência, acarretou o adiamento da conclusão do projeto.

Como forma de reverter o atraso e garantir o cumprimento do novo cronograma que prevê a conclusão do projeto no exercício 2010, a Administração antecipou, para 2009, a realização dos principais certames licitatórios previstos para 2010, já tendo firmado as respectivas contratações para

viabilizar a conclusão das obras de reforma. Foram firmados contratos relativos à execução da etapa final das obras, a execução das instalações de lógica/telefonia e CFTV, instalações de detecção e combate a incêndios, instalação de piso elevado e persianas.

Com relação aos recursos disponibilizados em 2009, registra-se que foram integralmente empenhados estando as respectivas ações em execução e que, embora a execução física-financeira tenha sido afetada, percebe-se que a utilização dos recursos foi garantida com as contratações a seguir discriminadas, tendo a previsão de estarem totalmente executadas ainda no 1º semestre de 2010: contratação de reforço estrutural na laje da cobertura, instalação de estrutura metálica de apoio do chiller do sistema de ar condicionado e demolição de marquise na sobreloja; e contratação para execução das obras de reforma (etapa parcial).

No exercício de 2009 foi concluído o serviço de instalação dos elevadores e a entrega dos equipamentos de “no break”, ambos iniciados em 2008.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 2.900.000,00. Atrasos ocorridos na realização da contratação dos serviços prejudicaram uma maior liquidação das despesas nesse exercício. Como resultado da execução orçamentária, foram liquidados R\$ 96.184,87, ficando inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 2.803.815,13.

11S0 – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Macaé – RJ

O Projeto compreende a conclusão das obras de construção do imóvel de 1.353 m², Sede da Justiça Federal no Município de Macaé/RJ, erguido num terreno cedido pela Prefeitura em área de 5.000 m², além dos serviços de fiscalização e de acompanhamento da execução da obra.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	11SO	P	4	% de execução física	100%	11,99%	88,01%

Tabela 27

Fonte das metas: SIGPLAN

As obras e, conseqüentemente, a fiscalização e o acompanhamento da sua execução foram interrompidos, temporariamente, nos anos de 2007 e 2008, em decorrência da inadimplência da construtora contratada, por abandono da obra e apresentação de pedido de falência.

Com o novo aporte de recursos em 2009, deu-se início à retomada das obras até então paralisadas. A primeira ação tomada foi a contratação, ocorrida em junho/09, de empresa responsável pela conclusão das obras, que está prevista para ocorrer em fevereiro de 2010.

Prosseguiu-se com a contratação dos seguintes serviços, também previstos para serem finalizados até o mês de março/2010:

- fornecimento e instalação de piso elevado;
- fornecimento e instalação de forro removível;
- cercamento do lote;
- instalações de lógica/telefonia e CFTV;

- instalações de detecção e combate a incêndios.

Além disso, foi adquirido equipamento de “no break” com o objetivo de permitir a alimentação elétrica, na ocorrência de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 2.350.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 2.071.628,62 (com uma liquidação efetiva de R\$ 886.085,67). Ficando inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 1.185.542,95.

Foram executados aproximadamente 88% dos recursos autorizados.

3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional

O Projeto, realizado em nível nacional, visa o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e controle da tramitação processual, integração de informações entre os Órgãos afins, formação de banco de dados, aquisição de equipamentos, softwares, material de consumo, serviços técnicos e demais despesas relacionadas.

Sendo que durante todo o exercício de 2009, o Conselho de Justiça Federal – CJF – responsabilizou-se pelas aquisições deste Projeto, direcionando-as ao atendimento de dois projetos nacionais: a virtualização da Justiça Federal e o Sistema de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS. No final do exercício, foram liberados recursos necessários ao atendimento de necessidades regionais, contudo alinhadas aos dois projetos nacionais mencionados.

Esse procedimento influenciou o andamento de diversos projetos regionais e exigiu uma reprogramação não só das atividades como também das aquisições. Em consequência, os recursos necessários ao atendimento das necessidades regionais – necessariamente relacionadas aos projetos nacionais mencionados - foram liberados ao final do exercício de 2009.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	126	0569	3757	P	4	-	-	-	-

Tabela 28

Segue, abaixo, a descrição dos investimentos tecnológicos realizados nos subprojetos nacionais, no exercício de 2009. Cabendo registrar que as dotações deste projeto são consignadas na UO 12.101 – Justiça Federal de 1º Grau, apesar de serem executadas também pelos Tribunais Regionais Federais, tendo em vista sua abrangência nacional:

1º) SubProjeto "Inclusão Digital do Poder Judiciário":

1) Seção Judiciária do Rio de Janeiro: Foram realizadas despesas vinculadas a três etapas: “Renovação e ampliação do parque tecnológico” – aquisição de microcomputadores, monitores e licenças de suíte de escritório para a expansão e modernização do parque de microinformática a fim de promover uma melhoria da eficiência da SJRJ, implementando uma melhor relação de usuários/microcomputador; “Consolidação de servidores” - aquisição de novos servidores de arquivos dos CPDs para as localidades do interior do Estado, garantindo uma melhor gestão de recursos de TI e maior flexibilidade no gerenciamento e monitoramento dos serviços disponíveis aos

usuários; “Armazenamento de dados” – aquisição de equipamento para armazenagem de dados específicos do sistema processual e administrativo.

2) **Seção Judiciária do Espírito Santo**: Foram adquiridas 10 licenças e treinamento de Oracle com RAC habilitado e 01 licença e treinamento de software de backup e de duplicação, além do serviço de atualização e suporte de licenças Oracle.

3) **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**: Por conta dos recursos liberados somente ao final do exercício, as ações realizadas nesse subprojeto, com a compra do Módulo de expansão para bibliotecas de fitas TS3310 e a instalação e configuração de dois “drives” LTO4, estão previstas para serem concluídas no exercício de 2010.

2º) SubProjeto “Implantação da Justiça Virtual”:

1) **Seção Judiciária do Rio de Janeiro**: Realizaram-se despesas referentes à etapa de “Ampliação da infra-estrutura de rede” com a aquisição de solução de atualização tecnológica e expansão da rede de dados (compreendendo o fornecimento, instalação e configuração de dispositivos de rede) para obter uma infra-estrutura necessária para a expansão do processo digital a todas as especialidades dentro da SJRJ, que tem prazo final de migração para junho de 2010.

2) **Seção Judiciária do Espírito Santo**: Todas os equipamentos, softwares e serviços adquiridos para aplicação no subprojeto “Inclusão Digital do Poder Judiciário” também atendem às necessidades tecnológicas do subprojeto de “Implantação da Justiça Virtual”.

3) **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**: Todas os equipamentos e serviços adquiridos para aplicação no subprojeto “Inclusão Digital do Poder Judiciário” também atendem às necessidades tecnológicas do subprojeto de “Implantação da Justiça Virtual”.

O crédito total recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 5.114.165,00. Atrasos na realização das contratações das compras e serviços impediram uma maior liquidação das despesas nesse exercício, ficando inscrito em Restos a Pagar o valor de 4.960.086,25.

Devendo ser ressaltado, também, que da dotação final destinada às Unidades Jurisdicionadas da 2ª Região, o total de R\$ 461.188,75 foi disponibilizado para atender a programação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sendo que desse valor, foram comprometidos R\$ 309.400,00, permanecendo esta quantia integralmente inscrita em Restos a Pagar, para liquidação no próximo exercício.

PROGRAMA: O569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL OPERAÇÕES ESPECIAIS

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de Magistrados e servidores públicos federais ativos da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	09HB	OP	4	-	-	-	-

Tabela 29

Fonte das metas: SIGPLAN

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 3.134 Magistrados e servidores públicos federais ativos das Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 90.079.146,00, dos quais foram empenhados R\$ 89.434.123,04 (com uma liquidação efetiva de R\$ 88.473.123,04).

Dos recursos autorizados foram executados 99,28%.

UO 12103 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	122	0569	09HB	OP	4	-	-	-	-

Tabela 30

Fonte das metas: SIGPLAN

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 1.038 Magistrados e servidores públicos federais ativos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, totalizando, ao final do exercício, uma dotação de R\$ 30.137.139,00 para um comprometimento de R\$ 28.154.570,34 e uma liquidação de R\$ 28.133.305,60.

Dos recursos autorizados foram executados 93,42 %.

**PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
OPERAÇÕES ESPECIAIS**

0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

O objetivo desta operação especial é assegurar a manutenção sócio-econômica a que legalmente fazem jus os servidores inativos e pensionistas.

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	272	089	0396	OP	4	Pessoa beneficiada	631	655	-

Tabela 31

Fonte das metas: SIGPLAN

Foram atendidos 655 beneficiários (Magistrados e servidores) no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região.

O crédito recebido nesta ação, no exercício de 2009, foi de R\$ 109.907.104,00, dos quais foram empenhados R\$ 109.906.972,09 (com uma liquidação efetiva de R\$ 109.422.974,58).

Foram executados aproximadamente 100% dos recursos autorizados, o que possibilitou a superação da meta física estipulada inicialmente em 3,8%.

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
02	272	089	0396	OP	4	Pessoa beneficiada	120	138	-

Tabela 32

Fonte das metas: SIGPLAN

Nota: Exclui 1 inativo que não percebe proventos por este Tribunal, tendo em vista opção por outro Órgão, em razão da impossibilidade de acumulação.

Foram atendidos 138 beneficiários (Magistrados e servidores) no âmbito da Justiça Federal de 2º Grau da 2ª Região.

O quantitativo de inativos e instituidores de pensão alcançado em 2009 ficou acima da meta da LOA, tendo em vista que a meta estabelecida considerou o quantitativo efetivo no período-base, conforme critério adotado pelo Conselho da Justiça Federal. No entanto, após a remessa da Proposta Orçamentária, foram concedidas novas aposentadorias e pensões.

Houve, no exercício de 2009, um comprometimento de R\$ 27.721.845,92 para uma dotação de R\$ 27.749.622,00 e uma liquidação efetiva de R\$ 27.664.687,14, representando uma execução orçamentária de 99,89%. O que possibilitou a superação da meta física inicialmente estipulada em 15%.

PROGRAMA: 0901 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS OPERAÇÕES ESPECIAIS

Art. 100 da Constituição Federal de 1988 e art. 78 do ADCT

0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
28	846	0901	0005	OP	4	--	--	--	--

Tabela 33

O programa de trabalho em questão tem por objetivo atender à obrigação de pagamento dos valores devidos pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado com valores acima de 60 salários mínimos, denominados precatórios.

Por conta desses recursos, no exercício de 2009 foram realizados pagamentos referentes aos precatórios contra órgãos da Administração Direta, no valor de R\$ 517.547.772,80, e contra 28 entidades da Administração Indireta, no valor de R\$ 198.727.979,23, à conta dos destaques efetuados pelas Entidades devedoras.

Além desses valores, deve-se registrar o pagamento de R\$ 4.009.826,14 a 3 entidades não integrantes do Orçamento Geral da União (Governo do Estado do Rio de Janeiro, CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) no decorrer do exercício de 2009.

Com a efetuação dos depósitos no montante total de R\$ 720.285.578,17, foram liquidadas todas as sentenças autuadas neste TRF, não restando, portanto, depósitos judiciais dessa natureza.

Ressalta-se que os valores mencionados já consideram eventuais devoluções e cancelamentos realizados após os depósitos, e totalizaram o valor de R\$ 720.285.578,17.

0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pequeno Valor)

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
28	846	0901	0625	OP	4	--	--	--	--

Tabela 34

O programa de trabalho em questão tem por objetivo atender à obrigação de pagamento dos valores devidos pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal decorrentes de sentenças transitadas em julgado inferiores a 60 salários mínimos, incluídas as decorrentes dos Juizados Especiais Federais, denominados “Requisitórios de Pequeno Valor – RPV”.

Por conta desses recursos, no exercício de 2009, foram realizados pagamentos referentes aos requisitórios de pequeno valor, da Administração Direta e demais Entidades, no valor de R\$ 346.121.923,29 (incluindo o Fundo do Regime Geral da Previdência Social).

Registra-se que as sentenças de pequeno valor autuadas no TRF-2ª Região até novembro de 2009 foram depositadas.

Com relação àquelas autuadas em dezembro/2009, foram liquidadas em janeiro/2010 à conta dos recursos inscritos em restos a pagar, em estrita observância aos prazos assinalados nos normativos que regulam a matéria.

2.4 – Desempenho Operacional:

A Lei nº 11.897, de 30/12/2008, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2009, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região foi contemplada, para a execução no referido exercício, com uma dotação inicial de R\$ 1.542.923.499,00 (um bilhão, quinhentos e quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e três mil e quatrocentos e noventa e nove reais), havendo posteriormente um acréscimo de R\$ 343.427.443,00 (trezentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e quatrocentos e quarenta e três reais). Houve, ainda, uma redução de R\$ 44.557.552,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e

cinquenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e dois reais), resultando numa dotação autorizada de R\$ 1.841.793.390,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e um milhões, setecentos e noventa e três mil e trezentos e noventa reais). Ao longo do exercício de 2009, a Justiça Federal da 2ª Região recebeu destaques no montante de R\$ 362.011.603,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, onze mil e seiscentos e três reais) para atendimento da Ação Execução de Sentenças Judiciais (Precatórios de Entidades da Administração Indireta e Requisitórios de Pequeno Valor do Fundo do Regime Geral da Previdência Social), e durante esse período não houve a concessão de destaques.

O quadro abaixo detalha a situação final do orçamento recebido pelas Unidades Jurisdicionadas da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região.

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

PROGRAMA		UO	Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/ Concedidos	TOTAL
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	12.101	109.907.104	0	109.907.104
		12.103	27.749.622	0	27.749.622
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	12.101	684.453.183	0	684.453.183
		12.103	248.729.103	0	248.729.103
0901	Cumprimento das Sentenças Judiciais	12.101	0	0	0
		12.103	770.954.378	362.011.603	1.132.965.981
SUBTOTAL		12.101	794.360.287	0	794.360.287
		12.103	1.047.433.103	362.011.603	1.409.444.706
TOTAL JF 2ª REGIÃO			1.841.793.390	362.011.603	2.203.804.993

Tabela 35

Fonte: SIAFI

Nota: Não houve destaques concedidos.

Cabe esclarecer que além do montante total de R\$ 1.047.433.103,00 foram disponibilizados para execução da Unidade Jurisdicionada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (UO 12103), o valor de R\$ 9.613.301,00, com vistas ao atendimento de despesas das Unidades Jurisdicionadas da Justiça Federal de 1º Grau (SJES e SJRJ (UO12.101)), nas ações Julgamento de Causas (R\$ 4.827.101,00), Assistência Médica e Odontológica a Servidores, seus Dependentes e Empregados (R\$ 4.041.200,00) e Ações de Informática (R\$ 745.000,00). Bem como o valor de R\$ 461.188,75 para atender à programação da Justiça Federal de 2º Grau (UO 12.103). referente ao projeto Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça Federal de 1º Grau (UO 12.101), vinculado ao programa Prestação Jurisdicional,

2.4.1 – Evolução das Receitas e Despesas, exclusive Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado:

2.4.1.1 - Programação Orçamentária

As informações a seguir refletem a programação orçamentária da Unidade Jurisdicionada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região durante o exercício de 2009, excluídos os valores relativos ao programa “**Cumprimento de Sentenças Judiciais**”, para os quais foram criados quadros específicos, haja vista a relevância da matéria, observando, quando cabível, as informações já existentes nos demais quadros.

2.4.1.1.1 Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Orçamentário	12.103	090034

Tabela 36

2.4.1.1.2 Programação das Despesas Correntes

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO (*)	221.275.000	288.305.000	-	-	47.505.290	47.105.732	
	PLOA	163.780.864	184.908.116	-	-	45.490.423	44.532.744	
	LOA	163.780.864	184.908.116	-	-	42.114.204	42.132.744	
CRÉDITOS	Suplementares	40.291.103	45.207.165	-	-	1.160.000	1.674.800	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	(*) 176.500	-	-	-	-	1.473.336	1.637.100
Outras Operações			-	-	-	-	-	
Total		203.895.466	230.115.281	-	-	41.800.868	42.170.444	

Tabela 37

Fonte: SIAFI

(*) Os valores informados não são objeto de lançamento no SIDOR, tendo em vista refletirem, apenas, a programação preliminar encaminhada ao Conselho da Justiça Federal (órgão setorial).

(*)1 Trata-se de destaque feito por este Tribunal ao Superior Tribunal de Justiça, referente à despesa realizada por aquele órgão para pagamento da diferença da Parcela Autônoma de Equivalência dos Ministros relacionados no Proc. STJ 5480/2008, que no período de set/94 a dez/97 figuravam como Desembargadores Federais neste Tribunal.

2.4.1.1.3 Programação das Despesas de Capital

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO (*)	6.114.000	23.297.000	-	-	-	-	
	PLOA	3.749.568	4.022.000	-	-	-	-	
	LOA	3.749.568	4.022.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	1.305.000	596.000	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	610.000	425.000	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		4.444.568	4.193.000	-	-	-	-	

Tabela 38

Fonte: SIAFI

(*) Os valores informados não são objeto de lançamento no SIDOR, tendo em vista refletirem, apenas, a programação preliminar encaminhada ao Conselho da Justiça Federal (órgão setorial).

2.4.1.1.4 Quadro Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO (*)	268.780.290	335.410.732	6.114.000	23.297.000	-	-	
	PLOA	209.271.287	229.440.860	3.749.568	4.022.000	-	-	
	LOA	205.895.068	227.040.860	3.749.568	4.022.000	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	41.451.103	46.881.965	1.305.000	596.000	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	1.649.836	1.637.100	610.000	425.000	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		245.696.334	272.285.725	4.444.568	4.193.000	-	-	

Tabela 39

Fonte: SIAFI

(*) Os valores informados não são objeto de lançamento no SIDOR, tendo em vista refletirem, apenas, a programação preliminar encaminhada ao Conselho da Justiça Federal (órgão setorial).

Para o estabelecimento da previsão inicial do orçamento, as áreas envolvidas são previamente consultadas sobre as ações necessárias ao aperfeiçoamento de nossos serviços, à implementação de medidas sociais e aos investimentos, em especial, tecnologia e obras e reformas.

Ocorre, entretanto, que esses valores iniciais são objeto de apreciação entre os representantes do Judiciário e do Executivo. Não raro, os valores sofrem redução expressiva levando em conta a política adotada pelo Governo Federal.

No tocante às despesas com pessoal, a diferença entre a dotação proposta pela UO e a LOA nos exercícios de 2008 e 2009 refere-se, basicamente, a despesas de exercícios anteriores que estavam previstas na Proposta Orçamentária e não puderam ser mantidas em face do teto estabelecido para esta Região.

Com relação às demais despesas correntes, registramos que no exercício de 2009, além da redução da proposta preliminar, houve cortes pelo Congresso Nacional na atividade voltada para as ações de informática, recompostos parcialmente mediante suplementação ao longo do exercício.

Para as despesas de capital, diante dos limites impostos ao Tribunal, não foi possível a manutenção do projeto Reforma, Modernização e Ampliação da nova unidade do TRF-2ª Região, no valor de R\$ 20.000.000,00.

Em que pese o fato das dotações finais autorizadas haverem sido inferiores às propostas orçamentárias originais enviadas ao CJF, a Administração envidou esforços para garantir o atingimento da programação dos diversos setores deste Tribunal e conseguiu minimizar o impacto do cortes orçamentários através da reprogramação das ações (levando em conta a ordem de prioridades)

e da aplicação da modalidade pregão - amplamente utilizada neste Tribunal - na qual há regularmente diminuição dos valores estimados, visto ser praticamente impossível fixar, com exatidão, os valores dos objetos a serem contratados.

Desta forma, indubitavelmente, alcançamos nossos objetivos, através do trabalho compartilhado com os diversos setores do Tribunal, com empreendedorismo, escolhas prioritárias e fundamentais ao oferecimento das condições materiais indispensáveis ao suporte à prestação jurisdicional, bem como mantendo a austeridade na aplicação dos recursos públicos.

2.4.1.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, exclusive Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado:

Os recursos autorizados para atender à Justiça Federal de 1º Grau são provisionados ao Conselho da Justiça Federal (UG 090001) – Unidade Gestora que registra contabilmente os créditos atribuídos originalmente pela LOA à UO 12.101.

De acordo com os limites definidos para cada Região, o CJF descentraliza os respectivos créditos às Unidades gestoras do TRF responsáveis pelo recebimento de dotações, no caso deste Tribunal, UG 090034, para provisão às Unidades de primeiro grau vinculadas.

Em face do exposto, o quadro, a seguir, retrata as movimentações verificadas pelo Tribunal (UG 090034- Orçamentária) para as seccionais vinculadas (UG 090016 e UG 090014), com vistas ao atendimento da programação daquelas Unidades, bem como para a UG 090028 (TRF – 2ª Região - Executora) para atender despesas das Seções Judiciárias a cargo desta Corte.

UG 090034 – TRF 2ª REGIÃO

Posição do dia 31.12.09

R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	DESPESAS CORRENTES			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Interna	Recebidos	090001	09.272.0089.0396	109.907.104	-	-
	Concedidos	090014		8.089.201	-	-
		090016		101.817.903	-	-
	Recebidos	090001	02.126.0569.2003	-	-	3.987.095
	Concedidos	090028		-	-	745.000
		090014		-	-	654.095
		090016	-	-	2.588.000	
	Recebidos	090001	02.301.0569.2004	-	-	7.304.400
	Concedidos	090028		-	-	4.041.200
		090014		-	-	851.300
		090016	-	-	2.411.900	
	Recebidos	090001	02.365.0569.2010	-	-	1.962.569
	Concedidos	090014		-	-	345.000
		090016		-	-	1.617.569
	Recebidos	090001	02.331.0569.2011	-	-	1.297.231
	Concedidos	090014		-	-	11.000
		090016		-	-	1.286.231
	Recebidos	090001	02.306.0569.2012	-	-	22.784.400
Concedidos	090014	-		-	3.693.760	
	090016	-		-	19.090.640	

	Recebidos	090001	02.128.0569.4091	-	-	670.883
	Concedidos	090014		-	-	196.810
		090016		-	-	474.073
	Recebidos	090001	02.061.0569.4224	-	-	5.979.978
	Concedidos	090014		-	-	585.330
		090016		-	-	5.394.648
	Recebidos	090001	02.061.0569.4257	473.932.980	-	56.708.856
	Concedidos	090028		-	-	4.783.901
		090014		72.651.402	-	9.201.000
		090016		402.281.578	-	42.723.955
	Recebidos	090001	02.122.0569.09HB	90.079.146	-	-
	Concedidos	090014		13.844.600	-	-
090016		76.234.546		-	-	
Recebidos	090001	02.126.0569.3757	-	-	3.321.165	
Concedidos	090028		-	-	177.188	
	090014		-	-	2.543.976	
	090016		-	-	600.000	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	DESPESAS DE CAPITAL		
				4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Recebidos	090001	02.126.0569.2003	1.349.000	-	-
	Concedidos	090014		1.049.000	-	-
		090016		300.000	-	-
	Recebidos	090001	02.301.0569.2004	62.000	-	-
	Concedidos	090014		-	-	-
		090016		62.000	-	-
	Recebidos	090001	02.061.0569.4257	3.308.200	-	-
	Concedidos	090028		43.200	-	-
		090014		1.945.000	-	-
		090016		1.320.000	-	-
	Recebidos	090001	02.122.0569.1136	30.180	-	-
	Concedidos	090014		-	-	-
		090016		30.180	-	-
	Recebidos	090001	02.126.0569.3757	1.793.000	-	-
	Concedidos	090028		284.000	-	-
		090014		-	-	-
		090016		1.509.000	-	-
	Recebidos	090001	02.122.0569.11S0	2.350.000	-	-
	Concedidos	090014		-	-	-
		090016		2.350.000	-	-
Recebidos	090001	02.122.0569.1834	4.632.100	-	-	
Concedidos	090014		4.632.100	-	-	
	090016		-	-	-	
Recebidos	090001	02.122.0569.1890	2.900.000	-	-	
Concedidos	090014		-	-	-	
	090016		2.900.000	-	-	

Tabela 40

Fonte: SIAFI

Ao final do exercício, apuramos uma dotação final de R\$ 794.360.287,00 para as Seções Judiciárias, em decorrência das movimentações internas detalhadas, sendo R\$ 663.992.223,00 para a SJRJ (UG 090016), R\$ 120.293.574,25 para a SJES (UG 090014), conforme Resolução nº 50 PRES, de 30.12.09 e R\$ 10.074.489,75 para o TRF-2ª Região (UG 090028).

Considerando que os créditos recebidos pelo Tribunal (UG 090028) destinam-se a atender programações específicas das Seções Judiciárias (à exceção do Projeto Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação), a aplicação destes recursos obedeceu integralmente à destinação, alcançando os resultados esperados.

O crédito provisionado foi satisfatório e atendeu às necessidades das Unidades. Nesse sentido, foi possível manter as atividades já existentes, bem como realizar melhorias decorrentes da aquisição de novos equipamentos de informática, sistemas, pagamento de instrutores do quadro para a capacitação de servidores, pagamento de diárias e despesas com deslocamento, enfim, o resultado da utilização de crédito orçamentário no exercício foi bastante satisfatório.

Ressaltem-se, ainda, as ações voltadas para a implantação do processo eletrônico que foram reforçadas, principalmente, com aquisições decorrentes do projeto Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação.

2.4.1.2 - Execução Orçamentária

2.4.1.2.1 - Créditos originários da UJ

Os demonstrativos a seguir, espelham a execução orçamentária e financeira dos créditos autorizados pela Lei Orçamentária Anual à UO – 12.103, Unidade Jurisdicionada Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através da UG 090028:

2.4.1.2.1.1- Despesas por Modalidade de Contratação

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	64.460,04	57.560,00	53.031,16	52.523,76
Tomada de Preços	1.138.364,85	981.484,22	1.011.305,04	899.492,55
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	25.187.196,94	22.908.338,10	16.136.379,68	15.660.326,75
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	4.916.187,82	6.742.780,99	4.397.625,29	5.980.121,58
Inexigibilidade	1.349.747,39	797.439,18	941.480,55	751.363,59
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	44.308,98	57.485,11	44.308,98	57.485,11
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha (*)	211.192.994,41	237.865.766,91	210.978.275,55	237.157.588,95
Diárias	221.245,50	195.440,00	221.245,50	195.440,00
Outros (**)	1.100.869,90	1.411.823,57	889.564,99	1.270.613,21

Tabela 41

Fonte: SIAFI

(*) Inclui valores de contribuição patronal, sendo comprometidos R\$ 26.362.314,68, em 2008, e R\$ 28.864.864,44 em 2009, com uma liquidação de R\$ 26.344.714,68 e de R\$ 28.843.599,70, respectivamente.

(**) Inclui execução do programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte).

Ao analisarmos o quadro acima, verificamos que o Pregão foi a modalidade de licitação mais utilizada.

Procedendo-se à comparação, em termos de economia na aplicação da referida modalidade, constata-se a redução dos valores finais, considerada a relação custo previsto/valor homologado. Nos procedimentos por meio da realização do pregão, em sua forma eletrônica, houve uma redução na expectativa de despesa de 17,81%, considerando que o impacto representou uma economia de R\$ 3.499.877,00, no exercício de 2009.

2.4.1.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (*)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	201.943.695,02	228.104.932,70	201.825.099,90	227.470.754,74	118.595,12	634.177,96	201.548.305,66	227.470.754,74
11	143.896.319,94	164.552.277,82	143.888.192,98	164.552.277,82	8.126,96	0,00	143.885.476,37	164.552.277,82
13	25.506.148,04	28.350.852,76	25.501.148,04	28.350.852,76	5.000,00	0,00	25.501.148,04	28.350.852,76
01	20.640.533,19	22.990.414,81	20.640.533,19	22.990.414,81	0,00	0,00	20.366.455,56	22.990.414,81
Demais elementos do grupo	11.900.693,85	12.211.387,31	11.795.225,69	11.577.209,35	105.468,16	634.177,96	11.795.225,69	11.577.209,35
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	39.370.554,41	39.233.976,81	31.926.956,96	33.749.917,59	7.443.597,45	5.484.059,22	31.070.778,04	33.711.469,60
39	14.918.719,50	13.047.991,61	10.769.224,43	10.523.853,35	4.149.495,07	2.524.138,26	10.695.030,62	10.497.705,24
37	10.445.254,54	11.871.439,39	9.041.718,40	9.876.181,74	1.403.536,14	1.995.257,65	8.974.805,95	9.863.881,86
46	7.549.798,95	7.905.079,61	7.544.292,12	7.905.079,61	5.506,83	0,00	6.921.495,57	7.905.079,61
Demais elementos do grupo	6.456.781,42	6.409.466,20	4.571.722,01	5.444.802,89	1.885.059,41	964.663,31	4.479.445,90	5.444.802,89

Tabela 42

Fonte: SIAFI

(*) Considera as contas contábeis 292130301 e 292410403, excluindo-se, portanto, Restos a Pagar.

Consignamos que nas despesas de pessoal (grupo 1), foram pagas duas parcelas ao longo do segundo semestre de 2008, referentes ao Plano de Cargos e Salários – PCS (Lei nº 11.416, de 15.12.2006).

Desta forma, o exercício de 2009 contou com o expressivo impacto, em razão dos vencimentos já contemplarem o devido reajuste a partir de janeiro de 2009.

Para as despesas correntes (grupo 3), o nível de execução orçamentária para o exercício de 2009 mostrou-se compatível com o ano anterior, inclusive no tocante aos elementos de despesa de maior comprometimento.

Os valores lançados na coluna Restos a Pagar não processados refletem, basicamente, as despesas com contratos continuados (competência dezembro), as quais são efetivadas em janeiro do exercício seguinte, devido à imposição legal, já que o pagamento/liquidação são realizados após a apuração da prestação de serviços.

Além disso, a previsão com contratos que mantêm oscilações, seja em razão do próprio objeto, reajustes ou reequilíbrio econômico-financeiro, leva o Gestor, por medida de precaução, a manter alguns saldos, para atender às despesas do exercício de competência.

Por fim, registramos que não houve contingenciamento de recursos no exercício de 2009.

2.4.1.2.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (*)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	3.901.126,40	3.679.208,57	921.159,88	804.283,17	2.979.966,52	2.874.925,40	898.777,80	804.283,17
52	2.302.840,17	2.524.413,57	833.473,09	804.283,17	1.469.367,08	1.720.130,40	811.091,01	804.283,17
51	1.598.286,23	1.085.845,00	87.686,79	0,00	1.510.599,44	1.085.845,00	87.686,79	0,00
39	0,00	68.950,00	0,00	0,00	0,00	68.950,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 43

Fonte: SIAFI

(*) Considera as contas contábeis 292130301 e 292410403, excluindo-se, portanto, Restos a Pagar.

Pontua-se que a redução do comprometimento de recursos em capital, em 2009, constitui-se como evento oscilante, já que os investimentos sofrem revisão ao longo do período.

Ressalte-se que este Tribunal vem promovendo ações continuadas voltadas à modernização das instalações do complexo predial ao longo dos anos, fato que justifica a diminuição da aplicação dos recursos no exercício de 2009.

Além disso, verifica-se que a não liquidação das despesas dessa categoria decorre da complexidade dos objetos que demandam um prazo mais extenso para elaboração do Projeto básico. Às vezes, ocorrem licitações frustradas, o que demanda um tempo mais longo para a conclusão dos procedimentos licitatórios, acarretando empenhamento em dezembro, inviabilizando, assim, a liquidação da despesa no próprio exercício.

Observe-se que não houve contingenciamento de recursos no exercício de 2009.

2.4.1.2.2 - Créditos recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.1.2.2.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	85.319,11	146.151,65	63.554,12	122.040,52
Tomada de Preços	467.720,56	530.347,18	226.664,78	56.264,90
Concorrência	13.245.926,01	7.280.115,68	5.801.675,67	2.837.171,23
Pregão	34.109.359,08	41.330.413,56	17.735.573,73	23.476.529,33
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	10.416.079,38	10.538.284,56	8.890.039,63	9.358.790,07
Inexigibilidade	11.000.700,70	12.412.658,02	9.631.183,21	10.730.021,33
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	65.277,45	82.751,65	65.277,45	82.751,65
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ^{(1) (2)}	645.559.732,62	709.494.758,74	644.079.927,41	705.663.087,28
Diárias	385.469,00	460.493,00	385.469,00	460.493,00

Outros ⁽³⁾	6.887.186,55	10.826.281,86	6.094.684,77	7.992.061,40
------------------------------	---------------------	----------------------	---------------------	---------------------

Tabela 44

Fonte: SIAFI

(1) inclui valores de contribuição patronal, sendo comprometidos, na Seção Judiciária do Espírito Santo: R\$ 12.013.931,09, em 2008, e R\$ 13.253.778,99 em 2009, com uma liquidação de R\$ 12.013.913,09 e de R\$ 13.253.778,99, respectivamente. E na Seção Judiciária do Rio de Janeiro: R\$ 69.392.250,46, em 2008, e R\$ 76.531.567,08 em 2009, com uma liquidação de R\$ 69.389.050,46 e de R\$ 75.570.567,08, respectivamente

(2) Inclui os empenhos de benefícios inscritos em Restos a Pagar.

(3) Os valores lançados referem-se ao programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte).

Os valores destinados às Unidades Jurisdicionadas da UO 12.101 executados pela Unidade Jurisdicionada Tribunal Regional Federal da 2ª Região (UO 12.103), em decorrência de movimentação interna, **encontram-se incluídos nos valores da tabela acima** e referem-se às despesas das Seções Judiciárias do Espírito Santo e Rio de Janeiro cujas contratações foram realizadas pela UG 090028 do TRF-2ª Região, conforme mostra a tabela a seguir:

Posição 31/12/09		R\$ 1,00			
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		
	2008	2009	2008	2009	
Licitação					
Pregão	6.104.227,36	4.393.780,26	5.680.165,18	4.041.180,26	
Contratações Diretas					
Inexigibilidade	565.866,34	1.241.911,00	395.269,43	1.010.624,11	
Outros (*)	3.375.600,00	4.286.873,29	2.870.037,20	3.877.276,05	

Tabela 45

Fonte: SIAFI

(*) Os valores lançados referem-se ao programa de estágio (bolsa-auxílio e auxílio-transporte).

Observa-se, no quadro acima, a supremacia do Pregão como procedimento mais adotado para a aquisição de bens e serviços. Esse procedimento veio trazer grande economicidade e celeridade às contratações.

É importante ressaltar, também, o sistema de Registro de Preços, através de Pregão, que possibilitou às Unidades a aquisição de itens de grande relevância em reduzido espaço de tempo. Essa vantagem do registro de preços é bastante nítida quando do envio de crédito próximo ao encerramento do exercício, facilitando a sua utilização.

Observa-se, ainda, que as despesas com Pessoal representam a grande totalidade das despesas, refletindo, de certo modo, o caráter qualitativo que os recursos humanos desempenham para a prestação jurisdicional.

Na modalidade de concorrência, destacam-se as despesas referentes à continuidade da Obra de Construção da nova Sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, em fase de conclusão.

2.4.1.2.2.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Posição 31/12/09		R\$ 1,00							
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	
1 – Despesas de Pessoal	610.227.446,36	673.270.562,06	609.994.246,36	670.317.505,43	233.200,00	2.953.056,63	609.152.387,41	670.317.505,43	
11	410.610.356,36	459.597.834,94	410.595.356,36	459.528.434,94	15.000,00	69.400,00	409.753.497,41	459.528.434,94	
13	78.756.957,85	88.339.969,83	78.753.757,85	87.514.469,83	3.200,00	825.500,00	78.753.757,85	87.514.469,83	
01	64.799.214,18	72.731.006,06	64.789.214,18	72.731.006,06	10.000,00	0,00	64.789.214,18	72.731.006,06	
Demais elementos do grupo	56.060.917,97	52.601.751,23	55.855.917,97	50.543.594,60	205.000,00	2.058.156,63	55.855.917,97	50.543.594,60	
2 – Juros e Encargos da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Dívida								
1º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
2º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
Demais elementos do grupo	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3- Outras Despesas Correntes	93.167.315,84	103.718.668,46	80.977.996,02	86.820.948,49	12.189.319,82	16.897.719,97	78.553.932,55	85.903.155,32
39	25.983.880,74	26.480.014,29	20.236.361,98	21.960.037,32	5.747.518,76	4.519.976,97	20.170.367,04	21.490.317,62
46	22.050.793,34	22.722.400,00	21.778.201,63	22.524.683,06	272.591,71	197.716,94	19.961.496,58	22.524.683,06
37	18.830.260,94	20.034.065,56	15.867.180,81	16.828.027,97	2.963.080,13	3.206.037,59	15.789.068,37	16.519.750,75
Demais elementos do grupo	26.302.380,82	34.482.188,61	23.096.251,60	25.508.200,14	3.206.129,22	8.973.988,47	22.633.000,56	25.368.403,89

Tabela 46

Fonte: SIAFI

Os números apresentados no Quadro acima reforçam a expressiva participação das despesas com Pessoal, principalmente vencimentos e Vantagens Fixas, na totalidade das despesas das Unidades.

No Grupo de Outras Despesas Correntes, percebe-se a grande participação do Elemento de Despesa 3390.37, que diz respeito aos contratos de vigilância e conservação, relativos à área meio.

Ainda no Grupo de Despesas acima referido, destaca-se a participação do Elemento de Despesa 3390.39 – Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica e, logo após, o auxílio-alimentação pago aos servidores.

2.4.1.2.2.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

UO 12101 – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 – Investimentos	18.828.008,26	16.113.025,48	2.001.807,39	3.640.756,79	16.826.200,87	12.472.268,69	1.914.371,45	3.597.077,04
51	8.440.255,97	10.000.562,03	133.170,34	3.230.516,78	8.307.085,63	6.770.045,25	133.170,34	3.210.657,48
52	10.387.368,13	6.109.854,88	1.868.252,89	407.631,44	8.519.115,24	5.702.223,44	1.781.201,11	383.810,99
92	384,16	2.608,57	384,16	2.608,57	0,00	0,00	0,00	2.608,57
Demais elementos do grupo	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
2º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
Demais elementos do grupo	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
2º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
3º elemento de despesa	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
Demais elementos do grupo	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há

Tabela 47

Fonte: SIAFI

No que diz respeito às Despesas de Capital, constam os valores expressivos no Elemento de Despesa 4490.51 – Obras e Instalações, esses valores, com grandes montantes inscritos em Restos a Pagar, referem-se, principalmente, às contratações para a continuidade da obra da Sede definitiva da Seção Judiciária do Espírito Santo, que após a rescisão contratual da empresa responsável pela segunda etapa (obras civis), necessitou de uma atenção especial da Administração para que não se perdessem os créditos provisionados, cumprissem os prazos fixados sem grandes postergações e, também, se resguardassem o estágio da obra e os equipamentos que lá se encontram.

2.4.1.2.3 - Execução Orçamentária por Programa de Governo

2.4.1.2.3.1 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Unidade Jurisdicionada Consolidadora – Tribunal Regional Federal da 2ª Região (UO12.103)
Unidades Jurisdicionadas Consolidadas – Justiça Federal de 1º Grau do ES e do RJ (UO12.101)

Unidades Gestoras: UG 090028 (TRF) e UG 090048 (TRF/PRC)

Unidades Gestoras: UG 090014 (SJES) e UG 090016 (SJRJ)

R\$

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0569		Denominação: Prestação Jurisdicional na Justiça Federal				
Dotação (*)		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
(*)	933.182.286,00	926.491.556,07	885.716.504,49	40.775.051,58	884.716.583,58	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data (*1)	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal	12/2007	22,00	21,00	22,00	24,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de processos julgados e a soma do número de processos distribuídos no ano e o estoque de processos não julgados dos anos anteriores.						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Trata-se da avaliação levada a efeito pela Justiça Federal da 2ª Região sobre a parte que lhe coube no exame do Programa Prestação Jurisdicional, já que este contempla toda a Justiça Federal.</p> <p>As Unidades que compõem a Justiça Federal da 2ª Região obtiveram um índice de 24%, enquanto a previsão inicial era de 22%.</p> <p>O esforço conjunto do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e das Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo foi responsável pela superação do índice previsto em 9,1 %, sinalizando perspectivas otimistas para os próximos exercícios.</p> <p>A execução dos recursos das Atividades e Projetos vinculados a esse Programa consta do presente Relatório, proporcionando importantes iniciativas, tais como: a capacitação dos servidores, a manutenção do complexo predial, os investimentos, os benefícios sociais, ações indispensáveis ao bom funcionamento das Unidades da 2ª Região, de forma a atender as condições para o desenvolvimento das atividades finalísticas.</p> <p>Consigna-se que, em 2009, não houve contingenciamento de recursos destinados à Justiça Federal da 2ª Região.</p>						

Tabela 48

(*) A dotação inicial do programa 0569 do Órgão 12.000 – Justiça Federal, será informada no Relatório do Conselho da Justiça Federal.

(*1) Para apuração do valor de referência inicial do indicador, foi considerado o exercício de 2007 (fechado).

2.4.2 – Evolução das Receitas e Despesas -- Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado:

2.4.2.1 – Programação Orçamentária

As informações a seguir refletem a programação orçamentária da Unidade Jurisdicionada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região durante o exercício de 2009, e referem-se, especificamente, ao programa “**Cumprimento de Sentenças Judiciais**”, atendimento de Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor.

2.4.2.1.1 – Identificação da Unidade Orçamentária (UO)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Precatório/RPV	12.103	090034

Tabela 49

2.4.2.1.2 – Programação das Despesas Correntes e de Capital

Os valores constantes do quadro, a seguir, referem-se a sentenças judiciais atuadas contra a Administração Direta, ressaltando que os montantes finais apurados foram suficientes para atender a programação.

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		3– Outras despesas correntes		5- Inversões financeiras		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
CRÉDITOS	LOA	378.797.561	370.372.965	236.561.074	274.996.126	8.327.813	9.292.050	
	Suplementares	102.393.565	150.239.889	500.000	5.000.000	-	600.000	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	4.446.265	13.592.463	17.263.833	24.930.872	1.057.619	1.023.317	
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-	
	Total	476.744.861	507.020.391	219.797.241	255.065.254	7.270.194	8.868.733	

Tabela 50

Fonte: SIAFI

Notas: - Trata-se de sentenças atuadas e incluídas no Orçamento por força do art. 100 da CF, não cabendo, portanto, a inclusão de informação da dotação proposta e o valor incluído na PLOA.

- Não houve programação de despesas nos grupos: 2-Juros e Encargos da Dívida, 4-Investimentos e 6-Outras despesas de Capital.

2.4.2.1.3 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
CRÉDITOS	LOA	615.358.635	645.369.091	8.327.813	9.292.050	-	-
	Suplementares	748.262.656	155.239.889	-	600.000	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-

	Reabertos	-	-	-	-	-	-
Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
	Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		21.710.098	38.523.335	1.057.619	1.023.317	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		1.341.911.193	762.085.645	7.270.194	8.868.733	-	-

Tabela 51

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Cumprimento de Sentenças Judiciais

Transitadas em Julgado:

Os destaques a seguir relacionados atenderam o pagamento de sentenças judiciais autuadas contra as Entidades da Administração Indireta.

UG RECEBEDORA: 090034

Posição em 31.12.09

R\$ 1,00

Despesas Correntes					
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Externa	113209	28.846.0901.0005	948.074	-	-
	364001	28.846.0901.0005	428.009	-	-
	114601	28.846.0901.0005	1.831.837	-	471.587
	153008	28.846.0901.0005	724.351	-	-
	153010	28.846.0901.0005	386.324	-	-
	153011	28.846.0901.0005	30.572	-	-
	153046	28.846.0901.0005	2.019.212	-	-
	153056	28.846.0901.0005	754.480	-	-
	153115	28.846.0901.0005	2.134.019	-	210.488
	153166	28.846.0901.0005	113.995	-	-
	153167	28.846.0901.0005	367.799	-	-
	153173	28.846.0901.0005	25.457	-	-
	153174	28.846.0901.0005	28.642	-	-
	154034	28.846.0901.0005	400.558	-	-
	173039	28.846.0901.0005	125.076	-	-
	173057	28.846.0901.0005	61.663	-	17.348.083
	183023	28.846.0901.0005	29.790	-	-
	183038	28.846.0901.0005	5.991.350	-	55.615
	193034	28.846.0901.0005	401.154	-	181.685
	254420	28.846.0901.0005	40.686	-	29.588
	255000	28.846.0901.0005	2.681.770	-	27.500
	344042	28.846.0901.0005	54.412	-	-
	373001	28.846.0901.0005	246.819	-	34.120
	393003	28.846.0901.0005	16.245	-	33.256
	403101	28.846.0901.0005	275,758	-	-
	403201	28.846.0901.0005	-	-	36.909
510001	28.846.0901.0005	27.663.058	-	6.551.953	
510002	28.846.0901.0005	-	-	125.197.962	
510002	28.846.0901.0625	-	-	162.651.762	
Despesas de Capital					

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente	Classificação da ação	4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Externa	373001	28.846.0901.0005	-	-	1.399.985

Tabela 52

Fonte: SIAFI

2.4.2.2 - Execução Orçamentária

2.4.2.2.1 - Despesas Correntes/Capital por Grupo e Elemento de Despesa

2.4.2.2.1.1 - Créditos originários da UJ

2.4.2.2.1.1.1 – Precatórios

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (**)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	302.572.364,53	265.501.570,14	302.572.364,53	265.501.570,14	0,00	0,00	302.572.364,53	265.501.570,14
91 (*)	302.572.364,53	265.501.570,14	302.572.364,53	265.501.570,14	0,00	0,00	302.572.364,53	265.501.570,14
3- Outras Despesas Correntes	211.626.678,99	243.986.645,27	211.626.678,99	243.986.645,27	0,00	0,00	211.626.678,99	243.986.645,27
91 (*)	211.626.678,99	243.986.645,27	211.626.678,99	243.986.645,27	0,00	0,00	211.626.678,99	243.986.645,27
5 - Inversões Financeiras	7.061.018,69	8.059.557,39	7.061.018,69	8.059.557,39	0,00	0,00	7.061.018,69	8.059.557,39
91 (*)	7.061.018,69	8.059.557,39	7.061.018,69	8.059.557,39	0,00	0,00	7.061.018,69	8.059.557,39

Tabela 53

Fonte: SIAFI

(*) Despesa executada em um único elemento.

(**) Considera as contas contábeis 292130301 e 292410403, excluindo, portanto, Restos a Pagar.

2.4.2.2.1.1.2 - Requisitórios de Pequeno Valor

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (**)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	173.672.496,00	241.518.820,00	172.731.349,62	200.103.239,43	941.146,38	41.415.580,57	172.731.349,62	200.103.239,43
91	173.672.496,00	224.262.196,23	172.731.349,62	182.846.615,66	941.146,38	41.415.580,57	172.731.349,62	182.846.615,66
92	-	17.256.623,77	-	17.256.623,77	-	-	-	17.256.623,77
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	6.578.608,00	11.078.608,00	5.669.315,08	9.299.558,64	909.292,92	1.779.049,36	5.669.315,08	9.299.558,64
91 (*)	6.578.608,00	11.078.608,00	5.669.315,08	9.299.558,64	909.292,92	1.779.049,36	5.669.315,08	9.299.558,64
5 - Inversões Financeiras	209.175,00	809.175,00	96.130,49	113.862,85	113.044,51	695.312,15	96.130,49	113.862,85
91 (*)	209.175,00	809.175,00	96.130,49	113.862,85	113.044,51	695.312,15	96.130,49	113.862,85

Tabela 54

Fonte: SIAFI

(*) Despesa executada em um único elemento.

(**) Considera as contas contábeis 292130301 e 292410403, excluindo, portanto, Restos a Pagar.

Os valores constantes de Restos a Pagar não Processados são decorrentes de dois fatores: da forma de pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor (que se dá somente no mês subsequente à elaboração da relação das requisições por ordem cronológica, posto que legislação específica autoriza o pagamento em até 60 dias da autuação do requisitório no Tribunal - sendo assim, os RPV autuados em dezembro de cada ano só serão pagos em janeiro do exercício seguinte) e da atualização monetária devida por ocasião do pagamento.

Destacamos a execução de R\$ 17.256.623,77 em exercícios anteriores, em função da inscrição de Restos a Pagar não processados para 2009 não haver sido suficiente para atender ao pagamento integral dos requisitórios autuados em dezembro/2008.

2.4.2.2.1.2 - Créditos recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1.2.1 – Precatórios

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (**)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	73.179.691,23	47.706.025,12	73.179.691,23	47.706.025,12	0,00	0,00	73.179.691,23	47.706.025,12
91	73.137.517,41	47.706.025,12	73.137.517,41	47.706.025,12	0,00	0,00	73.137.517,41	47.706.025,12
92	42.173,82	-	42.173,82	-	-	-	42.173,82	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	107.303.343,00	149.621.969,72	107.303.343,00	149.621.969,72	0,00	0,00	107.303.343,00	149.621.969,72
91	107.302.068,37	149.621.969,72	107.302.068,37	149.621.969,72	0,00	0,00	107.302.068,37	149.621.969,72
92	1.274,63	-	1.274,63	-	-	-	1.274,63	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	1.246.633,49	1.399.984,39	1.246.633,49	1.399.984,39	0,00	0,00	1.246.633,49	1.399.984,39
91 (*)	1.246.633,49	1.399.984,39	1.246.633,49	1.399.984,39	0,00	0,00	1.246.633,49	1.399.984,39

Tabela 55

Fonte: SIAFI

(*) Despesa executada em um único elemento.

(**) Considera as contas contábeis 292130301 e 292410403, excluindo, portanto, Restos a Pagar.

2.4.2.2.1.2.2 - Requisitórios de Pequeno Valor – FRGPS

UO 12103 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos (*)	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
3- Outras Despesas Correntes	213.933.040,00	162.651.762,00	166.899.664,90	136.605.262,37	47.033.375,10	26.046.499,63	166.899.664,90	136.605.262,37

91 (*)	213.933.040,00	162.651.762,00	166.899.664,90	136.605.262,37	47.033.375,10	26.046.499,63	166.899.664,90	136.605.262,37
--------	----------------	----------------	----------------	----------------	---------------	---------------	----------------	----------------

Tabela 56

Fonte: SIAFI

(*) Despesa executada em um único elemento.

(**) Considera as contas contábeis 292130301 e 292410403, excluindo, portanto, Restos a Pagar.

- A justificativa para a inscrição dos valores de Restos a Pagar não Processados é a mesma descrita no item 2.4.2.2.1.1.2

2.4.3 - Indicadores de Avaliação

Os indicadores de gestão escolhidos para monitoramento do desempenho da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 2ª Região no exercício de 2009 estão distribuídos em dois grupos. No primeiro, Indicadores Operacionais, estão incluídos os indicadores relativos à movimentação processual, enquanto no segundo grupo, Indicadores Orçamentário-Financeiros, estão os indicadores relacionados com a composição das despesas executadas pela Justiça Federal da 2ª Região.

2.4.3.1 - Indicadores da área judicial:

A.1) Movimentação Processual

A.1.1) Quantitativo de Processos

Este indicador tem por objetivo medir o quantitativo e a situação dos processos existentes na Justiça Federal.

A movimentação processual pode ser dividida em três classes: processos distribuídos, processos julgados e processos em tramitação.

Através das tabelas e gráficos a seguir, demonstra-se a movimentação processual ocorrida nas Varas Federais e Juizados Federais da Justiça Federal de 1º Grau (SJRJ e SJES) e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

a) Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

SJRJ (VARAS, JEF E TURMAS RECURSAIS)			
Ano	Julgados	Distribuídos	Tramitação
2007	260.565	364.079	858.807
2008	260.583	297.280	865.918
2009	256.666	309.863	897.659

Tabela 57

Fonte: Portal de Estatísticas – TRF-2ª Região

**Seção Judiciária do Rio de Janeiro
(Varas, Juizados e Turmas Recursais)**

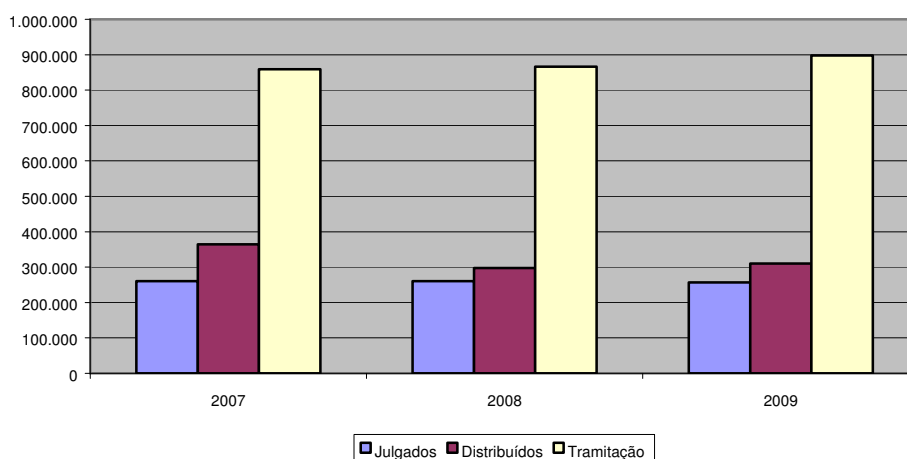


Gráfico 1

b) Seção Judiciária do Espírito Santo:

SJES (VARAS, JEF E TURMAS RECURSAIS)			
Ano	Julgados	Distribuídos	Tramitação
2007	30.756	39.726	128.053
2008	31.441	41.341	135.190
2009	32.935	43.808	144.673

Tabela 58

Fonte: Portal de Estatísticas – TRF-2ª Região

**Seção Judiciária do Espírito Santo
(Varas, Juizados e Turmas Recursais)**

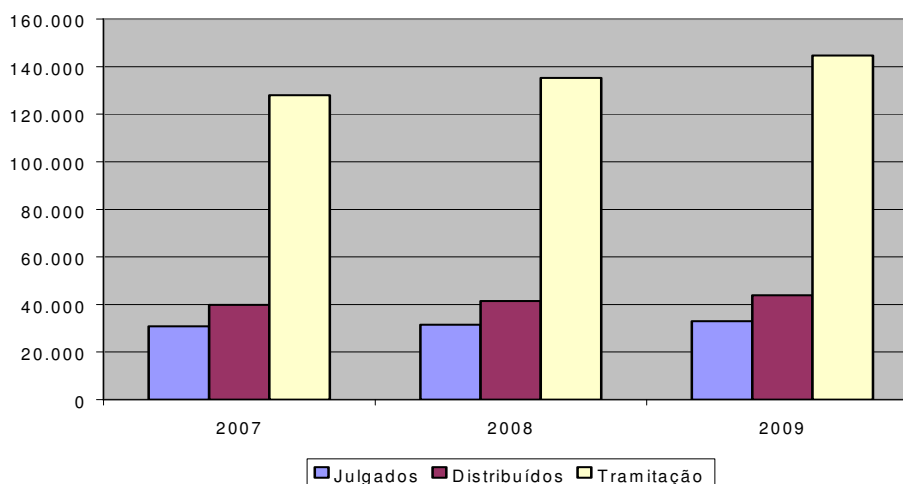


Gráfico 2

c) Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

TRF – 2ª Região			
Ano	Julgados	Distribuídos	Tramitação
2007	63.812	42.394	99.861
2008	68.405	47.906	93.504
2009	73.000	48.724	90.849

Tabela 59

Fonte: Portal de Estatísticas – TRF-2ª Região

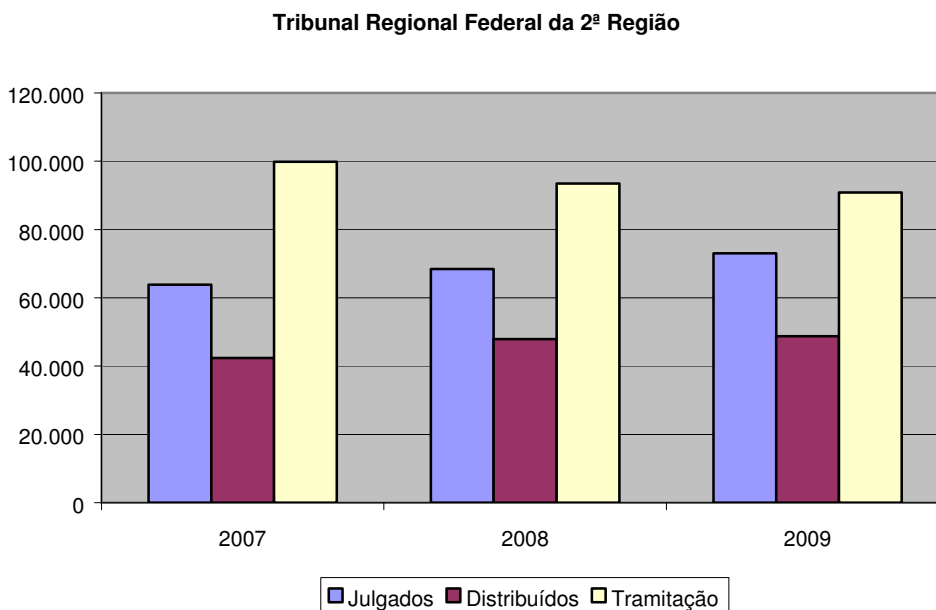


Gráfico 3

Nos gráficos anteriores, verificamos que no **Tribunal Regional Federal** houve um acréscimo de 6,7% nos números de processos julgados, acréscimo de 1,7% nos distribuídos e um decréscimo de 2,8% no total de processos em tramitação, em relação ao exercício de 2008. Na **Seção Judiciária do Rio de Janeiro** houve um decréscimo de 1,5% no número de processos julgados, acréscimo de 4,23% nos distribuídos e o acervo cresceu, aproximadamente, em 3,7%. Na **Seção Judiciária do Espírito Santo** ocorreu um acréscimo de 4,7% nos números de processos julgados, acréscimo de 6,0% nos distribuídos e houve um aumento de 7,0% no acervo, tudo em relação aos resultados alcançados no exercício de 2008.

d) Na Região:

O quadro a seguir mostra o total da movimentação processual na 2ª Região, onde se nota que, em relação a 2008, houve um acréscimo de 0,6% nos números de processos julgados, de 4,1% nos processos distribuídos e de 3,5% no acervo.

NA REGIÃO			
Ano	Julgados	Distribuídos	Tramitação
2007	355.133	446.199	1.086.721
2008	360.429	386.527	1.094.612
2009	362.601	402.395	1.133.181

Tabela 60

Fonte: Portal de Estatísticas – TRF-2ª Região

A.1.2) Média de processos Julgados por Juiz:

	Processos Julgados	Quantitativo de Juízes	Média de processos julgados por Juiz
SJES	32.935	32 (*)	1.029,22
SJRJ	256.666	161 (**)	1.594,20
TRF	73.000	24(***)	3.041,67
Total da Região	362.601	217	1.670,97

Tabela 61

Fonte: Relatórios de Prestação de Contas – TRF-2ª Região / SJRJ / SJES

(*) Considerados apenas os juízes em atividade na SJES, estando 02 afastados

(**) Considerados apenas os juízes em atividade na SJRJ, estando 16 cedidos (15 para o TRF-2ª Região e 01 para o STF) e 01 licenciado

(***) Para o cálculo da média consideramos o total de 24 gabinetes, uma vez que o Presidente, o Vice e o Corregedor não julgam processos judiciais em número relevante, comparado aos demais órgãos julgadores

Este indicador apresenta a relação entre o número de processos julgados na Justiça Federal de 1º e 2º graus com o número de magistrados existentes. E mostra que, na Região, a média de processos julgados é de, aproximadamente, 1.671.

Deve-se ressaltar que os números apurados nas duas Instâncias não devem servir de parâmetros para comparação de seus desempenhos, em virtude dos diferentes graus de complexidade/singularidade de cada Ação Judicial.

2.4.3.2 - Indicadores Orçamentários-Financeiros:

B.1) Composição da despesa total da Região:

O indicador mostra a relação entre as despesas realizadas com Precatórios e RPV e as demais despesas efetuadas com a manutenção das atividades dos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Região.

Pagt. de Precatórios e RPV ⁽¹⁾	Despesas com manutenção ⁽²⁾	Indicador
1.132.334.117,03	242.426.857	21,41%

Tabela 62

1) O valor informado nesta coluna NÃO inclui os "Valores inscritos em Restos a Pagar não Processados de 2009", no montante de R\$ 69.936.441,71;

2) Exclui Projetos e Inativos

B.2) Taxa da execução da despesa em relação ao orçamento disponibilizado:

O indicador demonstra a participação do total da despesa realizada em relação ao total da dotação orçamentária autorizada no período, incluindo os valores referentes ao pagamento de

Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor. O indicador é resultado da aplicação da fórmula de cálculo:

$$N = \frac{DET}{DD} \times 100$$

Onde:

DET = despesa executada total da Região, inclusive precatórios e RPV + empenhos a liquidar

DD = valor total da dotação orçamentária autorizada – valor total da dotação indisponibilizada

	DET	DD	N
SJES	119.519.408,18	120.293.574,25	99,36%
SJRJ	663.660.283,17	663.992.223,00	99,95%
TRF(*)	1.403.661.635,11	1.409.905.894,75	99,56%
Total da Região	2.186.841.326,46	2.194.191.692,00	99,67%

(*) considera os valores da JF-1ºGrau (UO12101) empenhados e executados pela JF-2ªGrau (UO12103)

Tabela 63

B.3) Composição da despesa total da Região por grupo de despesa (exclusive precatórios):

O objetivo do indicador é demonstrar como se distribui a composição da despesa total executada pelos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Região em relação aos grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais; Custeio e Investimentos e Inversões Financeiras. Seu cálculo segue a seguinte fórmula:

$$D1 = \frac{DGDn}{DET} \times 100$$

Onde:

DGDn = despesa executada total do grupo de despesa sob análise

DET = despesa executada total da Região, **exclusive precatórios e RPV**

	DGDn			DET	D1		
	Pessoal e Encargos	Custeio	Investimento		Pessoal e Encargos	Custeio	Investimento
SJES	93.939.951,01	17.956.892,24	7.622.564,93	119.519.408,18	78,60%	15,02%	6,38%
SJRJ	579.330.611,05	76.166.411,57	8.163.260,55	663.660.283,17	87,29%	11,48%	1,23%
TRF(*)	228.104.932,70	39.259.376,81	3.963.208,57	271.327.518,08	84,07%	14,47%	1,46%
Total da Região	901.375.494,76	133.382.680,62	19.749.034,05	1.054.507.209,43	85,48%	12,65%	1,87%

(*) considera os valores da JF-1ºGrau (UO12101) empenhados e executados pela JF-2ªGrau (UO12103)

Tabela 64

B.3.1) Composição da despesa total da Região por grupo de despesa (inclusive precatórios):

O objetivo do indicador é demonstrar como se distribui a composição da despesa total executada pelos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Região em relação aos grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais; Custeio e Investimentos e Inversões Financeiras. Seu cálculo segue a seguinte fórmula:

$$D1 = \frac{DGDn}{DET} \times 100$$

DET

Onde:

DGDn = despesa executada total do grupo de despesa sob análise

DET = despesa executada total da Região, **inclusive precatórios e RPV**

	DGDn			DET	D1		
	Pessoal e Encargos	Custeio	Investimento		Pessoal e Encargos	Custeio	Investimento
SJES	93.939.951,01	17.956.892,24	7.622.564,93	119.519.408,18	78,60%	15,02%	6,38%
SJRJ	579.330.611,05	76.166.411,57	8.163.260,55	663.660.283,17	87,29%	11,48%	1,23%
TRF(*)	782.831.347,96	606.598.361,80	14.231.925,35	1.403.661.635,11	55,77%	43,22%	1,01%
Total da Região	1.456.101.910,02	700.721.665,61	30.017.750,83	2.186.841.326,46	66,58%	32,04%	1,37%

Tabela 65

(*) considera os valores da JF-1ºGrau (UO12101) empenhados e executados pela JF-2ºGrau (UO12103)

B.4) Despesa da Região (exceto precatórios e RPV) por habitante:

Com esse indicador pretende-se mostrar o valor gasto pelos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Região por cada habitante. Utilizando-se a fórmula:

$$G4 = \frac{DJF}{h}$$

h

Onde:

DJF = despesa executada total da Região, **exclusive precatórios e RPV**

H = quantitativo de habitantes da Região, conforme estimativa divulgada pelo IBGE

	DJF	h	G4
SJES	119.519.408,18	3.351.669 (*)	32,80
SJRJ	663.660.283,17	16.010.429(*)	41,45
TRF	271.327.518,08(**)	19.497.628(*)	13,92
Total da Região	1.054.507.209,43	19.497.628	54,08
(*) estimativa da população em 2009 – IBGE			
(**) considera os valores da JF-1ºGrau (UO12101) empenhados e executados pela JF-2ºGrau (UO12103)			

Tabela 66

B.5) Composição da despesa total licitável da Região por Modalidade de Licitação:

O indicador demonstra a composição da despesa total licitável realizada pelos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Região, discriminados por modalidade de licitação, dispensa ou inexigibilidade e, ainda, por suprimento de fundos. E tem a seguinte fórmula de cálculo:

$$D7 = \frac{DMLn}{DJFlic} \times 100$$

DJFlic

Onde:

DMLn = despesa executada total da Região na modalidade de licitação sob análise

DJFlic = despesa licitável executada total da Região

DMLn							DJFlic	D7						
Convite	TP	Conc.	Dispensa	Inexigível	Pregão	Sup.Fundos		Convite	TP	Conc.	Dispensa	Inexigível	Pregão	Sup.Fundos

SJES	121.729,50	63.376,00	4.098.804,05	966.032,68	1.868.067,60	11.283.308,59	28.748,76	15.567.218,14	0,78%	0,41%	26,33%	6,21%	12,00%	72,48%	0,18%
SJRJ	24.422,15	466.971,18	3.181.311,63	9.542.251,88	9.302.679,42	25.653.324,71	54.002,89	48.224.963,86	0,05%	0,97%	6,60%	19,79%	19,29%	53,20%	0,11%
TRF	57.560,00	981.484,22	0,00	6.742.780,99	2.039.350,18	27.302.118,36	57.485,11	37.180.778,86	0,15%	2,64%	0,00%	18,14%	5,48%	73,43%	0,15%
Total da Região	203.711,65	1.511.831,40	7.280.115,68	17.251.065,55	13.210.097,20	64.238.751,66	140.236,76	100.972.960,86	0,20%	1,50%	7,21%	17,08%	13,08%	63,62%	0,14%

Tabela 67

B.6) Despesa com Assistência Judiciária Gratuita:

O indicador tem por objetivo medir a evolução da despesa realizada pelos órgãos da Justiça Federal de 1º grau da Região com o custeio do programa de Assistência Judiciária Gratuita, nos três últimos exercícios.

	2007	2008	2009	Evolução % 2008/2007	Evolução % 2009/2008	Evolução % 2009/2007
SJES	507.027,01	399.480,91	585.327,21	-21,21%	46,52%	15,44%
SJRJ	2.878.127,00	2.828.078,00	5.394.648,00	-1,74%	90,75%	87,44%
TRF	720,00	12.526,23	2.880,17	1.639,75%	-77,01%	300,02%
Total da Região	3.385.874,01	3.240.085,14	5.982.855,38	-4,31%	84,65%	76,70%

Tabela 68

B.7) Despesa da Região (exceto precatórios e RPV) sobre a despesa total da Justiça Federal:

O indicador reflete a participação dos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus da Região no montante da despesa total executada por toda a Justiça Federal.

$$G_3 = \frac{DJF}{DP_{JF}} \times 100$$

DP_{JF}

Onde:

DJF = despesa executada total da Região, excluindo precatório e RPV

DP_{JF} = valor total da despesa executada na Justiça Federal

ANO	DJF (2ª Região)	DP _{JF}	G ₃
2009	271.327.518,08	6.440.958.037,99	4,21%

Tabela 69

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS:

3.1 – Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Unidade Orçamentária – 12.101

Unidades Jurisdicionadas – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Unidades Gestoras: UG 090014 (SJES) e UG 090016 (SJRJ)

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Membros de Poder/Agentes Públicos	195	248	342
Estatutários	Σ = 2793	Σ = 3077	Σ = 5494
Próprios	2597	-	-
Requisitados	111	-	-
Removidos / Lotação provisória	85	-	-
Celetistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	Σ = 138	Σ = 138	Σ = 185
Estatutários	125	-	-
Não Estatutários	13	-	-
Terceirizados	897	962	1272
Total	4023	4425	7293

Tabela 70

Notas: 1) Na SJES do quantitativo de Estatutários Próprios, foi descontado o número de 20 servidores cedidos a outros órgãos. A Lotação Ideal foi baseada em estudo realizado pela SJES PA 6.240/12/09. Para os Terceirizados, foi considerado o número de 144 estagiários representando 28% do Quadro de Pessoal da SJES juntamente com os Cargos em Comissão.
2) Fonte SGP. No número de estatutários próprios foram excluídos os cedidos (136), removidos (-) (174), Licença p/ acompanhar cônjuge (-) (13) e licença sem vencimentos (5).

Unidade Orçamentária – 12.103

Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Unidades Gestoras: UG 090028 (TRF) e UG 090048 (TRF/PRC)

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Membros de Poder/Agentes Públicos	37	27	27
Estatutários	Σ = 1051	Σ = 999	Σ = 1366
Próprios	777	-	-
Requisitados	143	-	-
Removidos / Lotação provisória	131	-	-
Celetistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	Σ = 165	Σ = 165	Σ = 179
Estatutários	137	-	-
Não Estatutários	28	-	-
Terceirizados	702	702	778
Total	1955	1893	2350

Tabela 71

Notas: - Na coluna "Lotação Efetiva", linha "Membros do Poder/Agentes Públicos", foram incluídos 22 Desembargadores Federais mais 15 Juízes Convocados e excluídos 2 Desembargadores afastados.
- Na coluna "Lotação Efetiva", linha "Não Estatutários" no cargo de livre provimento, foi incluído 1 servidor requisitado não regido no órgão de origem pelo RJU.
- Na coluna "Lotação Autorizada", foram considerados os quantitativos criados por lei.

- A coluna "Lotação Ideal" foi preenchida com base em estudo do aumento da Área Administrativa enviado ao CJF, no Projeto de Lei nº 4564/2004 constante na LDO e no Projeto de Lei nº 4694/2004. Com relação aos estagiários, utilizou-se o limite de 28% permitido pela Resolução nº 39/CJF.

- a lotação ideal foi preenchida, com base em estudo do aumento da Área Administrativa enviado ao CJF, no Projeto de Lei nº 4564/2004 constante na LDO, e no Projeto de Lei nº 4694/2004. Com relação aos estagiários, utilizou-se o limite de 28% permitido pela Resolução nº 39/CJF.

3.1.2 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Unidade Orcamentária – 12.101

Unidades Jurisdicionadas – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Unidades Gestoras: UG 090014 (SJES) e UG 090016 (SJRJ)

Posição 31/12/09

R\$ 1.000

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	
Membros de Poder/ Agentes Públicos								
2007	217	49.573	805	4.285	2.849	173	146	
2008	250	56.278	999	5.151	7.943	1.245	408	
2009	244	57.046	676	5.096	3.666	2.375	582	
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	3098	219.562	38.419	27.094	14.825	33.794	1.162	
2008	3120	256.669	43.286	33.194	17.235	32.867	3.035	
2009	3058	285.109	42.712	46.042	21.698	31.408	3.506	
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	14	3	1.362	121	37	136	6	
2008	15	0,00	1.654	151	34	188	13	
2009	11	0,00	1.432	116	38	202	7	
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	77	0,00	2.087	206	59	466	15	
2008	72	0,00	2.146	226	63	600	40	
2009	68	55	2.404	276	78	714	48	
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	117	0,00	2.906	255	86	725	3	
2008	113	0,00	2.979	271	91	677	7	
2009	107	0,00	3.479	285	97	805	9	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	668	15.083	144	4.248	-	-	630	3.006
2008	948	16.767	81	1.906	-	-	638	3.121
2009	214	17.735	87	1.874	-	-	7000	4.345

Tabela 72

Fonte: Seção de Folha de Pagamentos, Seção de Suporte ao Gestor da SJES, SIAFI e DIPRA/SPO/TRF2.

Unidade Orçamentária – 12.103
Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Unidades Gestoras: UG 090028 (TRF) e UG 090048 (TRF/PRC)

Posição 31/12/09

R\$ 1.000

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	
Membros de Poder/ Agentes Públicos								
2007	26	7.075	9	580	390	0	619	
2008	23	6.990	9	624	1.538	221	565	
2009	24	7.847	9	610	916	435	592	
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	981	83.277	13.132	9.309	6.091	12.401	904	
2008	994	94.541	15.575	10.940	7.234	9.439	1.486	
2009	996	104.416	20.767	11.718	8.923	8.449	1.549	
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	28	0,00	2.637	235	65	929	4	
2008	29	0,00	2.783	246	85	339	11	
2009	27	0,00	2.904	234	83	246	13	
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	15	0,00	445	44	12	335	2	
2008	12	0,00	510	64	14	358	17	
2009	37	893	713	59	10	354	21	
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	233	0,00	4.249	433	164	509	6	
2008	219	0,00	5.468	537	198	367	17	
2009	277	0,00	7.713	639	201	301	18	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	246	4.135	185	5.135	-	-	213	809
2008	241	4.151	189	7.392	-	-	240	842
2009	254	4.179	198	5.696	-	-	250	1.189

Tabela 73

Notas:

- 1) Os juízes federais convocados foram incluídos no campo "Requisitados com ônus para a UJ";
- 2) No campo "Requisitados sem ônus para a UJ", foram incluídos os servidores que recebem cargo efetivo no órgão de origem e não há reembolso para o Tribunal

3.1.3 – Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Não houve contratação de terceirização da área-fim no exercício de 2009.

3.2 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

No ano de 2009, não houve indicadores gerenciais sobre recursos humanos formalmente estabelecidos pelas unidades jurisdicionadas de que trata este relatório. No entanto, há indicadores que são acompanhados pelas áreas técnicas, por força de Lei ou por necessidade do Órgão de adequar a política de recursos humanos de acordo com os índices apurados.

A seguir seguem os indicadores utilizados:

3.2.1. - Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo:

INDICADOR: Absenteísmo médico	
O quê mede	Mede o índice de absenteísmo médico dos servidores
Objetivo	Acompanhar o índice de absenteísmo dos servidores nas licenças por motivo de doenças para propor políticas de saúde que visem à redução desses afastamentos.
Quem mede	SJES/NGP
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de dias não trabalhados / n° de servidores em exercício x n° de dias úteis x 100 = (9320/520 x 248) x 100 = 7,23%
Situação em 2009	7,23%
Meta	6%
Conclusões	O índice ficou acima da meta esperada, pois foram considerados dias de Licença Gestante e a respectiva prorrogação, conforme orientação do TRF2. Caso a licença gestante seja desconsiderada para o cálculo, apenas para efeito ilustrativo, o índice passa para 4,30%. Verifica-se assim que os programas na área de saúde têm alcançado efetividade, sendo necessário continuar com os programas e implantar outros para que se possa manter ou baixar esse índice.

Tabela 74

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados o total de dias de afastamento; (2) foram somados todos os absenteísmos por motivo de doença (Licença para tratamento da própria saúde, licença por acidente em serviço e Licença para tratamento de saúde em pessoa da família) e licença maternidade / gestante; (3) foram considerados todos os servidores em exercício na data de 31.12.2009, inclusive os requisitados e exclusive os Magistrados.

INDICADOR: Absenteísmo por acidente em serviço	
O quê mede	Mede o índice de servidores licenciados por de acidente de serviço
Objetivo	Acompanhar o índice de servidores em licença de acidente de serviço para verificar a necessidade de implantar programas de saúde preventivos.
Quem mede	SJES/NGP
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores afastados por motivo de LAS/ n° de servidores em exercício x 100 = (0/520) x100 = 0%
Situação em 2009	0%
Meta	3%
Conclusões	Não houve registro de licença por acidente de serviço durante o ano de 2009 nesta Seccional.

Tabela 75

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados os servidores afastados por motivo de acidente em serviço; (2) foram considerados todos os servidores em exercício na data de 31.12.2009, inclusive os requisitados e exclusive os Magistrados.

Total de dias não trabalhados em 2009:

8112/L. ACID. SERV. - 211 a 214	0
8112/LIC. À GESTANTE - 207	3780
8112/LTPF - 81 e 83	310
8112/LTS - 202 e 203	5230
8112/LTS (SEM VÍNCULO)	0
L. MATER. (SEM VÍNCULO)	0

Total Geral	9455
Total sem Licença Maternidade	5540

Tabela 76

INDICADOR: Rotatividade	
O quê mede	Mede o índice de saída de servidores do Quadro de Pessoal
Objetivo	Medir a rotatividade para adotar políticas preventivas com a finalidade de manter o quadro de pessoal estabilizado e propor concurso público quando está próximo de expirar a validade do certame anterior.
Quem mede	SJES/NGP
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores desligados/nº de servidores do Quadro de Pessoal x 100 $7/494 \times 100 = 1,42\%$
Situação em 2009	1,42%
Meta	3%
Conclusões	O Quadro de Pessoal da SJES encontra-se estabilizado, existindo alguns desligamentos, em regra, por motivos de aposentadoria ou de posse em outro cargo público inacumulável, sendo imediatamente provido o cargo mediante nomeação de candidato classificado em concurso público.

Tabela 77

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somadas todas as formas de desligamentos por aposentadoria, exoneração e vacância do cargo.

INDICADOR: Educação Continuada	
O quê mede	Mede o índice de servidores capacitados
Objetivo	Verificar a participação dos servidores em capacitação promovida pela SJES com a finalidade de apurar o interesse nos cursos e aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano.
Quem mede	SJES/NGP
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores capacitados /nº de servidores capacitados estimados para o exercício de 2009 x 100 $400/350 \times 100 = 114,29\%$
Situação em 2009	114,29%
Meta	100%
Conclusões	Constata-se que o índice foi superior a meta, o que demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados.

Tabela 78

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores capacitados, do quadro ou requisitados, excluídos os Magistrados.

INDICADOR: Formação Acadêmica	
O quê mede	Mede o índice de servidores com pós-graduação
Objetivo	Acompanhar e estimular o melhor desenvolvimento do Quadro de Pessoal
Quem mede	SJES/NGP
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias

Como medir	Nº de servidores do Quadro com pós-graduação /nº de servidores do Quadro de Pessoal x 100 (267 x 494 x 100) = 54,05%
Situação em 2009	54,05%
Meta	50%
Conclusões	O valor encontrado superou a meta e tende a crescer devido ao aumento da oferta de cursos de pós-graduação e pelo fato de que há servidores com os cursos de especialização em andamento.

Tabela 79

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados no Quadro de Pessoal 494 cargos efetivos ocupados 31.12.2009; (2) foram somados todos os servidores pós-graduados que pertencem ao Quadro de Pessoal, na data de 31.12.2009, sendo 255 com especialização e 12 com mestrado.

INDICADOR: Periódico	
O quê mede	Mede o índice de servidores com mais de 45 anos que realizaram o exame periódico
Objetivo	Realizar uma política de saúde preventiva e cumprir o disposto no art. 206-A da Lei nº 8.112/90
Quem mede	SJES/NGP
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores que realizaram o exame periódico /nº de servidores com mais de 45 anos x 100 (101 / 166) x 100 = 60,84%
Situação em 2009	60,84%
Meta	50%
Conclusões	Como se tratou do primeiro ano de implantação do programa, estimou-se uma meta aquém do realizado, o que demonstra o interesse dos servidores por melhor qualidade de saúde. Como o programa foi bem recebido, o próximo passo é a convocação de todos os servidores do Quadro.

Tabela 80

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores em exercício na SJES e convocados para o exame periódico, do quadro ou requisitados.

INDICADOR: Perfil Etário	
O quê mede	Mede o índice de servidores com mais de 45 anos
Objetivo	Verificar os servidores com mais de 45 anos para que sejam implantados os programas na área de saúde
Quem mede	SJES/NGP
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores acima de 45 anos /nº de servidores em exercício na SJES x 100 166 x 520 x 100 = 31,92%
Situação em 2009	31,92%
Meta	50%
Conclusões	Observa-se um Quadro de servidores jovens, com menos de um terço na faixa etária de 45 anos. No entanto, a Seccional continuará com os programas de saúde para prevenção de doenças da meia e terceira idade.

Tabela 81

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores em exercício na SJES, do quadro ou requisitados.

3.2.2. Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro:

INDICADOR: Distribuição dos recursos humanos nas áreas administrativa (meio) e judiciária (fim) da SJRJ	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede?	A proporção de servidores lotados na área meio e na área fim
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Diariamente
Onde medir?	Portarias DIRFO
Como medir?	Área Judiciária: nº de servidores lotados na área judiciária x 100 / total de servidores em exercício na SJRJ Área Administrativa: nº de servidores lotados na área administrativa x 100 / total de servidores em exercício na SJRJ
Situação em 2009	Área Judiciária*: 74.23 % Área Administrativa: 24,15 % Servidores à disposição da DIRFO: 1,62 % (licenciados)
Meta	Distribuir os servidores, observando o percentual mínimo de 70% para a área judiciária, aplicando-se os critérios de lotação estabelecidos na Portaria DIRFO nº RJ-PGD-2009/00034 .
Conclusão	Os percentuais estão em conformidade com a meta estabelecida.

Tabela 82

* Incluídas as áreas de Contadoria, Mandados e Atividades Judiciárias.

INDICADOR: Rotatividade – mudança de lotação	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	A rotatividade interna (remoções): mudanças de lotação de servidores ativos do quadro da SJRJ.
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nas portarias de remoção
Como medir?	(Nº portarias de remoção/ total de servidores ativos) x 100.
Situação em 2009	8,6 %*
Meta	10 % (percentual máximo)
Conclusão	A meta foi atingida.

Tabela 83

* Desconsideradas as remoções dos servidores que acompanharam os Magistrados que foram movimentados no ano de 2009 (20 movimentações de Juízes: número atípico de movimentações na SJRJ).

INDICADOR: Ocupação dos cargos em comissão na SJRJ	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede?	A proporção de ocupação dos cargos em comissão na SJRJ entre servidores do Quadro de Pessoal e outros servidores.
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Mensalmente
Onde medir?	Portarias DIRFO e Atos do TRF 2ª Região
Como medir?	Servidores do Quadro da SJRJ: nº de servidores do Quadro da SJRJ com CJ x 100 / nº total de cargos em comissão criados para a SJRJ. Servidores requisitados: nº de servidores requisitados com CJ x 100 / nº total de cargos em comissão criados na SJRJ.

Situação em 2009	Servidores do Quadro da SJRJ: 83,76 % Outros servidores*: 16,24 %
Meta	Cumprir o determinado na Lei 11.416/2006, bem como na Resolução nº 03/2008 do CJF, as quais estabelecem que no mínimo 50% dos cargos em comissão devem ser ocupados por servidores do Quadro de Pessoal.
Conclusão	O percentual dos cargos em comissão ocupados nesta Seção Judiciária encontra-se em conformidade com o determinado pela legislação, estando, inclusive, bem acima do mínimo estabelecido.

Tabela 84

* Contabilizados todos os requisitados, os removidos para a SJRJ e os sem vínculo.

INDICADOR: Ocupação das funções comissionadas na SJRJ	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede?	A proporção de funções comissionadas destinadas aos servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União e aos servidores de outros Órgãos.
Quem mede?	SGP/ CLPF/ SELOT
Quando medir?	Mensalmente
Onde medir?	Portarias DIRFO
Como medir?	Servidores da Carreira Judiciária: : nº de servidores do Poder Judiciário com FC x 100 / nº total de funções comissionadas da SJRJ Servidores não pertencentes à Carreira Judiciária: nº de servidores de Órgão que não sejam do Poder Judiciário com FC x 100 / nº total de funções comissionadas da SJRJ
Situação em 2009	Servidores de Carreira Judiciária: 94,02 % Servidores não pertencentes à Carreira Judiciária: 3,59 %
Meta	Cumprir o determinado na Lei 11.416/2006, bem como na Resolução nº 03/2008 do CJF, as quais estabelecem que no mínimo 80% das funções comissionadas devem ser ocupadas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União.
Conclusão	O percentual das funções comissionadas ocupadas nesta Seção Judiciária encontra-se em conformidade com o determinado pela legislação, estando, inclusive, acima do mínimo estabelecido.

Tabela 85

INDICADOR: Absenteísmo decorrente de Faltas Injustificadas ao Serviço	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de faltas injustificadas lançadas nos boletins mensais de frequência
Quem mede?	SGP/ CCPA / SECAD
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Boletins de frequência da SJ/RJ
Como medir?	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores x nº de dias úteis X 100
Situação em	2008 – 4,89% e 2009 – 3,24%
Meta	1% (percentual máximo)
Conclusão	Houve uma diminuição no percentual de absenteísmo por faltas injustificadas, embora, durante todo o ano de 2008 e parte de 2009, uma única servidora tenha consignado faltas contínuas, o que acarretou sua demissão em 2009.

Tabela 86

LICENÇAS MÉDICAS	2008	2009
Tratamento da Própria Saúde	36.413	31.969
Motivo de Doença em Pessoa da Família	1.351	1.355
Gestante, incluindo prorrogações	8.490	9.954
Acidente em Serviço e Doenças Ocupacionais	210	635
Total:	46.464	43.913

Tabela 87

INDICADOR: Absenteísmo decorrente de Licenças para Tratamento da Própria Saúde, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família e Licença à Gestante	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de absenteísmo dos servidores
Quem mede?	SGP/ CAMS/SESAU
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Portarias de Licenças Médicas
Como medir?	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores x nº de dias úteis X 100
Situação em	2008 – 7,13% e 2009 – 6,86%
Meta	6% (percentual máximo)
Conclusão	Houve redução do absenteísmo em relação ao ano anterior. Pode-se depreender que os Programas de Qualidade de Vida desenvolvidos por esta Seção Judiciária parecem estar, de alguma forma, contribuindo para uma redução dos licenciamentos dos servidores por motivo de licença para tratamento da própria saúde.

Tabela 88

Nota: Os dados foram coletados a partir dos seguintes aspectos: (1) foram somados todos os absenteísmos por motivo de doença (Licença para tratamento da própria saúde, Licença para tratamento de saúde em pessoa da família) e também a licença à gestante, inclusive com sua prorrogação de 60 dias, conforme Resolução nº30/2008 – CJF; (2) foram considerados todos os servidores ativos, inclusive os cedidos e os requisitados.

INDICADOR: Absenteísmo decorrente de Licenças por Acidentes em Serviço e por Doenças Ocupacionais	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de absenteísmo dos servidores
Quem mede?	SGP/ CAMS/SESAU
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Portarias de Licenças Médicas
Como medir?	Nº de dias não trabalhados / nº de servidores x nº de dias úteis X 100
Situação em	2008 – 0,03% e 2009 – 0,10%
Meta	0,1% (percentual máximo)
Conclusão	Percebe-se um aumento considerável de licenciamentos. Porém, tal acréscimo justifica-se por um acidente de serviço (externo) que envolveu mais de um servidor.

Tabela 89

Nota: Os dados foram coletados a partir dos seguintes aspectos: (1) foram somados todos os absenteísmos por motivo de Licença por acidente em Serviço, avaliados pela Comissão de Acidente em Serviço; (2) foram considerados todos os servidores ativos, inclusive os cedidos e os requisitados.

INDICADOR: Não aprovação na Avaliação Formal de Desempenho (AFD)	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede?	O índice de não aprovação dos servidores na AFD
Quem mede?	SGP/ CLPF/SEPRF

Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nos instrumentos de avaliação de desempenho
Como medir?	Nº de servidores não aprovados x 100/ nº de servidores em avaliação de desempenho
Situação em 2009	1,4%
Meta	2% (percentual máximo)
Conclusão	Não obstante a mudança dos procedimentos relativos à avaliação de desempenho funcional com o advento da Resolução nº 43, de 19/12/2008, do Conselho da Justiça Federal, conclui-se que o percentual de reprovações foi muito pequeno, considerando o número de servidores submetidos à avaliação.

Tabela 90

Nota: Os dados foram coletados levando-se em conta as avaliações entregues à Seção de Progressão e Promoção Funcional até 25/01/2010 e sem considerarmos os servidores que não obtiveram progressão/promoção funcional, por força da decisão proferida no P.A. 2006/169368-CJF.

INDICADOR: Educação continuada - Certificação em desenvolvimento gerencial	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede?	A proporção de gerentes que concluíram ações de desenvolvimento gerencial
Quem mede?	SGP/ CCDE/ SECOG
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nas planilhas de controle de participação no Programa de Desenvolvimento Gerencial da SJRJ
Como medir?	(Nº de servidores que ocupam função gerencial e que obtiveram certificação em ação de desenvolvimento gerencial / nº de servidores que ocupam função gerencial) x 100
Situação em 2009	17,6 %
Meta	17 % (percentual mínimo)
Conclusão	A meta foi atingida, com pequena variação a mais, indicando que a SJRJ cumpriu a determinação legal sobre o desenvolvimento gerencial, e ainda permitiu a participação de alguns gerentes que não faziam parte das prioridades do ano.

Tabela 91

Nota: A meta foi estabelecida considerando-se o número mínimo de gerentes que deveriam ser capacitados em 2009 para cumprimento da determinação legal (Lei 11.416 de 2006). Foi adotado este critério em função da necessidade de reformulação do programa e do fato de que a maioria dos gerentes teriam o prazo até 2010 ou 2011 para completar sua exigência legal de horas-aula.

INDICADOR: Educação continuada - Atingimento da meta do total de servidores capacitados por período	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede?	Mede o índice de atingimento da meta de servidores capacitados por período, contando cada servidor uma única vez.
Quem mede?	SGP/CCDE/ SECAP
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nas planilhas nominais de controle de participação nas ações de capacitação.
Como medir?	Total de servidores capacitados / Meta de servidores capacitados X 100
Situação em 2009	203,73%
Meta	100,00%
Conclusão	A meta (100%) foi ultrapassada em 103,73%, indicando que os recursos foram utilizados de forma integral e eficiente, possibilitando amplo acesso às ações de capacitação realizadas e garantindo a melhoria no atendimento das necessidades dos usuários e da Instituição.

Tabela 92

Nota: A meta foi estabelecida tendo por base o número total de servidores capacitados em 2008, projetando-se para a dotação orçamentária de 2009, que seria de 936 servidores capacitados, contando cada servidor uma única vez.

Cabe ressaltar que para o cálculo foram contabilizados o número total de servidores capacitados com ônus, com ônus parcial e sem ônus para a SJRJ.

INDICADOR: Educação continuada - A avaliação de reação dos participantes	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede?	A opinião dos participantes sobre a qualidade das ações de desenvolvimento gerencial
Quem mede?	SGP/ CCDE/ SECOG
Quando medir?	Anualmente
Onde medir?	Nos relatórios de avaliação de reação da SJRJ
Como medir?	Nº turmas com conceito excelente em todas as variáveis avaliadas pelos participantes/ total de turmas oferecidas
Situação em 2009	80%
Meta	80% (percentual mínimo)
Conclusão	A meta foi atingida, indicando que as ações de desenvolvimento gerencial atenderam, em sua maior parte, aos requisitos de qualidade na percepção dos participantes.

Tabela 93

Nota: A meta proposta tem por base o histórico de avaliações anteriores.

- PERFIL ETÁRIO DOS SERVIDORES:

Cargos	18 a 30 anos	31 a 50 anos	51 a 70 anos
Efetivos *	162	1762	451
Em comissão	3	97	17
Conclusão	Verifica-se que a maior concentração de ocupação de cargos efetivos e em comissão é coincidente na mesma faixa etária.		

Tabela 94

* Excluídos os ocupantes de cargo em comissão (JF-AJ-021)

- FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS SERVIDORES:

CARGOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO	TOTAL DO QUADRO DE PESSOAL	Nº DE SERVIDORES QUE POSSUEM FORMAÇÃO ACADÊMICA ACIMA DO EXIGIDO
Analistas Judiciários	Ensino Superior	1021 servidores	02 - Doutorado 19 - Mestrado 552 - Especialização
Técnicos Judiciários	Ensino Médio	1520 servidores	03 - Doutorado 11 - Mestrado 506 - Especialização 593 - Ensino Superior
Auxiliares Judiciários	Ensino Fundamental	23 servidores	04 - Especialização 01 - Ensino Superior 05 - Ensino Médio
Conclusão	Verifica-se que, com exceção do cargo de Auxiliar Judiciário, os demais (Analistas e Técnicos Judiciários) possuem mais de 50% dos servidores com formação acadêmica acima do exigido.		

Nível de Escolaridade	% de servidores	Escolaridade	Número de servidores *	% de servidores
PÓS GRADUAÇÃO	45,89%	Doutorado	005	45,89%
		Mestrado	030	

		Especialização	1062	
GRADUAÇÃO	54,02%	Superior Completo	913	38,26%
ENSINO MÉDIO		Superior Incompleto	018	15,21%
		2º Grau Completo	344	
		2º Grau Incompleto	001	
ENSINO FUNDAMENTAL		1º Grau Completo	008	0,54%
		1º Grau Incompleto	002	
		Primário Completo	003	
		TOTAL	2386	

CONCLUSÃO: 84,15% dos servidores do Quadro de Pessoal são graduados e/ou pós-graduados, o que representa um corpo funcional com uma elevada formação acadêmica.

* Excluídos os servidores que foram removidos com base na Lei 11.416/06 (total de 174) e os licenciados para acompanhar cônjuge (total de 17).

Tabela 95

Evolução do quantitativo de servidores pós-graduados:

Períodos considerados	Servidores Pós-graduados *	Acréscimo
Até 30/06/2006	233 servidores	
Até 30/06/2007	308 servidores	32%
Até 30/06/2008	556 servidores	80,51%
Até 30/06/2009	1055 servidores	89,74%
Até 31/12/2009	1147 servidores	8,72%

Tabela 96

* Total do Quadro de Pessoal da SJRJ

3.2.3. Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

INDICADOR: Absenteísmo médico	
O quê mede	Mede o índice de absenteísmo médico dos servidores
Objetivo	Acompanhar o índice de absenteísmo dos servidores nas licenças por motivo de doenças para propor políticas de saúde que visem à redução desses afastamentos.
Quem mede	TRF/SRH
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de dias não trabalhados / n° de servidores em exercício x n° de dias úteis x 100 = $(14268/1216 \times 248) \times 100 = (14268/301568) \times 100 = 4,73\%$
Situação em 2009	4,73%
Meta	6%
Conclusões	O índice ficou abaixo da meta esperada. Verifica-se que os programas na área de saúde têm alcançado efetividade, sendo necessário continuar com os programas e implantar outros para que se possa manter ou baixar esse índice.

Tabela 97

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados o total de dias de Afastamento; (2) foram somados todos os absenteísmos por motivo de doença (Licença para tratamento da própria saúde, Licença por acidente em serviço e Licença para tratamento de saúde em pessoa da família) e licença maternidade; (3) foram considerados todos os servidores em exercício na data de 31.12.2009, inclusive os requisitados e exclusive os Magistrados.

INDICADOR: Absenteísmo por acidente em serviço	
O quê mede	Mede o índice de servidores licenciados por de acidente de serviço
Objetivo	Acompanhar o índice de servidores em licença de acidente de serviço para verificar a necessidade de implantar programas de saúde preventivos.
Quem mede	TRF/SRH
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores afastados por motivo de LAS/ n° de servidores em exercício x 100 $= (13/1216) \times 100 = 1,07\%$
Situação em 2009	1,07%
Meta	3%
Conclusões	Constata-se que a incidência de licença por acidente de serviço está abaixo da meta e geralmente decorre de acidentes ocorridos nos deslocamentos residência/trabalho e vice-versa.

Tabela 98

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados os servidores afastados por motivo de acidente em serviço; (2) foram considerados todos os servidores em exercício na data de 31.12.2009, inclusive os requisitados e exclusive os Magistrados.

Total de dias não trabalhados em 2009:

8112/L. ACID. SERV. - 211 a 214	331
8112/LIC. À GESTANTE – 207	2400
8112/LTPF - 81 e 83	705
8112/LTS - 202 e 203	10520
8112/LTS (SEM VÍNCULO)	92
L. MATER. (SEM VINCULO)	120
Total Geral	14268
Total sem Licença Maternidade	11648

Tabela 99

INDICADOR: Rotatividade	
O quê mede	Mede o índice de saída de servidores do Quadro de Pessoal
Objetivo	Medir a rotatividade para adotar políticas preventivas com a finalidade de manter o quadro de pessoal estabilizado e propor concurso público quando está próximo de expirar a validade do certame anterior.
Quem mede	TRF/SRH
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores desligados/ n° de servidores do Quadro de Pessoal x 100 $13/997 \times 100 = 1,30\%$
Situação em 2009	1,30%
Meta	3%
Conclusões	O Quadro de Pessoal do TRF encontra-se estabilizado, existindo alguns desligamentos, em regra, por motivos de aposentadoria ou de posse em outro cargo público inacumulável, sendo imediatamente provido o cargo mediante nomeação de candidato classificado em concurso público.

Tabela 100

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram somadas todas as formas de desligamentos por aposentadoria, exoneração e vacância do cargo.

INDICADOR: Educação Continuada	
O que mede	Mede o índice de servidores capacitados, de acordo com a meta fixada na LOA
Objetivo	Verificar a participação dos servidores em capacitação promovida pelo TRF com a finalidade de apurar o interesse nos cursos e aprimorar o Programa de Capacitação a cada ano.
Quem mede	TRF/SRH/
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores capacitados /nº de servidores capacitados estimados para o exercício de 2009 x 100 873/602 x 100 = 145,02%
Situação em 2009	145% (873)
Meta	602
Conclusões	Constata-se que o índice foi superior à meta, o que demonstra o interesse dos servidores no constante desenvolvimento e confirma a excelência e qualidade dos cursos disponibilizados. Além disso, foram firmadas parcerias com outros órgãos sem ônus para este Tribunal.

Tabela 101

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores capacitados, do quadro ou requisitados, incluídos os Magistrados.

INDICADOR: Formação Acadêmica	
O que mede	Mede o índice de servidores com pós graduação
Objetivo	Acompanhar e estimular o melhor desenvolvimento do Quadro de Pessoal
Quem mede	TRF/SRH
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores do Quadro com pós-graduação /nº de servidores do Quadro de Pessoal x 100 (417 x 997 x 100) = 41,82%
Situação em 2009	41,82%
Meta	50%
Conclusões	Observa-se que o Quadro de Pessoal é interessado no desenvolvimento, porém a meta ainda não foi alcançada, havendo estudos no Tribunal para fins de implantação de programa para concessão de bolsa para pós-graduação.

Tabela 102

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: (1) foram considerados no Quadro de Pessoal 997 cargos efetivos ocupados 31.12.2009. (2) foram somados todos os servidores pós-graduados que pertencem ao Quadro de Pessoal, na data de 31.12.2009, sendo 401 com especialização, 14 com mestrado e 2 com Doutorado.

INDICADOR: Periódico	
O que mede	Mede o índice de servidores com mais de 45 anos que realizaram o exame periódico
Objetivo	Realizar uma política de saúde preventiva e cumprir o disposto no art. 206-A da Lei nº 8.112/90
Quem mede	TRF/SRH
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	Nº de servidores que realizaram o exame periódico /nº de servidores com mais de 45 anos x 100 (434 / 594) x 100 = 73%

Situação em 2009	73%
Meta	50%
Conclusões	Como se tratou do primeiro ano de implantação do programa estimou-se uma meta aquém do realizado, o que demonstra o interesse dos servidores por melhor qualidade de saúde. Como o programa foi bem recebido, o próximo passo é a convocação de todos os servidores do Quadro.

Tabela 103

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores em exercício no TRF e convocados para o exame periódico, do quadro ou requisitados.

INDICADOR: Perfil Etário	
O quê mede	Mede o índice de servidores com mais de 45 anos
Objetivo	Verificar os servidores com mais de 45 anos para que sejam implantados os programas na área de saúde
Quem mede	TRF/SRH
Quando medir	Anual
Onde medir	Nas áreas administrativas e judiciárias
Como medir	N° de servidores acima de 45 anos / n° de servidores em exercício no TRF x 100 $594 \times 1216 \times 100 = 48,84\%$
Situação em 2009	48,84%
Meta	50%
Conclusões	Observa-se um Quadro de servidores relativamente jovens, porém estão atingindo a faixa etária de 45 anos necessitando que o Tribunal inicie programas de saúde para prevenção de doenças da meia e terceira idade.

Tabela 104

Nota: Os dados foram coletados considerando os seguintes aspectos: foram somados todos os servidores em exercício no TRF, do quadro ou requisitados.

3.3 – Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos

3.3.1. Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo:

3.3.1.1 - Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

Com a reestruturação da área administrativa da Seção Judiciária do Espírito Santo – SJES, ocorrida em fevereiro de 2009, o Quadro de Pessoal aumentou seu déficit, tendo em vista que foram criadas novas unidades como o Núcleo de Controle de Mandados, o Núcleo de Distribuição, bem como diversas seções subordinadas aos núcleos já existentes, sem o correspondente aumento de cargos efetivos. Soma-se a isso a crescente demanda por parte dos jurisdicionados que requerem cada vez mais eficiência e efetividade na prestação jurisdicional.

Para ajudar a compor o seu Quadro de Pessoal, a SJES tem se valido de servidores requisitados de diversos órgãos públicos, cujo quantitativo excede aos servidores cedidos, contribuindo para minimizar os efeitos do seu reduzido Quadro.

No aspecto qualitativo, a SJES possui 267 servidores com pós-graduação dos quais 255 possuem cursos de Especialização e 12 de Mestrado, correspondendo a 54,05% do Quadro de Pessoal (considerando-se 494 servidores do quadro).

3.3.1.2 - Adequação dos quantitativos da área meio em relação à área fim

Há 17 anos, a SJES contava com um Quadro de Pessoal de 201 servidores sendo 105 lotados nas 5 Varas existentes e 96 no Setor Administrativo.

A partir de então, foram instaladas 15 Varas com previsão, em média, de 19 servidores cada, incluindo nesse número 3 Oficiais de Justiça, totalizando 285 servidores.

Como o Quadro atual é de 494 servidores, constatamos que o aumento de servidores destinados à área administrativa durante todo este período foi de apenas 8 servidores (201 + 285 + 8 = 494).

Para que a SJES mantivesse suas atividades administrativas de forma satisfatória, alguns servidores que deveriam prestar serviço na área fim foram deslocados para o setor administrativo, a fim de suprir a carência de pessoal nesta área.

3.3.1.3 - Desempenho funcional dos servidores

A SJES realiza a avaliação funcional de seus servidores que se encontram em estágio probatório e daqueles que, tendo cumprido o estágio probatório, ainda não chegaram ao final da carreira, nos termos da Lei nº 8.112/1990, Lei nº 11.416/2006 e Resolução nº 43/2008, do Conselho da Justiça Federal. Os servidores com desempenho satisfatório recebem a progressão ou promoção funcional, de acordo com a classe e padrão em que se encontram.

Em 2009 foram avaliados 302 servidores, sendo que 25 em estágio probatório e 277 em progressão/promoção funcional. Apenas 2 não obtiveram a promoção pelo fato de não apresentarem certificados de participação em cursos de capacitação conforme exigência do Resolução nº 43/2008, CJF, que trata do Sistema Unificado de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório (SIADES).

3.3.1.4 - Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado.

A análise encontra-se nos itens 3.3.1.1 e 3.3.1.2.

3.3.1.5 - Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo

A Seção Judiciária do Espírito Santo conta com um Quadro de Pessoal relativamente jovem. Dos 493 cargos ocupados em 31/12/2009, 327 servidores têm idade inferior a 45 anos, 144 estão entre 45 e 60 e 20 têm idade acima de 60 anos.

A previsão de aposentadorias compulsórias é de, aproximadamente, 0,4% (2 servidores) e 3,7% (18 servidores) nos próximos cinco e dez anos, respectivamente.

A quantidade de aposentadorias voluntárias é também bastante reduzida, ficando em 0,4% (2 servidores) no ano de 2009. As exonerações e declarações de vacância contabilizaram um pouco mais, ficando em torno de 1% no mesmo período. Se considerarmos os prazos de cinco e dez anos, estima-se a renovação de 5% e 10% do Quadro de Pessoal, respectivamente.

O que possibilitaria um ingresso significativo de servidores seria a criação de cargos efetivos através de Lei.

3.3.1.6 - Plano de capacitação do Quadro de recursos humanos

A Seção Judiciária do Espírito Santo tem especial atenção com a capacitação dos servidores, não somente em cumprimento às disposições do art. 39, § 2º da Constituição Federal e da Lei nº 11.416/2006, mas também por entender sua importância para o desempenho da missão organizacional.

No ano de 2009, a Administração procurou promover o aperfeiçoamento de seu Quadro de Pessoal, apurando-se 400 servidores capacitados, de uma força total de trabalho de 520 servidores ou seja, 76,9 % do total de servidores da Seccional foram capacitados ao longo do ano.

Tal montante revela o interesse da força de trabalho pelos cursos oferecidos e a otimização dos recursos recebidos para utilização em desenvolvimento de pessoas.

Importante ressaltar a implantação, durante o ano de 2009, do Projeto de Ensino à Distância e do Banco de Talentos da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Com base nas metas estipuladas para a Justiça Federal, o Núcleo de Gestão de Pessoas focou a eleição de cursos voltados ao atendimento prioritário para:

- a) Cursos jurídicos e sobre processos eletrônicos para os servidores de área fim e Cursos específicos, de acordo com a área de atuação, para os servidores de área meio;
- b) Servidores titulares de cargo em comissão/função comissionada de natureza gerencial, por ser obrigatória a participação de tais servidores, a cada dois anos, com carga horária mínima de 30 horas, nos termos da Lei nº 11.416/2006 c/c Portaria Conjunta nº 3/2007 do STF e Resolução nº 3/2008 do Conselho da Justiça Federal;
- c) Reciclagem anual, com carga horária mínima de 30 horas, destinada aos servidores ocupantes de cargo Técnico Judiciário/Segurança e Transporte, cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança, nos termos da Lei nº 11.416/2006 c/c a Portaria Conjunta nº 3/2007, do STF.

3.3.2. Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro:

3.3.2.1 - Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

O quantitativo de recursos humanos, força de trabalho, em média, de 2.421 ,além de estar muito aquém das necessidades solicitadas pelas diferentes unidades de lotação, que apresentam como lotação ideal o total de 3.384 servidores, representa um quantitativo inferior ao número de cargos efetivos previstos no Quadro de Pessoal: 2.583.

Convém destacar que a incidência de institutos como cessão, remoção, licenças para acompanhar cônjuge e licenças para trato de interesses particulares agravam o déficit de pessoal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ. Atualmente, temos 266 servidores sob essas condições.

Indubitavelmente, a defasagem de recursos humanos apresentada compromete a celeridade e a eficiência dos serviços prestados. Conclui-se, portanto, que não há adequação quantitativa do Quadro de Pessoal da SJRJ à missão organizacional deste Órgão.

No que se refere à adequação qualitativa do Quadro de Pessoal à missão organizacional, a análise é extremamente favorável. Os indicadores apresentados traduzem a elevada qualificação acadêmica dos servidores da SJRJ.

Destaca-se que o aumento do nível de escolaridade vem sendo percebido pela área de gestão de pessoas, especialmente após o advento do adicional de qualificação por conclusão de curso de pós-graduação. Nossos indicadores demonstram que nos últimos três anos o número de servidores pós-graduados passou de 233 para 1.147.

Dispensando-se uma análise individualizada por cada categoria funcional, verifica-se que mais de 50% dos ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário apresentam nível de escolaridade acima do exigido para o provimento do cargo. Excetua-se, porém, a categoria de Auxiliar Judiciário, que, atualmente, só compreende 23 servidores, uma vez que menos da metade (10) possui nível de escolaridade acima do exigido.

Diante dos indicadores apresentados, constata-se que o Quadro de Pessoal da SJRJ apresenta 84,15% de servidores graduados e/ou pós-graduados, o que denota a qualificação profissional de nossa força de trabalho.

3.3.2.2 - Adequação dos quantitativos da área meio em relação à área fim

O crescimento da área judiciária, mediante a criação de novas Varas e Juizados Especiais Federais, acarreta, como consequência lógica, a sobrecarga de serviços na área administrativa, e, especialmente, no processo de interiorização da Justiça Federal, a necessidade de criação de estruturas administrativas que dêem suporte na própria localidade.

Ante a inexistência de lei específica que crie cargos para a área meio, os recursos humanos precisam ser distribuídos entre as duas áreas, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho, reclamada por todos.

Considerando a flagrante carência de servidores, depreende-se a dificuldade encontrada pela área de gestão de pessoas para administrar a distribuição dos recursos humanos disponíveis, sendo necessária a aplicação de critérios de lotação objetivos. Salvaguarda-se a prevalência da área judiciária na manutenção de uma força mínima de trabalho, sem descuidar do necessário suporte que precisa ser dado à área administrativa, já que esta viabiliza as atividades voltadas para a prestação jurisdicional e não é contemplada com uma Lei específica para a incrementação de cargos efetivos.

Entretanto, considerando os estudos que vêm sendo realizados no CJF para a criação de cargos destinados à área administrativa, para fins de proposta de projeto de lei, há uma expectativa positiva em relação à situação relatada. Contudo, atualmente, conclui-se pela inadequação dos quantitativos da área meio em relação à área fim.

3.3.2.3 - Desempenho funcional dos servidores

Os servidores da SJRJ, que se encontram em estágio probatório e os que não estão posicionados na última classe e padrão da carreira, são submetidos à avaliação formal de desempenho e representam o total de 1.544 servidores. Desses, apenas 1,4% não foram aprovados, tendo havido um caso de reprovação no estágio probatório. Constata-se, assim, um pequeno percentual de reprovação.

A área de gestão de pessoas mantém ações continuadas de capacitação para os servidores submetidos à avaliação e para os gerentes responsáveis por ela, com o objetivo de

conscientizá-los da importância dessa avaliação para o aprimoramento do desempenho funcional de nossos servidores, a fim de reproduzir o exato mérito do avaliado.

3.3.2.4 - Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos

Esta questão foi abordada nos itens 3.3.2.1 e 3.3.2.2.

3.3.2.5 - Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo

Mediante análise do perfil etário de ocupação de cargos pelos servidores, em diferentes faixas de idade, constata-se que tanto os ocupantes de cargos efetivos como os de cargos em comissão estão concentrados, em maioria, na mesma faixa etária, dos 31 aos 50 anos, o que nos faz concluir que esta Seção Judiciária apresenta um perfil profissional relativamente jovem que ainda contribuirá muito para o cumprimento da missão institucional.

3.3.2.6 - Plano de capacitação do Quadro de recursos humanos

Um grande desafio para a área de gestão de pessoas tem sido a implementação de políticas de gestão voltadas para a qualidade de vida no trabalho e o contínuo aperfeiçoamento profissional dos servidores, especialmente, em virtude da descentralização de nossa Seção Judiciária em 19 Subseções localizadas em cidades do interior do Estado e os gastos orçamentários decorrentes, o que dificulta a abrangência dos projetos que são desenvolvidos.

Entretanto, mediante a análise dos indicadores de educação continuada, que traduzem o incremento das ações de capacitação e de desenvolvimento gerencial no ano de 2009, verifica-se que as metas fixadas foram atingidas.

O Programa de Desenvolvimento Gerencial, que já vem sendo desenvolvido nesta Seção Judiciária há alguns anos, conseguiu alcançar todos que tinham, por obrigação legal (Lei nº 11.416/2006), de participar dessa ação, a fim de continuarem no exercício do cargo ou função gerencial ocupada.

No que se refere às ações de capacitação, foi estipulado o total de 936 servidores para serem capacitados em 2009. Essa meta foi ultrapassada em 103,73%, destacando-se que a introdução de cursos a distância na SJRJ contribuiu para esse resultado.

Cabe ressaltar que foram capacitados 1907 servidores, sendo 1563 com ônus total com recursos da atividade 4091- Capacitação de Recursos Humanos, 90 servidores com ônus parcial (apenas diárias e passagens) e 254 servidores sem ônus (capacitação realizada através de exibição de DVDs de eventos filmados na Sede e distribuídos para o interior), contando a participação de cada servidor uma única vez.

3.3.2.7 - Satisfação e motivação dos servidores

Com o objetivo de aferir se as ações de desenvolvimento gerencial estão atendendo aos requisitos de qualidade na percepção dos participantes, aplicou-se ao final de cada ação um questionário. Conforme demonstrado no indicador, verifica-se que a meta fixada pela área de gestão de pessoas foi atendida, ou seja, 80% do total de turmas oferecidas avaliaram as ações com conceito excelente.

Além dessas ações, a SJRJ vem, a cada ano, aumentando o número de projetos ligados ao Programa de Qualidade de Vida, disponibilizando, também, ações de capacitação a

distância, o que vem abarcando um número cada vez maior de servidores. As respostas a essas ações vêm se apresentando muito positivas. Estamos pesquisando formas de parametrizar os resultados, em busca de indicadores.

3.3.2.8. Distribuição e rotatividade dos recursos humanos

Na distribuição dos servidores, a área de gestão de pessoas observou a meta mínima a ser atingida para a área fim (Varas/Juizados/Turmas Recursais/Áreas de Mandados, Contadoria e Atividades Judiciárias), fixada em 70% da força de trabalho.

No que se refere à rotatividade de servidores, esta é inevitável, tendo em vista a existência de unidades de lotação em diferentes cidades, cuja relocação é propiciada mediante a inscrição no Banco de Permutas, além das eventuais movimentações de magistrados, por promoção ou remoção, o que acarreta o acompanhamento de alguns servidores.

Para 2009, considerou-se como satisfatório o percentual máximo de 10% da força de trabalho para relocações internas, excluindo-se as decorrentes das movimentações simultâneas de 20 Juízes, ocorridas em fevereiro, por ser um número atípico na SJRJ. Ou seja, nossa meta era não ultrapassar 10% de relocações.

Isso foi possível, já que finalizamos o ano com 8,6% de relocações internas. Certamente, a utilização do Banco de Permutas, por meio do qual busca-se conciliar o interesse do servidor com a necessidade do serviço (existência de vagas), contribuiu para um índice inferior ao previsto.

3.3.2.9 - Absenteísmos

Dentre as causas de absenteísmos analisadas, destacamos, em nossos indicadores, aquelas decorrentes de faltas injustificadas e de licenças (para tratamento da própria saúde, por motivo de doença em pessoa da família, gestante, por acidente em serviço e por doenças ocupacionais).

No que se refere à ausência ao trabalho por motivo de falta injustificada, houve uma redução no percentual, no ano de 2009, comparando-se com o ano anterior. Ressalte-se a ocorrência de abandono de cargo por parte de uma servidora em 2008, que culminou com sua demissão.

Quanto as outras causas que levam ao absenteísmo, são especialmente aquelas decorrentes de Licença para Tratamento da Própria Saúde e por Doenças Ocupacionais que demandam uma atuação proativa por parte da área de gestão de pessoas.

Com esse objetivo, foram realizados projetos, inseridos no Programa Qualidade de Vida na SJRJ, voltados para a saúde dos servidores e magistrados, como Feiras de Saúde, Terapias Antiestresse, Campanha Anti-Fumo, Ginástica Laboral, Campanhas de Vacinação e Saúde Bucal, objetivando o tratamento e/ou a conscientização de males que estão afetando ou podem afetar a saúde de todos, principalmente no ambiente de trabalho.

A partir desse Programa que vem sendo desenvolvido há alguns anos, percebe-se pelos indicadores que, gradativamente, tem ocorrido redução no número de absenteísmos consequentes de licença para tratamento da própria saúde, como sucedeu no ano de 2009 em relação ao ano anterior, no qual o número de dias de licenças foi reduzido de 36.413 para 31.969.

Não obstante a redução citada, considerando a meta de 6% de licenciamentos que foi adotada por nossa área de gestão de pessoas, embora estejamos próximos (6,86%), ainda não a atingimos.

Conclusão

Pelo exposto, em que pesem as situações adversas relatadas pela área de recursos humanos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, como carência de pessoal, restrição orçamentária e distância geográfica das Subseções Judiciárias, pela análise dos indicadores apresentados, verifica-se que foi possível atingir nossas metas praticamente em sua totalidade.

Esses resultados demonstram que estamos no caminho certo. Contudo, não esperamos que as ações aqui alcançadas se finalizem nelas mesmas. Ao contrário, procuramos, ainda, outras formas para atingir a nossa missão institucional, tendo sempre em foco o desenvolvimento de nossos servidores, sua qualidade de vida e seu aprimoramento profissional.

3.3.3. Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

3.3.3.1 – Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

O Quadro de Pessoal, analisado quantitativamente, apresenta déficit, tendo em vista que, para melhor atendimento das demandas, foram criadas novas Unidades Administrativas e Judiciárias sem o correspondente aumento de cargos efetivos. Como exemplo, menciona-se a criação das 7ª e 8ª Turmas Especializadas, da Escola de Magistratura Federal e do Centro Cultural da Justiça Federal. Tudo isso sem contar o aumento da própria demanda por parte dos jurisdicionados, que requer cada vez mais eficiência e efetividade na prestação jurisdicional.

Para resolver, em parte, essa carência de servidores, o Tribunal tem requisitado servidores de outros Órgãos Públicos para o exercício de função comissionada e encaminhou estudos ao Conselho da Justiça Federal com vistas ao aumento de cargos efetivos na área administrativa através de projeto de lei, além de outras propostas em estudo. Encontram-se também em tramitação os Projetos de Lei nº 4564/2004 e nº 4694/2004, que preveem a criação de cargos efetivos para o Centro Cultural da Justiça Federal e para Corregedoria, respectivamente.

No aspecto qualitativo, observa-se que existem no Quadro de Pessoal do Tribunal 34 Auxiliares Judiciários, 692 Técnicos Judiciários e 273 Analistas Judiciários. Como a quantidade maior é de nível médio e a previsão atual de lotação nos Gabinetes é de 3 Analistas Judiciários e 9 Técnicos Judiciários, o ideal seria que a quantidade de Analistas Judiciários fosse maior. Além disso, como há necessidade desse cargo em áreas específicas, tais como Informática, Biblioteconomia, Medicina, etc, o número de cargos de nível superior Sem Especialidade acaba sendo inferior ao existente no Quadro de Pessoal. Em estudo enviado ao Conselho da Justiça Federal, em 2009, foi solicitado o acréscimo de 151 cargos de nível superior para suprir as lacunas.

Destaca-se, ainda, que 401 servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal possuem cursos de Especialização, 14 concluíram Mestrado e 2 são Doutores, o que corresponde a 41,82% do quadro de pessoal com pós-graduação (considerando-se 997 servidores do quadro).

3.3.3.2 - Adequação dos quantitativos da área meio em relação à área-fim

Após a instalação do TRF houve aumento dos Gabinetes, Turmas e Varas Federais, passando-se de 14 Gabinetes, 3 Turmas e 35 Varas Federais para os atuais 27 Gabinetes, 8 Turmas e 124 Varas Federais, conforme Leis nº 8.535/1192 (1º Grau), nº 8.915/1994 (TRF), nº 9.788/1999 (1º Grau), nº 9.967/2000 (TRF) e nº 10.772/2003 (1º Grau), criando-se para o TRF 337 cargos efetivos para a área judiciária e 21 cargos para a área administrativa. O aumento desse quantitativo de Magistrados e servidores, além de não atender integralmente às necessidades da área judiciária, acarretou uma maior demanda das atividades administrativas, registrando-se, em especial, a necessidade de criação de cargos especializados em Informática. Por essa razão, no ano de 2009, foi realizado estudo com vistas ao aumento de servidores na área administrativa, sendo encaminhada ao Conselho da Justiça Federal, para fins de proposta de projeto de lei, a solicitação de criação de 317 cargos efetivos, incluindo-se os servidores necessários para incrementar também a área de Informática, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça na Resolução nº 90/2009/CNJ.

3.3.3.3 – Desempenho funcional dos servidores

O Tribunal afere o desempenho funcional de servidores em estágio probatório e dos que não estão em final de carreira para fins de progressão e promoção funcional, nos termos da Lei nº 8.112/1990, Lei nº 11.416/2006 e Resolução nº 43/2008, do Conselho da Justiça Federal, que trata do Sistema Unificado de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório (SIADES). Os servidores em final de carreira não são formalmente avaliados por falta de previsão legal.

No ano de 2009 aproximadamente um terço dos servidores (36 em estágio probatório e 302 em progressão/promoção funcional) foram avaliados, apurando-se um desempenho bastante satisfatório, sendo raros os casos que necessitaram de interveniência da equipe do psicossocial e somente um caso de não avaliação em virtude de suspensão do prazo por motivo de licença sem vencimentos.

3.3.3.4 – Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado

A análise encontra-se nos itens 3.3.3.1 e 3.3.3.2.

3.3.3.5 – Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo

O quadro próprio é relativamente jovem, prevendo-se, nos próximos cinco e dez anos, aposentadorias compulsórias de apenas 2% (20 servidores) e 6% (61 servidores), respectivamente. A quantidade de aposentadorias por outros motivos também não é significativa, sendo, em média, inferior a 1% por ano. As exonerações e declarações de vacância é que somam um pouco mais, se considerarmos os prazos de cinco ou dez anos, porém também não atingem altos índices. Com isso, estima-se a renovação, respectivamente, de 6% e 12% do Quadro de Pessoal nos próximos cinco e dez anos.

O que possibilitaria um ingresso significativo de servidores seria a criação de cargos efetivos através de Lei.

3.3.3.6 – Plano de capacitação do Quadro de recursos humanos

O Tribunal tem especial atenção com a capacitação de Magistrados e servidores, não somente em cumprimento às disposições constitucionais e legais, mas também por entender sua importância para o desempenho da missão organizacional.

No ano de 2009, a Administração procurou promover o aperfeiçoamento de seu Quadro de Pessoal, apurando-se o total de 873, entre Magistrados e servidores capacitados, em um percentual de 45% acima da meta esperada (602).

Com isso, assinala-se a expressiva demanda, o que revela o interesse da força de trabalho pelo excelente nível dos cursos oferecidos.

A instituição de clima organizacional que valorize as conquistas profissionais e acadêmicas do Quadro de Pessoal deve ser incentivada, razão pela qual este Tribunal focou a eleição de cursos voltados ao atendimento prioritário para:

- a) Aperfeiçoamento e especialização dos Magistrados da 2ª Região;
- b) Servidores titulares de cargo em comissão/função comissionada de natureza gerencial, por ser obrigatória a participação de tais servidores, a cada dois anos, com carga horária mínima de 30 horas, bem como reciclagem anual, com carga horária mínima de 30 horas, destinada aos servidores ocupantes de cargo Técnico Judiciário/Segurança e Transporte, cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança;
- c) Cursos jurídicos para os servidores de área fim e Cursos específicos, de acordo com a área de atuação, para os servidores de área meio;
- d) Cursos de ambientação para os servidores recém-empossados.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS – EXERCÍCIO DE 2009.

Durante o exercício de 2009 **não** foram contabilizadas, pelas Unidades Gestoras associadas à Unidade Jurisdicionada Consolidadora “Tribunal Regional Federal da 2ª Região” (UG090028 e UG090048) e às Consolidadas “Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro” (UG090014 e UG090016), informações na **conta contábil 2.1.2.1.11.00**, a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Entretanto, foram contabilizadas informações a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, nas contas contábeis indicadas na tabela a seguir:

Posição 31/12/09 R\$ 1,00

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.9.22.00–DEB.DIVERSOS POR INSUF. CREDITOS/RECURSOS					
UG	Credor	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	SALDO FINAL
090016	Advogados	0,00	0,00	15.655,30	15.655,30
090016	Intérpretes	0,00	0,00	880,50	880,50
090016	Peritos	0,00	0,00	202.206,10	202.206,10
090016	Tradutores	0,00	0,00	190,17	190,17
TOTAL		0,00	0,00	218.932,07	218.932,07
MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.2.22.00–PESSOAL A PG. POR INSUF. CREDITOS/RECURSOS					
UG	Credor	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	SALDO FINAL
090028	Servidores ativos	0,00	0,00	40.405.680,31	40.405.680,31

090028	Servidores inativos	0,00	0,00	1.007.879,90	1.007.879,90
TOTAL		0,00	0,00	41.413.560,21	41.413.560,21
MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.3.11.00–ENCARGOS POR INSUF. CREDITOS/RECURSOS					
UG	Credor	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	SALDO FINAL
090016	INSS (Advogados)	0,00	0,00	3.131,06	3.131,06
090016	INSS (Intérpretes)	0,00	0,00	176,10	176,10
090016	INSS (Peritos)	0,00	0,00	40.441,22	40.441,22
090016	INSS (Tradutores)	0,00	0,00	38,03	38,03
090028	INSS (Servidores ativos)	0,00	0,00	7.915.714,24	7.915.714,24
TOTAL		0,00	0,00	7.959.500,65	7.959.500,65

Tabela 105

Fonte: SIAFI

Os valores dos passivos são regularmente incluídos na Proposta Orçamentária, a título de pagamento de Exercícios Anteriores. Ocorre, entretanto, a existência de cortes nesses valores, o que inviabiliza a liquidação dos débitos.

Atualmente, o Conselho da Justiça Federal vem realizando gestões nas instâncias próprias, com vistas à obtenção de recursos suplementares para pagamento do passivo para toda a Justiça Federal.

Portanto, sob coordenação do Conselho da Justiça Federal, à medida do possível, são repassados valores para pagamento parcial da dívida

5. INFORMAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

5.1 -Exclusive Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado

Unidade Orçamentária – 12.101

Unidades Jurisdicionadas – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Unidades Gestoras: UG 090014 (SJES) e UG 090016 (SJRJ)

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	17.711.212,88	17.137.287,30	555.853,30	18.072,28
2007	1.254.632,43	47.778,28	1.150.273,06	56.581,19
2006	984.924,09	20.348,53	952.303,93	12.271,63
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	29.248.720,69	7.137.914,60	19.176.164,78	2.934.641,31
2007	44.161.258,52	7.263.915,94	33.241.887,59	3.592.649,08
2006	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 106

Fonte: SIAFI

Notas: Houve uma falha no SIAFI, que inscreveu indevidamente o montante de R\$ 15.199.713,47 em Restos a Pagar Processados, no exercício de 2008, o qual foi cancelado em 2009, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (mensagem SIAFI nº 2009/0071347, de 31.01.2009);

Na linha de “Restos a Pagar não Processados”, ano de inscrição 2007, a diferença de R\$ 62.805,91 (R\$ 5.420,41 da SJES e R\$ 57.385,50 da SJRJ) na equação “A pagar = Inscritos – pagos - cancelados” deve-se aos empenhos que foram liquidados/processados em 2008 e inscritos em 2009 como Restos a Pagar Processados.

Os valores inscritos referem-se, em sua grande maioria, à cobertura das despesas, relativas ao mês de dezembro/2009, com contratos de manutenção, de serviços e de locação de mão de obra, nos quais o faturamento ocorre, em regra, no mês posterior à prestação dos serviços.

Constam ainda, inscrições referentes às aquisições, tanto de material de consumo quanto de material permanente, que, em grande parte, ocorreram próximo ao encerramento do exercício e, portanto, não foi possível efetuar a entrega, bem como, inscrições referentes aos contratos que apresentam pendências quanto à regularidade fiscal, razão pela qual não foi possível efetuar os pagamentos devidos.

Dentre os valores inscritos destacam-se aqueles referentes à ação Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Vitória, cuja obra encontra-se em fase de conclusão, prevista no Plano Plurianual, os quais são decorrentes dos constantes atrasos verificados no andamento da obra, conforme já explicitado no item 2.3.2 (Considerações sobre o atingimento das Metas Físicas e Financeiras). Registre-se, também, que foram necessários cancelamentos de valores significativos, em decorrência da rescisão contratual com a empresa Tomazzeli, responsável pela 2ª Etapa da obra.

Cabe registrar que regularmente os processos são analisados pelos responsáveis (gestores dos contratos), a fim de viabilizar a solução das pendências, tendo sido providenciada a anulação dos empenhos de RP que não apresentavam mais justificativas para manutenção de seus saldos.

Unidade Orçamentária – 12.103
Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Unidades Gestoras: UG 090028 (TRF)

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	10.880.290,75	10.655.265,84	176.697,65	48.327,26
2007	312.941,69	70.337,20	241.848,49	0,00
2006	82.146,43	384,00	81.762,43	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	10.542.159,09	2.216.941,51	7.704.738,03	620.479,55
2007	8.756.611,79	1.674.824,35	7.081.543,44	0,00

Tabela 107

Fonte: SIAFI

Notas: Houve uma falha no SIAFI, que inscreveu o montante de R\$ 9.998.068,72 em Restos a Pagar Processados, no exercício de 2008, gerando um valor maior do que o devido, o qual foi cancelado em 2009 conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional –STN (mensagem SIAFI nº 2009/0071347, de 13.01.2009);

- Na linha de "Restos a Pagar não Processados", ano de inscrição 2007, a diferença de R\$ 244,00 na equação "A pagar = Inscritos – pagos - cancelados" deve-se ao empenho 2007NE001925, o qual foi liquidado/processado em 2008 e inscrito em 2009 como Restos a Pagar Processado.

A Administração exerceu rigoroso controle durante todo o ano, de forma a regularizar a inscrição dos Restos a Pagar, disciplinando a matéria por intermédio de expedição de circulares e implantação, em 2009, do Sistema de Acompanhamento de Despesas Continuadas – SAD, que objetiva o controle de despesas de caráter continuado.

Tal sistema constitui-se em ferramental importante ao controle efetivo da despesa continuada, pois permite a revisão da estimativa do custo no decorrer do exercício. Dessa forma, os valores inscritos em restos a pagar refletirão as necessidades orçamentárias mais próximas à liquidação das despesas comprometidas, revelando controle eficaz e efetivo na gestão dos recursos públicos.

Adicionado a esse fato, também estabeleceu-se fluxo trimestral, contemplando as justificativas para a permanência de saldos.

Cumpra registrar que não houve quaisquer prejuízos na gestão financeira do Tribunal em razão da permanência de Restos a Pagar, haja vista que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, são liberados sob a forma de duodécimos, em obediência ao art. 168 da CF.

Cabe assinalar que todos os valores mantiveram-se inscritos na forma autorizada pelo Decreto nº 7.057, de 30/12/2009, registrando que nos anos anteriores também o foram por norma da mesma natureza.

A seguir, apresenta-se de forma sucinta, as justificativas para a permanência de saldos há mais de um exercício financeiro.

Com relação ao saldo do exercício de 2006 (R\$ 384,00 – RP processados) referia-se a lançamento em duplicidade e foi devidamente anulado;

Os saldos relativos ao orçamento de 2007 devem-se principalmente aos seguintes aspectos:

- a) saldo residual das despesas de natureza continuada;
- b) processos que estavam sendo apreciados com expectativa de aplicação de penalidades;
- c) cancelamento de um contrato em execução de informática, por determinação do Conselho da Justiça Federal (uma vez que os Sistemas em uso deixariam de ser utilizados), fato responsável pela permanência de boa parte dos recursos em Restos a Pagar, pois a Empresa solicitava indenização;
- d) pendências de faturamento.

Destaca-se que ao final de 2009 não restaram saldos relativos aos exercícios de 2006 e 2007.

Em linhas gerais, pode-se agrupar os motivos para permanência dos valores em Restos a Pagar não Processados, relativo ao exercício de 2008, da seguinte forma:

a) Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, adiamento da assinatura do instrumento contratual, falta de conclusão de serviços no prazo e atraso do cronograma previsto pela Administração, ensejaram intimações para regularização dos serviços prestados. Decorreram de tais fatos: rescisão, aplicação de penalidade, efetivação parcial dos pagamentos e retenção de valores para efeito de pagamento de multa.

b) No gerenciamento dos Restos a Pagar, também depara-se com as dificuldades de algumas empresas na entrega do objeto. São adotadas as medidas constantes do art. 67 da Lei nº 8.666/93. Mas em algumas situações persistem os embaraços para entrega do objeto. Nesses casos, a Administração adota medidas mais severas visando ao adimplemento das obrigações contraídas.

Cabe pontuar que a aplicação de penalidade, seguida de rescisão do pacto, resolveria de pronto o problema, porém com a perda de recursos, que não retornariam ao empenho original. Entretanto, com a anulação de saldo, surgiria outro problema, como o comprometimento do orçamento do exercício seguinte, que teve toda a programação planejada e aprovada. A solução que

resta é a intimação, a insistência nas medidas administrativas de negociação, o que pode demandar tempo para a solução.

Do montante lançado em Restos a Pagar não processados, R\$ 386,00 referem-se a Restos a Pagar não processados a pagar (conta 29.511.02.00), em virtude do critério adotado para preenchimento das informações, ou seja, da situação no ano de inscrição.

Quanto ao saldo inscrito em Restos a Pagar Processados, ressaltamos que a falta de documentação das empresas, para efetivação dos pagamentos, justifica o saldo no montante de R\$ 48.327,26.

Cabe registrar que foram mantidos saldos de exercícios anteriores a 2009 em Restos a Pagar, por força do Decreto nº 7.057 de 29.12.09, que prorrogou suas inscrições.

5.2 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado

Unidade Orçamentária – 12.103
Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Unidades Gestoras: UG 090048 (TRF Precatórios e RPVs)

Não houve inscrição em Restos a Pagar referente à dotação de precatórios.

Posição 31/12/09

R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados – RPV				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	48.996.858,91	0,00	48.903.630,31	93.228,60
2007	58.443.335,57	4.310.141,16	54.133.194,41	0,00

Tabela 108

Fonte: SIAFI

Nota: Os valores lançados consideram créditos originários e recebidos.

Não houve inscrição em Restos a Pagar Processados.

Obedecendo à forma de pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor, em janeiro/2009 foram pagos R\$ 1.453.693,68, inscritos em Restos a Pagar, referentes aos requisitórios autuados em dezembro/08.

Registra-se, ainda, o pagamento, em novembro e dezembro/2009, com dotação inscrita em Restos a Pagar, de requisitórios autuados em outubro (R\$ 21.353.447,05) e em novembro/2009 (R\$ 11.408.388,75), conforme autorização do Conselho da Justiça Federal, tendo como respaldo a sistemática da SOF/MP, que reiteradamente tem autorizado a Justiça Federal a utilizar o saldo de restos a pagar de RPV para pagamento de requisitórios do exercício.

Desta forma, por prevenção, mantivemos o valor de R\$ 93.228,60 inscrito em Restos a Pagar. Entretanto, como este valor não foi utilizado em janeiro/2010, procederemos ao devido cancelamento.

6. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Não foram realizadas transferências mediante convênio ou outro instrumento congênere no exercício de 2009, envolvendo transferência financeira.

7. INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Não há entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas no âmbito das Unidades Jurisdicionadas de que trata esse relatório.

8- DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Conforme consta do Quadro A, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, este tópico não se aplica às unidades jurisdicionadas que integram este relatório.

9- INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Conforme consta do Quadro A, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, este tópico não se aplica às unidades jurisdicionadas que integram este relatório.

10- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Conforme consta do Quadro A, Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, este tópico não se aplica às unidades jurisdicionadas que integram este relatório.

11- INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidades Jurisdicionadas					
Denominação completa:				Código SIORG	
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO ESPÍRITO SANTO					
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO RIO DE JANEIRO					
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	027.536/2006-9	Acórdão 1516-16/2007 - 1	9.3	DE	Ofício SEFIP 3006/2008, de 02/12/2008
02	022.888/2008-5	Acórdão 0770-06/2009 - 2	9.2	DE	Ofício SEFIP 0341/2009, de 17/03/2009
03	025.320/2006-9	Acórdão 0426-10/2009 - PL	1.9	CI	Ofício SEFIP 0876/2009, de 05/06/2009
04	002.517/2009-8	Acórdão 3066-18/2009 - 1	9.1	DE	Ofício SEFIP 0948/2009, de 17/06/2009
05	002.615/2009-9	Acórdão 3067-18/2009 - 1	9.3	DE	Ofício SEFIP 0924/2009, de 17/06/2009
06	017.017/2005-4	Acórdão 1856-33/2009 - PL	9.2 e 9.4	DE	Ofício SEFIP 1318/2009, de 26/08/2009
07	001.046/1991-8	Acórdão 4728-31/2009 - 2	9.3	DE	Ofício SEFIP 1379/2009, de 14/09/2009
08	017.693/2004-0	Acórdão 5588-34/2009 - 1	9.1 e 9.2	DE	Ofício SEFIP 1565/2009, de 07/10/2009
09	029.226/2008-1	Acórdão 5089-34/2009 - 2	9.4	DE	Ofício SEFIP 13794/2009, de 05/10/2009
10	001.565/2009-0	Acórdão 5810-36/2009 - 1	9.4	DE	Ofício SEFIP 14056/2009, de 19/10/2009

Tabela 109

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	
Descrição da Deliberação:	

01) PESSOAL. PENSÃO CIVIL. CÁLCULO DA OPÇÃO COM BASE EM INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DA LEI 9.030/1995. ILEGALIDADE.

Interessados: Josué Cardoso de Assis e Sebastiana Garcia Cardozo.

9.3. determinar ao **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato relativo à pensão instituída por Adelino Cardozo, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

02) PESSOAL. APOSENTADORIA. PAGAMENTO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL INSTITUÍDA PELA LEI 10.698/2003, DE FORMA INTEGRAL, EM APOSENTADORIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS. VANTAGEM CRIADA APÓS A DATA DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO. LEGALIDADE DO ATO. DETERMINAÇÕES.

Interessado: Eduardo Francisco Magdalena Neto

Deliberação:

9.2. determinar à **Justiça Federal de 1º Grau no Estado do Rio de Janeiro** que efetue a proporcionalização da vantagem pecuniária individual instituída pela Lei 10.698/2003 nos proventos de aposentadoria do interessado.

03) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PROCESSO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA

Deliberação:

1.9. restituir o presente processo à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para a promoção das comunicações pertinentes, bem como para que seja franqueada a manifestação aos magistrados e servidores individualizados na deliberação recorrida, em obediência ao mencionados princípios constitucionais e ao estabelecido na Súmula Vinculante nº 3/2007, do Supremo Tribunal Federal.

04) PESSOAL. APOSENTADORIA. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.698/2003. PAGAMENTO DE FORMA INTEGRAL EM APOSENTADORIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS. ILEGALIDADE.

Interessados: Deolinda da Rocha Gonçalves e Paulo José Viana Voto

9.1.3. determinar à **unidade jurisdicionada** que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.1.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;

9.1.3.2. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados da irregularidade verificada, a serem submetidos à apreciação do TCU;

9.1.3.3. dê conhecimento aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

05) PESSOAL. APOSENTADORIA. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA DE FORMA INTEGRAL EM PROVENTOS PROPORCIONAIS. ILEGALIDADE.

Interessadas: Dilce Terezinha de Carvalho; Regina Célia dos Santos Araújo e Vânia Felipe Leal

9.3. determinar à **Justiça Federal de Primeiro Grau/RJ** que adote medidas, no prazo de 15 (quinze) dias, para:

9.3.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas cujos atos foram considerados ilegais, alertando-as que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.3.2. fazer cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;

06) PEDIDO DE REEXAME. PAGAMENTOS, POR FORÇA DE LIMINARES, DE PROVENTOS E REMUNERAÇÃO ACIMA DO TETO CONSTITUCIONAL. MÉDICOS. JORNADA DE 4 (QUATRO) HORAS DIÁRIAS. REMUNERAÇÃO INTEGRAL. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO COMISSIONADA COM JORNADA DE TRABALHO EM DESACORDO COM O LEGALMENTE PERMITIDO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL. POSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. PROFISSÃO QUE PODE SER CONSIDERADA DA ÁREA DA SAÚDE.

Interessados: Alberto Conde Moraes, André Gustavo Ghetti Senra, Carlos José Copello, Dênis Moreira Taveira e Milton Monçores Velloso.

9.2 com fundamento no art. 48 da Lei n.º 8.443, de 1993, conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos por Alberto Conde Moraes, André Gustavo Ghetti Senra, Carlos José Copello, Dênis Moreira Taveira e Milton Monçores Velloso, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, alterando-se a redação do subitem 9.2.4 do Acórdão 2.291/2007 - TCU - Plenário, que passa vigorar da seguinte forma:

“9.2.4. adote providências no sentido de que os médicos do Órgão passem a cumprir a jornada de trabalho correta de 7 horas diárias, legalmente exigida para todos os demais servidores do Poder Judiciário, nos termos dos Acórdãos TCU 2.329/2006 - Plenário e 2.520/2007 - Primeira Câmara, facultando-se a realização de jornada de trabalho diferenciada, inclusive de 4 (quatro) horas diárias, com a correspondente redução de vencimentos;”

9.4. dar ciência da presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes e ao **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**.

07) PEDIDO DE REEXAME. NÃO IMPLEMENTO DAS CONDIÇÕES DO ART. 193 DA LEI Nº 8.112/1990. APLICAÇÃO DO PARADIGMA DO ACÓRDÃO Nº 2.076/2005-PLENÁRIO.

CONSIGNAÇÃO IRREGULAR DE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA (GATA). NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. COMUNICAÇÕES

Recorrente: Maria Penha da Cruz Carvalho

Deliberação:

9.3. esclarecer ao **Tribunal Regional Federal da 2ª Região** que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade verificada (GATA), sendo possível a acumulação da parcela opção de FC, decorrente de GRG, com os quintos oriundos da respectiva função;

08) PEDIDO DE REEXAME. APOSENTADORIA. INCORPORAÇÃO INDEVIDA DE VANTAGENS. ELEMENTOS APRESENTADOS EM SEDE DE RECURSO INCAPAZES DE ALTERAR O MÉRITO DA DELIBERAÇÃO RECORRIDA.

Recorrentes (Interessados): Jaci de Souza Novellino e Nadja Maria Carvalho de Góes.

Deliberação:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo o Acórdão 3140/2007-TCU-Primeira Câmara nos seus exatos termos; e

9.2. determinar ao **TRF da 2ª Região/RJ-ES** que acompanhe a tramitação do mandado de segurança de interesse da servidora Jaci de Souza Novellino, cujo objeto é a parcela ora impugnada;

09) CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM PARCELA ALUSIVA A GRG E QUINTOS CONCOMITANTE COM A VANTAGEM DO ART. 192 DA LEI 8.112/1990. ILEGALIDADE DE 3 (TRÊS) ATOS. LEGALIDADE DOS DEMAIS

Interessados: Hamilton Aurélio Braga

9.4. determinar à **Justiça Federal de 1º Grau - RJ** que:

9.4.1. com fundamento no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da ciência da deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. notifique o interessado de que trata o ato relacionado no subitem 9.2 a respeito deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovação do ciente deste Acórdão pelos interessados;

10) PESSOAL. APOSENTADORIA. INOBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA LEI 10.887/2004. ILEGALIDADE

Interessados: Carla Maria Costa Medeiros

9.4. determinar ao **TRF da 2ª Região/RJ-ES** que adote medidas, no prazo de 15 (quinze) dias, para:

9.4.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	-
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	

01) Cadastramento de novo formulário no sistema SISAC-TCU, com a exclusão da parcela URP. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através do Ofício T2-OFI-2009/07291, de 15/05/2009.

02) Revisão da VPI nos proventos do servidor. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através do Ofício T2-OFI-2009/12484, de 29/07/2009.

03) Encaminhamentos de cópias dos comprovantes das ciências individuais e eventuais manifestações dos interessados. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através do Ofício T2-OFI-2009/12149, de 22/07/2009.

04) Proporcionalização da VPI nos proventos dos servidores e cadastramento de novos formulários no Sistema SISAC-TCU. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através do Ofício T2-OFI-2009/10959, de 07/07/2009.

05) Proporcionalização da VPI nos proventos das servidoras e cadastramento de novos formulários no Sistema SISAC – TCU. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através do Ofício T2-OFI-2009/10693, de 07/07/2009.

06) Encaminhamento ao TCU de cópias dos comprovantes das ciências individuais e das eventuais manifestações dos interessados, bem como de esclarecimentos prestados pela SRH. (01) Um médico está cumprindo a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e quatro permanecem com a jornada de 20 (vinte) horas semanais, por força de decisão judicial nos Processos MS nº 2009.02.01.017423-0 e 2009.02.01.017359-5. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através dos Ofícios T2-OFI-2009/15570, de 15/09/2009 e T2-OFI-2009/21418, de 29/12/2009.

07) Cadastramento de novo formulário no Sistema SISAC-TCU, com a exclusão da parcela da GATA. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através dos Ofícios T2-OFI-2009/16828, de 05/10/2009 e T2-OFI-2009/17882, de 21/10/2009.

08) Cadastramento de novo formulário no Sistema SISAC-TCU, referente à servidora Nadja Maria Carvalho de Góes, com a exclusão da DIFIN. Quanto à servidora Jaci de Souza Novellino, ainda se encontra amparada por decisão judicial. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através dos Ofícios T2-OFI-2009/18352, de 28/10/2009 e T2-OFI-2009/19109, de 12/11/2009.

09) Revisão da parcela dos quintos e cadastramento de novo formulário no Sistema SISAC-TCU. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através dos Ofícios T2-OFI-2009/18246, de 27/10/2009 e T2-OFI-2009/19106, de 12/11/2009.

10) Encaminhamento de informação de que este Tribunal já havia aplicado a média contributiva desde a concessão inicial, acompanhada dos cálculos dos proventos. Ocorre que na época não havia campo no Sistema SISAC para informar a média contributiva, razão pela qual os dados foram novamente cadastrados no formulário atual. Providências comunicadas pela Secretaria de Controle Interno através dos Ofícios T2-OFI-2009/18914, de 09/11/2009 e T2-OFI-2009/19119, de 12/11/2009.

Síntese dos resultados obtidos
Todas as deliberações foram atendidas, vez que foram expedidos novos atos escoimados das irregularidades apontadas, exceto casos amparados por decisão judicial.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Como fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor, podemos apontar a viabilidade e a clareza das determinações. Como ponto negativo, cabe apontar o exíguo prazo de 30 (trinta) dias para encaminhamento dos formulários SISAC, sobretudo nas decisões que envolviam vários interessados.

12- INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

Em cumprimento ao artigo 7º da IN/TCU nº 55/2007, os registros dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento de pessoal, concessão de aposentadoria e de pensão estatutária foram efetuados com o preenchimento dos formulários do Sistema de Avaliação de Registro dos Atos de Admissão e Concessão – SISAC e o envio ao órgão de Controle Interno, conforme abaixo discriminado:

ATO		UNIDADE GESTORA		
		090014	090016	090028
Admissão		05	48	09
Desligamento		04	27	02
Aposentadoria	Concessão ¹⁻²	02	28	13
	Alteração ¹	00	09	08
Pensão	Concessão	00	10	05
	Alteração ¹	01	04	01
Totais		12	126	38

Tabela 110

Fonte: Planilha fornecida pela Secretaria de Recursos Humanos.

Notas:

1) Nestes totais foram computadas 1 concessão e 1 alteração de aposentadoria referente a Magistrados da SJES e 1 alteração de pensão referente a Magistrado da SJRJ, tendo em vista que o TRF-2ª Região é responsável pelo cadastramento e encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos Magistrados da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região;

2) Incluídas as revisões de concessão inicial.

13 – DECLARAÇÕES ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV

UG 090014 – Seção Judiciária do Espírito Santo

DECLARAÇÃO

Declaramos que esta Seção Judiciária providenciou os registros das informações referentes aos contratos firmados no exercício de 2009, estando os dados disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Vitória (ES), 19 de fevereiro de 2010.



Ana Lucia Xavier Rosa de Souza
Supervisora da Seção de Contratos Administrativos
Núcleo de Contratações

Declaração 1

13 – DECLARAÇÕES ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV

UG 090014 – Seção Judiciária do Espírito Santo

DECLARAÇÃO

Declaramos que esta Seção Judiciária, no exercício de 2009, não firmou convênios, contratos de repasse e termos de parceria passíveis de registros no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Vitória (ES), 19 de fevereiro de 2010.



Ana Lúcia Xavier Rosa de Souza
Supervisora da Seção de Contratos Administrativos
Núcleo de Contratações

Declaração 2

13 – DECLARAÇÕES ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV

UG 090016 – JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - SJRJ

DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes a contratos firmados estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 .

Declaramos, ainda, que não foram realizados registros no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, considerando que não foram firmados convênios, contratos de repasse e termos de parceria com transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2010.



ROSANA VILLELA DE SOUZA
Diretora da Subsecretaria de
Contratações e Material - SCM

Declaração 3


13 – DECLARAÇÕES ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV

UG 090028 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Declaração

Eu, Eduardo Henrique de Aragão Pedrosa, Diretor da Divisão de Contratos, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, lotado na Secretaria de Atividades Administrativas, matrícula sob o nº 10.943, **DECLARO**, nos termos do item 13 da Decisão Normativa nº 100 de 07 de outubro de 2009 do Tribunal de Contas da União, que os Instrumentos de Contratos celebrados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região estão cadastrados no SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2010.



Eduardo Henrique de Aragão Pedrosa
Diretor da Divisão de Contratos
Matrícula nº 10.943

Declaração 4

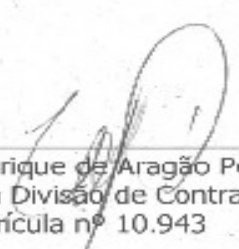
13 – DECLARAÇÕES ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV

UG 090028 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Declaração

Eu, Eduardo Henrique de Aragão Pedrosa, Diretor da Divisão de Contratos, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, lotado na Secretaria de Atividades Administrativas, matrícula sob o nº 10.943, **DECLARO**, que, no exercício de 2009, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região não firmou Convênios, Contratos de Repasses e Termos de Parcerias, passíveis de registros no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasses e Termos de Parcerias – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768 de 14/08/2008.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2010.



Eduardo Henrique de Aragão Pedrosa
Diretor da Divisão de Contratos
Matrícula nº 10.943

Declaração 5

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

14.1 - UNIDADE JURISDICIONADA – JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO ESPÍRITO SANTO

Durante o exercício de 2009 foi dada continuidade à gestão de convênios extremamente relevantes para a manutenção da celeridade, racionalização e eficácia nos trabalhos desenvolvidos pelas Varas da Capital e das Subseções, com como pela Central de Mandados.

Nesse contexto, foram mantidos os seguintes convênios, que não envolveram transferência financeira:

- Com a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, visando acesso à base de dados e visualização do cadastro das pessoas físicas e jurídicas registradas na entidade, facilitando com isso a localização dos executados;
- Com a Polícia Federal, que através do acesso ao Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC permitirá a consulta a dados sobre processos, inquéritos e mandados de prisão, além da emissão de folhas de antecedentes criminais;
- Com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para envio de petições através de Protocolo Postal, medida que permitirá que advogados e partes protocolem e entreguem petições pelo correio, sem a necessidade de se deslocarem até a Justiça Federal;
- Com a Caixa Econômica Federal – CEF, que permitirá que as Varas Federais realizem consultas ao saldo de contas referentes a depósitos judiciais no Sistema SIJUS-CAIXA;
- Com a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo – JUCES, visando o acesso direto à base de dados e visualização do cadastro das empresas registradas na entidade, permitindo com isso a imediata identificação do endereço dos executados, resultando maior celeridade nos processos;
- Com o RENAJUD para determinar a restrição e o bloqueio de registro de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos automotores – RENAVAM;
- Visando o acesso às determinações e respostas judiciais por meio eletrônico, a União firmou Convênio de cooperação técnica, por intermédio dos Ministérios das Cidades e da Justiça, com o Conselho da Justiça Federal;
- Com o INFOJUD que possibilita a utilização do banco de dados da Receita Federal, através do serviço disponível no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte);
- Com o Banco Central do Brasil - BACEN que permite, a magistrados e servidores cadastrados, encaminhar àquela instituição, eletronicamente, solicitações de informações sobre a existência de contas correntes e de aplicações financeiras de partes que tenham demandas na Justiça;
- Assinatura de termo de adesão ao Sistema CCS pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com o principal objetivo de auxiliar nas investigações financeiras conduzidas pelas autoridades competentes;
- Com a Faculdade do Vale do Cricaré para atuação junto ao Juizado Especial Federal Cível e Criminal Adjunto da Vara Federal de São Mateus.

Tendo sido, também, iniciados os procedimentos para permissão de acesso aos seguintes sistemas:

- Com o DETRAN/ES, que disponibilizará permissões de acessos para consulta on-line ao banco de dados do Cadastro de Registro de Veículos; e
- Com a ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A para acesso à base de dados de seus clientes.

No que concerne aos convênios firmados com entidades para **prestação de penas alternativas**, em 2009, destaca-se o realizado com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Colatina e com a Associação Pestalozzi de Vila Pavão, com o que encerrou o exercício com o total de 25 convênios desse tipo em vigor.

Outro ponto relevante foi a implantação do **Sistema de Assistência Judiciária Gratuita da 2ª Região – AJG**, em operacionalização desde o mês de maio de 2009, que visa ao gerenciamento da atuação dos advogados dativos e voluntários, peritos, tradutores, intérpretes e curadores, todos cadastrados, junto à Seção Judiciária, e engloba desde o cadastramento até consultas diversas, como, nomeações, solicitações de pagamento, pagamentos efetuados, comprovantes de rendimentos e outras, permitindo, ainda, que os profissionais aceitem ou rejeitem nomeações, tudo por meio da internet (o sistema possibilita, ainda, a geração de relatórios diversos e atualmente possui 265 profissionais cadastrados); o **Sistema de Intimação e Peticionamento Eletrônico**, implantado em abril de 2009, que permite a comunicação dos atos processuais (intimação e citação) de forma eletrônica, bem como que os procuradores, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público Federal possam encaminhar petições intercorrentes de forma eletrônica, tudo por meio da internet e que, atualmente, conta com 12 órgãos cadastrados e o Sistema de Petição Eletrônica Intercorrente para Advogados implantado na internet para que os advogados possam anexar as petições intercorrentes em processos eletrônicos.

Em 2009, o 1º e 2º Juizados Especiais Federais passaram a funcionar de forma virtual. Atualmente, já foram virtualizados os três Juizados da Capital, as quatro Varas de Execução Fiscal e três Varas Cíveis, sendo que há a previsão de que até o fim do primeiro semestre de 2010 todas as Varas e Juizados funcionem de forma virtual.

Diversos Mutirões de Audiências de Conciliações foram realizados nas Varas e Juizados Federais do Espírito Santo:

- Na 4ª e 5ª Varas Federais Cíveis, nos mutirões realizados, houve 97 audiências e em cerca de 29% deles obteve-se o acordo desejado;
- No 1º e 2º Juizados Especiais Federais ocorreram 2 mutirões com 150 audiências realizadas e, aproximadamente, 41% de acordos entre as partes interessadas;
- Na 5ª Vara Federal Cível, no mutirão realizado, referente a processos do Sistema Financeiro de Habitação, houve 6 audiências e nenhum acordo;
- Na 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim aconteceu 1 mutirão, com 9 audiências realizadas e 2 acordos obtidos (aproximadamente 22% do total de audiências);

- A Vara Federal de São Mateus realizou 2 mutirões no qual foram realizadas 31 audiências com 18 acordos, o que corresponde a um percentual de 58%.

No mês de fevereiro de 2009 realizou-se o XI Leilão Unificado da Justiça Federal de 1º Grau no Estado do Espírito Santo (1ª Praça em 04/02/09 e 2ª Praça em 18/02/09), no qual foram arrematados 310 bens, totalizando o valor de R\$ 2.473.610,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e dez reais). Numa avaliação geral, podemos afirmar que os bons resultados obtidos, se comparado com os leilões realizados nos anos anteriores, decorrem da ampla publicidade que vem sendo dada ao evento e, ainda, a especialização das varas, que permite tratamento especial aos processos executivos, com maior agilidade, reduzindo o tempo entre a data da penhora e a data do leilão. Com isso, evita-se que haja desvalorização e/ou deterioração do bem, passando a despertar maior interesse dos arrematantes.

Destaque, também, para o início da publicação dos atos judiciais e administrativos no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região - e-DJF2R, em atendimento à Resolução nº 35/2009/TRF2. O 2º Juizado Especial Federal fez sua primeira publicação no mês de novembro de 2009 e, atualmente, todas as demais Varas Federais já estão fazendo as publicações, também, de forma eletrônica.

14.2 - UNIDADE JURISDICIONADA – JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DO RIO DE JANEIRO

Realização do “Projeto Processo 100% Digital”, tornando-se eletrônicos os Juizados Especiais Federais, as Turmas Recursais, as Varas Privativas de Execução Fiscal e as Previdenciárias. Nas Varas mistas, os processos de Juizados Especiais Federais e os de Execução Fiscal também são eletrônicos; nas Varas Criminais e Cíveis, as sentenças e decisões são disponibilizadas em meio eletrônico.

Com relação aos convênios firmados com órgãos públicos e entidades, com objetos voltados para o aperfeiçoamento e agilização da prestação jurisdicional, destacamos 40 cadastramentos de magistrados e servidores autorizados no sistema de Informação ao Judiciário (Infojud), cujo objetivo é atender às solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal, e 56 cadastramentos no Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (Renajud), ferramenta que faz a interligação do Poder Judiciário com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Como parte integrante da Semana Nacional de Conciliação, a SJRJ participou do mutirão das Varas Cíveis, para apreciação de ações relativas ao Sistema Financeiro de Habitação, no qual foram realizadas 1.011 audiências, com um total de 1.888 pessoas atendidas. Foram homologados 682 acordos, correspondentes a 67,0% das audiências, com um montante de R\$ 6.832.093,63 de previsão de recuperação de crédito.

14.3 - UNIDADE JURISDICIONADA - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Destacamos, dentro das iniciativas e realizações voltadas à celeridade dos ritos processuais e à atualização dos nossos recursos tecnológicos, com tônica na virtualização dos

diversos processos de trabalho, a inauguração do serviço de encaminhamento de processos virtuais aos Tribunais Superiores, em agosto de 2009. Com esse dispositivo, os processos com recursos especiais e extraordinários são transformados em autos virtuais, possibilitando a remessa dos recursos às instâncias superiores em poucos minutos, além de poderem ser franqueados, na Internet, às partes interessadas e à sociedade em geral. Essa importante iniciativa, que encontra ressonância na transparência dos atos e no efetivo engajamento com a política ambiental, será sedimentada ao longo do exercício de 2010.

A implantação do Diário Eletrônico na 2ª Região, respaldada na Lei 11.419/06, que dispõe sobre a "Informatização do Processo Judicial" e da "Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais" e estabelece que os Tribunais poderão criar Diário da Justiça Eletrônico, passou pela fase de teste no exercício de 2009 e tem previsão de efetivo uso a partir do início de 2010. A opção pela publicação dos atos judiciais e administrativos em meio eletrônico representará significativa economia de recursos públicos, racionalização de procedimentos e maior eficiência na execução dos serviços judiciários, resultando em maior rapidez e efetividade no atendimento das partes, para a Justiça Federal de primeiro e de segundo graus da 2ª Região.

Com relação à atuação da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, sublinhamos a reestruturação das salas de perícias prévias para melhor atender aos jurisdicionados, o que impactou positivamente o quantitativo de atendimentos.

Foram expedidas (06) seis novas Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência.

No exercício de 2009, houve 03 Mutirões de Conciliação, com a realização de 1.681 audiências, contemplando 1.232 acordos homologados. Importante comprometimento com a celeridade e a simplicidade dos ritos, as medidas proporcionaram a celebração de acordos, vitais nas ações relativas ao Sistema Financeiro de Habitação, envolvendo período da história nacional marcada pela presença avassaladora da inflação.

Concernentes ao **uso de tecnologias para finalidades jurisdicionais**, destaca-se o Provimento n.º 58, de 16 de junho, que "disciplina a utilização de assinatura e registro eletrônicos de sentenças, decisões interlocutórias, despachos, atas de audiências, alvarás de soltura, ofícios, mandados e cartas precatórias, em autos físicos, e simplifica procedimentos em todas as Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais da Justiça Federal da 2.ª Região"; quanto à **fiscalização dos serviços judiciários**, destaca-se o Provimento n.º 57, de 19 de maio, que "dispõe sobre as correições ordinárias presenciais e eletrônicas realizadas pela Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região"; quanto à **regulação dos serviços judiciários**, destacam-se: a Portaria n.º 57, de 23 de março, da Corregedoria-Regional da 2ª Região, por meio da qual se aprovam "os anexos Manuais de Procedimentos Cartorários, pertinentes às seguintes matérias: Secretaria Cível, Secretaria Criminal, Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais, Inspeções Anuais, Plantões Judiciários, Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e Distribuição"; o Provimento n.º 54, de 20 de abril, que "torna obrigatória a observância das disposições referentes à inspeção anual, previstas no Manual de Procedimentos Cartorários de 1ª Instância, divulgado pela Portaria n.º 57, de 27 de março de 2009, da Corregedoria-Regional da 2ª Região, e no sítio eletrônico do TRF-2ª Região"; e o

Provimento n.º 66, de 17 de novembro, que "dispõe sobre preços de serviços prestados no âmbito da Justiça Federal de 1ª Instância e dá outras providências". Destaque, ainda, para o Provimento n.º 52, de 12 de março, que "dispõe sobre a virtualização da Vara Federal de Resende", o que foi acompanhado por diversas ações da Corregedoria-Regional, das Direções dos Foros das Seções Judiciárias e de outros órgãos judiciários, em favor da aceleração da tramitação dos processos judiciais.

Nesse contexto, após a elaboração de um cronograma de "virtualização", em mais da metade dos órgãos judiciais já estão tramitando processos judiciais eletrônicos, em um panorama de transformação que deve estar concluído até o final do primeiro semestre de 2010.

Medida administrativa pioneira na Justiça Federal da 2ª Região, a lotação do Juiz Federal Substituto na Vara ou Juizado garante não só a estabilidade ao Magistrado no Juízo, mas também a familiaridade com a realidade e especificidade de cada local. A sedimentação dessa alternativa gerencial proporcionará a participação dos Juízes Federais Substitutos em rotinas e projetos de longo prazo, com expressivo rendimento nas atividades judicantes.

No tocante à avaliação da prestação de nossos serviços, a "Pesquisa de Satisfação de Usuários" dos serviços do TRF 2ª Região, levada a efeito pelo 9º ano consecutivo, vem se consolidando como importante instrumento estratégico e operacional de gestão e planejamento, e foi efetivada por meio da entrega dos formulários ao público que acessa diariamente as dependências do Tribunal e do envio aos advogados e aos interessados cadastrados no sistema PUSH de acompanhamento automático de processos.

A participação dos usuários pelo site do TRF atingiu o total de 849 (oitocentos e quarenta e nove), representando 85% da amostra estudada (996 respostas no total) e analisados os resultados, constatou-se que o percentual de usuários satisfeitos com os serviços prestados pelo Tribunal foi de 85,8%, sendo que 31,5% dos usuários participantes consideram-no Muito Bom e 54,3% atribuíram o conceito de Bom.

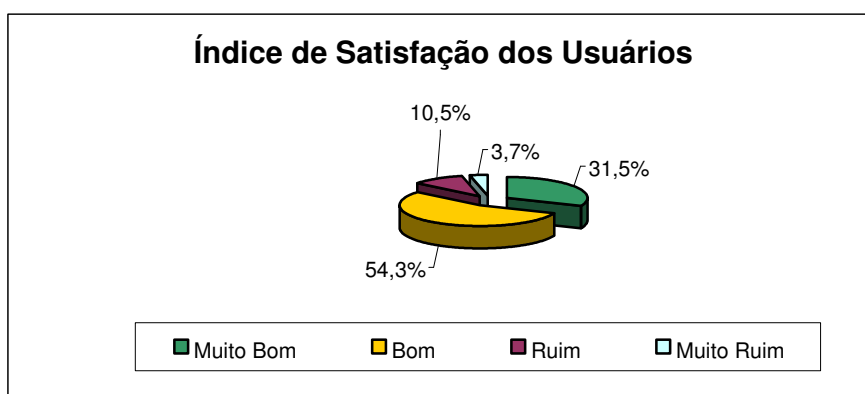


Gráfico 4

Todas as manifestações dos usuários foram classificadas por natureza e estão sendo encaminhadas às áreas responsáveis para análise da viabilidade de adoção ou para procedimentos de melhoria nos serviços oferecidos.

No campo da arrecadação de recursos ao Tesouro Nacional, promovida pela Justiça Federal da 2ª Região, acusamos a expressiva atuação de suas unidades.

O resultado da receita monta a R\$1.580.937.669,35 que correspondem a quase o dobro do valor despendido com a operação e manutenção da Justiça Federal da 2ª Região, incluído o pessoal ativo. Não resta dúvida de que a Justiça Federal da 2ª Região vem cumprindo efetivamente o seu papel em todos os segmentos de atuação.

Arrecadação Justiça Federal da 2ª Região	
Espécie	Valor
Custas Judiciais ¹	6.533.372,94
Conversão de Depósito Judicial em Renda da União ²	818.334.473,55
Dívida Ativa da União ³	756.069.822,86
TOTAL	1.580.937.669,35

Tabela 111

Fontes ¹ Conselho da Justiça Federal –CJF,
^{2,3} Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 2ª Região (Ofício nº 032/10-GAB-PRFN -2ªRegião-RJ, de 18/1/2010)

As despesas de operação e manutenção da Justiça Federal da 2ª Região corresponderam a cerca de 58% dos recursos arrecadados ao Tesouro como fruto de nossas atividades, fato que se destaca na gestão do Tribunal e Seções no exercício de 2009.

Unidades	Valor (R\$)
TRF da 2ª Região	252.040.021,81
Seções Jurisdicionadas (SJRJ e SJES)	658.988.600,11
TOTAL	911.028.621,92

Tabela 112

Observações/Considerações:

¹⁾ O critério de apuração levou em conta as despesas empenhadas, sendo computado inclusive os valores a conta “Crédito Pago – Folha” efetivamente liquidados;

²⁾ Excluídas as despesas com inativos e pensionistas, com projetos e os valores relativos a Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor.

Subsidiariamente, informamos que, conforme informação do Conselho da Justiça Federal, a apuração do valor líquido relativo à conversão de depósito judicial em renda da União, no que toca aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, monta a R\$1.365.969.689,88, em sua totalidade.

- Apresentamos, abaixo, convênios e/ou congêneres sem repasse de recursos vigentes no exercício de 2009.

Objeto	Convenientes
Termo de Cooperação Científico-Pedagógica: Desenvolvimento conjunto de programa de estudos, pesquisas e extensão entre os partícipes (Vigência: 5 anos; Assinatura: 22/12/2005; Vencimento:21/12/2010)	Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF 2ª RG, Centro Universitário Fluminense - UNIFLU e Faculdade de Direito de Campos - FDC

Contrato de Comodato para uso de depósito de bens e materiais, situado na Rua Mariz e Barros, nº 13 (Assinatura: 9/5/2008; Vencimento: 8/5/2010)	TRF 2ª RG, Banco do Brasil S/A
Contrato de Comodato – Empréstimo gratuito do antigo mobiliário do STF (Assinatura: 10/8/2006; Vencimento: 9/8/2010)	TRF 2ª RG, Supremo Tribunal Federal
Protocolo de Intenções: Cooperação técnica, educacional e cultural entre os partícipes (Assinatura: 13/12/2005; Vencimento: 12/12/2010).	TRF 2ª RG, Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI e Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF
Contrato de Comodato: Instalação de 6 (seis) postos de atendimento bancário (Assinatura: 2/3/2000; Vencimento: 1º/3/2030)	TRF 2ª RG, Caixa Econômica Federal - CEF
Convênio: Disponibilização de acesso aos arquivos eletrônicos dos cadernos que compõem o Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Rio de Janeiro – DJERJ (Assinatura: 15/6/2009; Vencimento: 10/3/2014)	TRF 2ª RG, Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Termo de Cooperação: Implementação de ações de interesse comum nas áreas de estudo, pesquisa, cursos, eventos, divulgação e correlatas (Assinatura: 11/4/2007; Vigência 5 anos)	TRF 2ª RG, EMARF e Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ

Tabela 113

PARTE "B" - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

01 – DECLARAÇÃO DOS CONTADORES RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES JURISDICIONADAS SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI

DECLARAÇÃO PLENA

Unidade Jurisdicionada	Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	090028/090034/090048
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	090016
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO	090014


Declaramos que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas que apresentam Relatório de Gestão.

Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

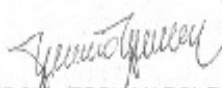
Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2010.



CLÁUDIA CRISTINA DE SOUZA MARQUES
CRC 071150-O-RJ / CPF 021.587.067-08
Contadora Responsável UG s 090048/090034/090028



MARIA ELZABETE DOS SANTOS TAVARES FONTES
CRC 078879-O-9-RJ / CRF 012.023.157-95
Contadora Responsável pelas UG 090016



MÁRCIO JERRY MARCHESI REIS
CRC 014586-O-ES / CPF 019.027.047-03
Contador Responsável UG 090014

Declaração 6

PARTE “C” - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA

01- QUANTIDADE PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS E DOS CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS POR SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO

Unidade Orçamentária – 12.101
Unidade Jurisdicionada – Justiça Federal de 1º Grau do Espírito Santo
Unidade Gestora 090014 - Seção Judiciária do Espírito Santo

	TOTAL DE CJs / FCs	CARGOS/FUNÇÕES OCUPADOS					S/VÍNCULO	TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	Servidores de Outros Órgãos						
			Removidos	Requisitados					
			Carreiras Judiciárias	Carreiras Judiciárias	Outras Carreiras				
CJ-4									
CJ-3	21	10	0	9	0	2	21	0	
CJ-2									
CJ-1									
FC-06	12	12	0	0	0	-	12	0	
FC-05	120	106	6	7	1	-	120	0	
FC-04	60	58	0	1	1	-	60	0	
FC-03	31	27	1	2	0	-	30	1	
FC-02	30	26	0	4	0	-	30	0	
FC-01	26	23	2	0	0	-	25	1	
TOTAL	300	262	9	23	2	2	298	2	

Tabela 114

Fonte: SEPLO/NGP/JFES

Notas: 1) Foram considerados da Carreira Judiciária os servidores dos seguintes Órgãos: JF/RJ, TRF – 2ª Região, TRF 5ª Região, JF/SC, JF/DF, TJ/RJ, TRT – 1ª Região.

2) Foram considerados requisitados, além daqueles pertencentes aos demais Órgãos Públicos, os servidores dos quadros de Pessoal da SJRJ e do TRF – 2ª Região.

	TOTAL DE CJs / FCs	CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS ¹						TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	%	Servidores Removidos	Servidores Requisitados ⁽²⁾	S/Vínculo	%		
CJ-4									
CJ-3	21	10		0	9	2		21	
CJ-2									
CJ-1									
TOTAL	21	10	47,62⁽²⁾	0	9	2	52,38	21	

Tabela 115

Fonte: SEPLO/NGP/JFES

Notas: 1) Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006 para os servidores do Quadro de Pessoal: 50%.

2) Os 09(nove) “Servidores Requisitados” pertencem à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, os quais somados ao quantitativo dos “Servidores do Quadro” **totalizam o percentual de 90,47%** ocupantes de cargo em comissão, bem acima, portanto, do limite legal. Isto porque, as Seções Judiciárias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro formam um único Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região.

	TOTAL DE CJs / FCs	FUNÇÕES COMISSONADAS OCUPADAS ¹							TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Carreiras Judiciárias				Outras Carreiras				
		Efetivo	Removidos	Requisitados ²	%	Requisitados	S/ Vínculo	%		
FC-06	12	12	0	0		0	0		12	0
FC-05	120	106	6	7		1	0		120	0
FC-04	60	58	0	1		1	0		60	0
FC-03	31	27	1	2		0	0		30	1
FC-02	30	26	0	4		0	0		30	0
FC-01	26	23	2	0		0	0		25	1
TOTAL	279	252	9	14	98,57	2	0	0,72	277	2

Tabela 116

Fonte: Planilha fornecida pela SEPLO/ NGP/ SJES..

Notas: 1) Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006, para os servidores das Carreiras Judiciárias: 80%.

2) Foram considerados requisitados, além daqueles pertencentes aos demais Órgãos Públicos, os servidores dos quadros de Pessoal da SJ/RJ e do TRF – 2ª Região.

Unidade Orçamentária – 12.101
Unidade Jurisdicionada – Justiça Federal de 1º Grau do Rio de Janeiro
Unidade Gestora 090016 - Seção Judiciária do Rio de Janeiro

	TOTAL DE CJs/FCS	CARGOS/FUNÇÕES OCUPADOS					S/VÍNCULO	TOTAL	CJs/FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	Servidores de outros órgãos						
			Removidos	Requisitados					
				Carreiras judiciárias	Carreiras judiciárias	Outras carreiras			
CJ-4	0	0	0	0	0	0	0	0	
CJ-3	106	88	2	5	2	9	106	0	
CJ-2	11	10	0	1	0	0	11	0	
CJ-1	0	0	0	0	0	0	0	0	
FC-06	40	37	0	2	1	0	40	0	
FC-05	440	422	9	7	0	0	438	2	
FC-04	438	403	7	12	9	0	431	7	
FC-03	159	136	7	8	4	0	155	4	
FC-02	166	112	5	8	29	0	154	12	
FC-01	11	3	1	0	2	0	6	5	
TOTAL	1371	1211	31	43	47	9	1341	30	

Tabela 117

Fonte: Planilha fornecida pela SGP / SJRJ.

	TOTAL DE CJs / FCs	CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS ¹						TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	%	Servidores Removidos	Servidores Requisitados ²	S/ Vínculo	%		
CJ-4	0	0		0	0	0		0	0
CJ-3	106	88		2	7	9		106	0
CJ-2	11	10		0	1	0		11	0
CJ-1	0	0		0	0	0		0	0
TOTAL	117	98	83,76	2	8	9	16,24	117	0

Tabela 118

Fonte: Planilha fornecida pela SGP / SJRJ.

Notas: 1) Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006 para os servidores do Quadro de Pessoal: 50%.

2) Foram considerados requisitados, além daqueles pertencentes aos demais Órgãos Públicos, os servidores dos quadros de Pessoal da SJRJ e SJES;

3) Foram considerados da Carreira Judiciária os servidores dos seguintes Órgãos: JF/ES, JF/RJ, TRF 2ª Região, TRF 5ª Região, JF/DF, JF/SP, JF/SC e TRT 1ª Região.

	TOTAL DE CJs / FCs	FUNÇÕES COMISSIONADAS OCUPADAS ¹							TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Carreiras Judiciárias				Outras Carreiras				
		Efetivo	Removidos	Requisitados ²	%	Requisitados	S/ Vínculo	%		
FC-06	40	37	0	2		1	0		40	0
FC-05	440	422	9	7		0	0		438	2
FC-04	438	403	7	12		9	0		431	7
FC-03	159	136	7	8		4	0		155	4
FC-02	166	112	5	8		29	0		154	12
FC-01	11	3	1	0		2	0		6	5
TOTAL	1254	1113	29	37	94,02	45	0	3,59	1224	30

Tabela 119

Fonte: Planilha fornecida pela SGP / SJRJ.

Notas: 1) Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006, para os servidores das Carreiras Judiciárias: 80%.

2) Foram considerados requisitados, além daqueles pertencentes aos demais Órgãos Públicos, os servidores dos quadros de Pessoal da SJRJ e SJES;

3) Foram considerados da Carreira Judiciária os servidores dos seguintes Órgãos: JF/ES, JF/RJ, TRF 2ª Região, TRF 5ª Região, JF/DF, JF/SP, JF/SC e TRT 1ª Região.

Unidade Orçamentária – 12.103
Unidade Jurisdicionada – Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Unidades Gestoras 090028 (TRF-2ªR) e 090048 (TRF-2ªR/PRC)

	TOTAL DE CJs / FCs	CARGOS/FUNÇÕES OCUPADOS					S/VÍNCULO	TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	Servidores de Outros Órgãos						
			Removidos	Requisitados					
		Carreiras Judiciárias	Carreiras Judiciárias	Outras Carreiras					
CJ-4	1	-	-	-	-	1	1	-	
CJ-3	39	20	7	6	-	6	39	-	
CJ-2	77	37	16	10	3	11	77	-	
CJ-1	48	36	2	1	-	9	48	-	
FC-06	27	19	4	2	2	-	27	-	
FC-05	279	217	36	18	4	-	275	4	
FC-04	178	123	23	27	2	-	175	3	
FC-03	93	59	7	14	4	-	84	9	
FC-02	284	178	30	23	11	-	242	42	
FC-01	176	115	15	9	21	-	160	16	
TOTAL	1202	804	140	110	47	27	1128	74 *	

Tabela 120

Fonte: Planilha fornecida pela SRH / TRF.

Notas: * 63 (sessenta e três) funções disponíveis pertencem à Área Judiciária.

11 (onze) funções disponíveis pertencem à Área Administrativa.

1) A Resolução nº 44/TRF, de 26.11.2009, publicado no D.O.U. de 01.12.2009 alterou o quantitativo das funções

2) comissionadas de FC-01 a FC-06.

	TOTAL DE CJs / FCs	CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS ¹						TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Servidores do Quadro	%	Servidores Removidos	Servidores Requisitados	S/ Vínculo	%		
CJ-4	1	-		-	-	1		1	-
CJ-3	39	20		7	6	6		39	-
CJ-2	77	37		16	13	11		77	-
CJ-1	48	36		2	1	9		48	-
TOTAL	165	93	56,36	25	20	27	43,64	165	-

Tabela 121

Fonte: Planilha fornecida pela SRH / TRF.

Nota: Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006 para os servidores do Quadro de Pessoal: 50%.

	TOTAL DE CJs / FCs	FUNÇÕES COMISSONADAS OCUPADAS							TOTAL	CJs / FCs LIVRES
		Carreiras Judiciárias				Outras Carreiras				
		Efetivo	Removidos	Requisitados	%	Requisitados	S/ Vínculo	%		
FC-06	27	19	4	2		2	-		27	-
FC-05	279	217	36	18		4	-		275	4
FC-04	178	123	23	27		2	-		175	3
FC-03	93	59	7	14		4	-		84	9
FC-02	284	178	30	23		11	-		242	42
FC-01	176	115	15	9		21	-		160	16
TOTAL	1037	711	115	93	88,62	44	-	4,24	963	74

Tabela 122

Fonte: Planilha fornecida pela SRH / TRF.

Notas: 1) Mínimo destinado pela Lei n.º 11.416, de 15.12.2006, para os servidores das Carreiras Judiciárias: 80%.

2) Foram considerados da Carreira Judiciária os servidores dos órgãos da Justiça Federal, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e TJDFT.

C O N C L U S Ã O

O planejamento de nossas ações será alvo de contínuo acompanhamento, com vistas ao exame crítico dos resultados parciais, de forma a identificar eventuais problemas, corrigi-los tempestivamente, impactando, assim, positivamente, o resultado de nossas atividades.

Envidou-se todos os esforços para cumprimento das metas previstas no PPA, na LOA, e nas metas de nivelamento estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, culminando com a aprovação, em dezembro de 2009, pelo Tribunal Pleno, do planejamento estratégico para o período de 2010/2014.

Ainda que, tecnicamente, não se tenha alcançado a meta, merece destaque o acréscimo de cerca de 7% do número de julgados em relação a 2008 e a obtenção de aproximadamente 95% da meta estabelecida na LOA para o exercício de 2009.

Além da adoção de mecanismos voltados à divulgação dos atos praticados, em prol da transparência, foi possível, com dedicação e seriedade de nossa força de trabalho, chegar a um patamar bastante razoável, a partir do qual podemos balizar o caminho dos futuros empreendimentos que buscam o nível de excelência na prestação jurisdicional com celeridade e com qualidade reclamadas pelos jurisdicionados.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2010.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
PRESIDENTE